

ELSON RODRIGO DE SOUZA SANTOS

**A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA E O SISTEMA MONETÁRIO
INTERNACIONAL: A ECONOMIA MUNDIAL NA ERA DOS CAUBÓIS**

**Monografia apresentada à
disciplina de Monografia, do
Departamento de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade
Federal do Paraná.**

**Orientadora: Dayani Cris de
Aquino**

**CURITIBA
2008**

TERMO DE APROVAÇÃO

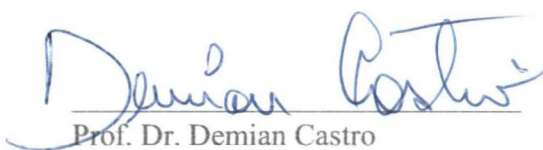
ELSON RODRIGO DE SOUZA SANTOS

A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA E O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL: A ECONOMIA MUNDIAL NA ERA DOS CAUBÓIS

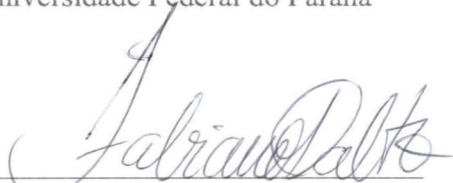
Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientadora: Prof. Dayani Cris de Aquino
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof. Dr. Demian Castro
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

“O mundo não é feito apenas de arco-íris e sóis sorrindo. É um lugar malicioso e injusto, que não se importa o quão duro você é, ele vai te bater até que você caia de joelhos aos seus pés e fique lá para sempre – de joelhos – se você deixar. Eu, você, ninguém nunca vai bater tão duro e forte como a vida. Mas a vida não é sobre quão forte você bate. A vida é sobre quanta pancada você pode agüentar e ainda assim seguir em frente. Quanto você pode apanhar e ainda assim continuar seguindo em frente. É assim que a vitória é construída! Bom, agora se você sabe que é digno, então vá lá fora e pegue aquilo que lhe é de direito. Mas você tem que estar com muita vontade de conquistar o que deseja e não com o dedo apontado dizendo que não é o que quer ser por causa dele, dela ou daquilo! Covardes fazem isso e você não é um covarde! Você é muito melhor que isso...”

(Rocky Balboa, O Garanhão Italiano, no clássico filme “Rocky Balboa”)

“Gosto de porcos. Os cães olham-nos de baixo, os gatos de cima. Os porcos olham-nos de igual para igual”
(Sir. Winston Churchill)

APRESENTAÇÃO (leiam, estava possuído quando escrevi)

Caro leitor, especialmente aos inocentes alunos da graduação, ao contrário dos agradecimentos que deve ter lido nas demais monografias, não vou e nem preciso bajular quem esteve envolvido nesse trabalho. Por que como disse o celebre Doutor Gregory House (procure maiores informações na internet), interpretado pelo ator Hugh Laurie, “todos nós temos as nossas limitações”. E, assim sendo, como já devem ter percebido, bajular é uma das minhas. Na verdade, querendo desmerecer os *puxasacus enrabadus*, nome científico dos bajuladores ou vulgarmente conhecidos como “puxasacos”, prefiro cortar os pulsos do que me tornar um deles.

Aliás, caro leitor, devo confessar que nessa monografia e em tantas outras ações em minha vida, busco incorporar o que o Lobão (um cantor muito chato das décadas de 1980/1990/2000) chamou de “paudurescência”. Agora, tú debes estar se perguntando “o quê?”. Bom, a “paudurescência” quer dizer não ter medo de ousar, defender as suas e criticar outras idéias. Isso é o que falta nesse país, mas, para quem a tem, é muito útil para subir na carreira e ocupar cargos chaves. Ou vocês acham que quem vai comandar o mundo são os *puxasacus enrabadus*? Porém, não vou mentir, isso é uma estratégia que trás riscos e pode ser potencialmente prejudicial no curto prazo, mas, no longo, os benefícios e a diversão valem muito a pena.

Sobre o trabalho, se estiver disposto a ler página por página, tenho que prevenir que vai doer, e muito. Por que esse é o meu primeiro trabalho científico bem sucedido e, assim, não está muito bem escrito e existem algumas falhas na modelagem nas idéias. Contudo, procurem meus trabalhos posteriores que prometo melhorar, inclusive reescrevendo o material contido nesse trabalho, acho... Em outras palavras, a primeira a gente nunca esquece, mas a próxima tende a ser muito melhor em ritmo ascendente. Mas pode mergulhar de cabeça nas referências, por que essas são muito boas.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo explorar a influência das relações de poder presentes no sistema capitalista, no âmbito internacional, baseado nos ciclos braudelianos de expansão/acumulação capitalista, sintetizados na dinâmica de transição hegemônica, sobre a evolução do sistema monetário internacional, desde seus primórdios no começo do século XIX.

Palavras-chave: poder; hegemonia; capitalismo; sistema monetário internacional

ABSTRACT

This work has as objective explorer the influence of relations of power existing in the capitalist system, in the international scope, based in the braudel cycles of capitalist expansion/accumulation, synthesized in the dynamics of hegemonic transition, on the evolution of international monetary system, since its antecedents in the start of century XIX.

Keywords: power; hegemonic; capitalist; international monetary system

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – DINÂMICA DAS TRANSIÇÕES HEGEMÔNICAS

TABELA 1 – AÇÕES DE MOEDAS EM ATIVOS CAMBIAIS OFICIAIS CONHECIDOS (E PERCENTUAL): 1899-1913

TABELA 2 – INVESTIMENTOS NORTE-AMERICANOS, 1914-1929 (EM BILHÕES DE DÓLARES)

TABELA 3 - RETORNO AO PADRÃO OURO NO PERÍODO ENTRE GUERRAS: 1918-1939

TABELA 4 - ENDIVIDAMENTO PÚBLICO NORTE-AMERICANO: 1981-1991 (EM DÓLARES)

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO REAL DO PIB NORTE-AMERICANO: 1971-2007

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO SALDO EM CONTA CORRENTE DOS ESTADOS UNIDOS: 1972-2007 (BILHÕES DE DÓLARES)

GRÁFICO 3 – TAXA DE CÂMBIO EURO/DÓLAR

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 CICLOS DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A EVOLUÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL	8
1.1 ESTRUTURAS DE PODER CAPITALISTA E SEUS CICLOS DE ACUMULAÇÃO NO ÂMBITO INTERNACIONAL	9
1.1.1 Conceitos Básicos	9
1.1.2 Ciclos de Acumulação Capitalista e o Moderno Estado Nacional	10
1.1.3 Retrospectiva: Hegemonia Britânica e Norte-Americana.....	12
1.2 EVOLUÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL.....	14
1.2.1 Hierarquização do Sistema Monetário Internacional.....	15
1.2.2 Padrão Ouro (1880-1914) e Período Entre Guerras (1918-1939)	16
1.2.3 Sistema de Bretton Woods: 1946-1973.....	18
1.2.4 Sistema Atual: Pós-1970	20
1.3 ESTRUTURAS DE PODER CAPITALISTA E O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL.....	22
1.3.1 Hegemonia Britânica e o Padrão Ouro Clássico	22
1.3.2 Ruptura da Hegemonia Britânica e o Período Entre Guerras (1918-1939)	24
1.3.3 Hegemonia Norte-Americana e o Sistema de Bretton Woods (1946-1973).....	26
1.3.4 Crise Hegemônica Norte-Americana e o Sistema Monetário Internacional: Pós-1970.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
2 ORDEM BRITÂNICA DO SÉCULO XIX E O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL PRÉ-1914	32
2.1 HEGEMONIA BRITÂNICA	33
2.1.1 Antecedentes	34
2.1.2 Consolidação e Bases	36
2.1.3 Fase Áurea	38
2.2 DECADÊNCIA DA HEGEMONIA BRITÂNICA DO SÉCULO XIX E NOVAS POTÊNCIAS CONCORRENTES	40
2.2.1 Decadência da Hegemonia Britânica	40
2.2.2 Potências Concorrentes	41
2.3 SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL PRÉ-1914	43
2.3.1 Influência Britânica.....	43
2.3.2 Era do Padrão Ouro: 1880-1914	44
2.3.3 Núcleo “Duro” e os Estados Unidos.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
3 DICOTOMIA ENTRE A NOVA DISTRIBUIÇÃO DE PODER MUNDIAL E A RECONSTRUÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL NO PERÍODO ENTRE GUERRAS: 1918-1939	52
3.1 PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E NOVA DISTRIBUIÇÃO DO PODER MUNDIAL	53
3.1.1 Prelúdio.....	53
3.1.2 Início da Crise Terminal da Hegemonia Britânica	55

3.1.3 Ascensão dos Estados Unidos	56
3.1.4 Cenário Pós-Guerra e Nova Distribuição do Poder Mundial.....	57
3.2 RECONSTRUÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL.....	59
3.2.1 Novo Cenário e a Defesa do Retorno ao Padrão Ouro	59
3.2.2 Os Loucos Anos 1920 e Retorno ao Padrão Ouro.....	61
3.2.3 Grande Depressão e o Colapso da Economia Mundial.....	65
3.3 DÉCADA DE 1930 E OS FUNDAMENTOS DO MUNDO NORTE-AMERICANO	69
3.3.1 Novo Cenário Mundial e Ascensão dos Partidos Trabalhistas.....	69
3.3.2 Roosevelt e os Fundamentos do Mundo Norte-Americano	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
4 TEMPOS ÁUREOS DO PODER NORTE-AMERICANO E O SISTEMA DE BRETTON WOODS: 1946-1973	77
4.1 CONSOLIDAÇÃO E BASES DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA	77
4.1.1 Concentração de Poder nos EUA.....	78
4.1.2 Concepção do Mundo Norte-Americano	79
4.1.3 Acordo de Bretton Woods e o “Novo” Sistema Monetário Internacional.....	81
4.2 HEGEMONIA NORTE-AMERICANA E O SISTEMA DE BRETTON WOODS: NOVO CICLO DE EXPANSÃO MATERIAL CAPITALISTA	83
4.2.1 Fase de Pré-conversibilidade (1946-1958) e Tempo Áureo do Regime de Acumulação Norte-americano.....	83
4.2.2 Fase da Conversibilidade (1959-1971) e o Começo do Fim do Ciclo de Expansão Material Norte-americana.	85
4.3 CRISE HEGEMÔNICA NORTE-AMERICANA E O COLAPSO DO SISTEMA DE BRETTON WOODS	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
5 FINANCEIRIZAÇÃO DO PODER NORTE-AMERICANO E O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL: PÓS-1970	91
5.1 ERA REAGAN E A “RETOMADA DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA”	92
5.1.1 Política do Dólar Forte	92
5.1.2 Era Reagan e a "Nova América".....	95
5.1.3 Neoliberalismo, Livre Mercado e Globalização.....	98
5.2 GOVERNO CLINTON E OS LOUCOS ANOS 1990	101
5.2.1 Herança da Era Reagan	102
5.2.2 Governo Clinton.....	103
5.3 GOVERNO BUSH II E A CRISE TERMINAL DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA?	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
CONCLUSÃO.....	110
REFERÊNCIAS.....	114

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é explorar a relação entre os ciclos braudelianos de expansão/acumulação capitalista, especificamente a relação de poder no âmbito internacional, sintetizados na dinâmica das transições hegemônicas, sobre a evolução do sistema monetário internacional (SMI). Desse modo, confirmar a hipótese inicial, que permeia a construção do trabalho, de que a estrutura de poder e os ciclos de expansão/acumulação capitalista têm uma influência decisiva sobre a evolução do SMI, desde suas remotas origens no começo do século XIX.

O trabalho está organizado em cinco capítulos abrangendo as quatro fases do SMI, que são: padrão ouro (1880-1914); período entre guerras (1918-1939); Sistema de Bretton Woods (1946-1973); e o sistema atual (pós-1970). Porém é preciso destacar ao leitor, que o trabalho acabou se tornando ambicioso ao abranger um período de mais de 200 anos e, assim, foi necessário omitir e dar menos atenção do que a merecida para temas adjacentes a proposta inicial. Contudo, o trabalho enfatiza o essencial para investigar a relação presente na hipótese inicial.

O capítulo 1 apresenta o referencial não só o teórico que orientará o trabalho, mas, também, uma prévia das conclusões do trabalho sobre a influência das estruturas de poder do sistema capitalista com a formatação do SMI. O referencial teórico é constituído de duas partes. A primeira apresenta os ciclos braudelianos de expansão/acumulação capitalista e, logo depois, dinâmica de transição hegemônica. A segunda corresponde as diferentes formatações do SMI, em relação a sua base teórica, funcionamento prático e a sua hierarquização.

O capítulo 2 apresenta a análise da primeira formatação do SMI: o padrão ouro (1880-1914). Assim, relaciona o estabelecimento da hegemonia britânica, no começo do século XIX, e sua organização de mundo sobre o embrião do SMI. Logo após, explora a crise hegemônica britânica, sua financeirização e o aparecimento de novas potências emergentes sobre a primeira formatação do SMI.

O capítulo 3 explora o período entre guerras (1918-1939). Esse período é caracterizado pela crise terminal da hegemonia britânica e, ao mesmo tempo, a ascensão de uma nova potência hegemônica, os Estados Unidos. Porém, essa transição

não será tranqüila, mas, sim, marcada pela instabilidade derivada do colapso da rede de poder britânica.

O capítulo 4 analisa o Sistema de Bretton Woods (1946-1973). Dessa forma, verificar a influência da construção da ordem hegemônica norte-americana e sua fase de expansão material, sobre a base e funcionamento do Sistema de Bretton Woods. E, por fim, correlacionar o começo da crise hegemônica norte-americana, na década de 1970, e o colapso do Sistema de Bretton Woods.

O capítulo 5 aborda o período atual (pós-1970). Nesse período, ocorre a crise hegemônica norte-americana e o início de um movimento de expansão financeira, que procura assegurar a estrutura de poder norte-americano. Isso levou a incorporação do discurso e prática da desregulamentação/liberalização financeira, por parte dos EUA, como novos parâmetros de seu exercício hegemônico e que impulsiona a expansão financeira. Porém, recentemente, no fim do governo George W. Bush, começa sinalização de que o processo de expansão financeira norte-americana pode estar se esgotando.

1 CICLOS DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A EVOLUÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL

Nesse capítulo será explorada a relação entre os ciclos braudelianos de expansão/acumulação capitalista e a formatação do sistema monetário internacional (SMI). E, assim, corroborar a hipótese inicial de que os ciclos de acumulação e lutas pelo poder dentro do sistema, no âmbito internacional, são fundamentais para explicar a concepção e os parâmetros funcionamento do SMI, desde seus antecedentes no século XIX.

A idéia inicial do trabalho teve origem na afirmação de Krugman e Obstfeld (2005, p. 401), presente no seu manual de economia internacional, em relação ao padrão ouro e sua adoção pela maioria dos países ao longo do século XIX, de que “naquela época, a Grã-bretanha era a potência econômica líder, e outras nações pretendiam atingir um sucesso econômico similar imitando as instituições britânicas”. Essa afirmação é de um simplismo absurdo, mas, apesar de não se esperar uma grande elucubração teórica em um manual de economia, implicitamente, os autores indicam que existe algo além da lógica econômica cartesiana, pura e simples, para explicar a evolução do SMI. Assim, entrando em contato com os trabalhos indicados por eles, como, por exemplo, de Eichengreen (2004), Flandreau e Jobst (2005), Bordo (2007), foi possível identificar como traço comum a ênfase em fatores históricos, sociais e políticos, que influenciam decisivamente a evolução do SMI.

Por outro lado, é perceptível que a evolução do SMI apresenta uma correlação muito grande com a evolução das estruturas de poder capitalista e de suas hegemonias no âmbito interestatal, desde seu embrião no começo do século XIX. Desse modo, autores que tratam da evolução do capitalismo e de suas manifestações na distribuição de poder mundial, tais como Arrighi (1996) e Polanyi (2001), acabam por esbarrar na evolução do SMI. Portanto, é salutar unir a análise sobre a evolução do capitalismo e sua relação com a evolução do SMI.

O capítulo está organizado em três seções. A primeira seção apresenta as estruturas de poder capitalista e seus ciclos de acumulação no âmbito internacional, utilizando as idéias braudelianas e a dinâmica do processo de transição hegemônica. A

segunda seção apresenta as diferentes formatações do SMI ao longo de sua evolução, tanto na concepção de sua base teórica quanto no seu funcionamento prático, desde sua origem no século XIX. A terceira seção explora a relação entre a os ciclos de acumulação capitalista e suas repercussões no sistema interestatal, em relação a evolução do SMI, ao longo dos últimos dois séculos.

1.1 ESTRUTURAS DE PODER CAPITALISTA E SEUS CICLOS DE ACUMULAÇÃO NO ÂMBITO INTERNACIONAL

Nessa seção são apresentados os conceitos de moderno Estado nacional e hegemonia no cenário interestatal. A seguir, as idéias braudelianas sobre os ciclos de acumulação/expansão do sistema capitalista, que são a base para a construção do modelo de transição hegemônica. E, por último, as evidências históricas do processo de transição hegemônica ao longo dos séculos XIX e XX, enfatizando a hegemonia britânica e norte-americana.

1.1.1 Conceitos Básicos

Os conceitos básicos de moderno Estado nacional e hegemonia no cenário internacional são de suma importância para compreender o funcionamento do sistema interestatal e de suas relações de poder, são umbilicais a própria concepção do sistema capitalista.

O embrião do moderno Estado nacional nascido no interior ao sistema capitalista, remonta ao século XVII, formatado através dos Tratados de Westfalia de 1648. Segundo Arrighi *et. al.* (2001, p. 49), os Tratados de Westfalia “substituíram a idéia da autoridade imperial/papal supra-estatal pela idéia de que os Estados europeus formavam um único sistema político, baseado no direito internacional e equilíbrio de poder”. Adicionalmente, Gramsci (1971, p. 181-182) define o Estado como o instrumento de um grupo particular, voltado para criar condições favoráveis para a máxima expansão deste grupo, mas o desenvolvimento e a expansão desse grupo são concebidos e apresentados como sendo a força motora de uma expansão universal. Assim, de acordo com Arrighi *et. al.* (2001, p. 47-48), a evolução do capitalismo resultou em órgãos governamentais cada vez mais poderosos, comandantes de

organizações sistêmicas que superavam seus antecessores, tanto militar quando financeiramente.

O conceito de hegemonia utilizado no sistema interestatal, é uma transposição do conceito de hegemonia de Antônio Gramsci, concebido para o cenário interno ao Estado nacional. A definição de hegemonia proferida por Gramsci (1971, p. 57-58), considera a supremacia de um grupo social dentro do Estado nacional sobre os demais, em que se manifesta através da dominação e liderança. A dominação refere-se a capacidade do grupo hegemônico de neutralizar os grupos antagônicos e, por sua vez, a liderança representa a sua capacidade de legitimar moralmente sua posição, ao ser percebido como defensor do interesse geral. Desse modo, de acordo com Arrighi e Silver (2001b, p. 36-37), no âmbito internacional, a hegemonia se manifesta de duas maneiras. A primeira é a qualidade de um Estado particular em ser percebido como um modelo a ser seguido pelos demais. A segunda é a capacidade de o Estado dominante legitimar sua posição, ao ser considerado defensor do interesse geral e, assim, conseguir conduzir as demais nações para a direção desejada.

1.1.2 Ciclos de Acumulação Capitalista e o Moderno Estado Nacional

O pensamento base que permeia esse trabalho são as idéias braudelianas sobre os ciclos acumulação/expansão capitalista, em que se alternam entre fases de expansão material e financeira, na qual os “novos” regimes de acumulação nascem dentro dos “velhos” regimes, paulatinamente, os destruindo e, posteriormente, tomando seu lugar. Adicionalmente, de acordo com a visão braudeliana, segundo Wallerstein¹ (*apud* ARRIGHI, 1996, p. 10), é que a expansão capitalista é dependente do poder estatal. Dessa forma, o pensamento braudeliano é utilizado por autores como Arrighi (1996), Arrighi e Silver (2001), ao relacionar os ciclos de acumulação capitalista com as estruturas de poder presentes no sistema interestatal.

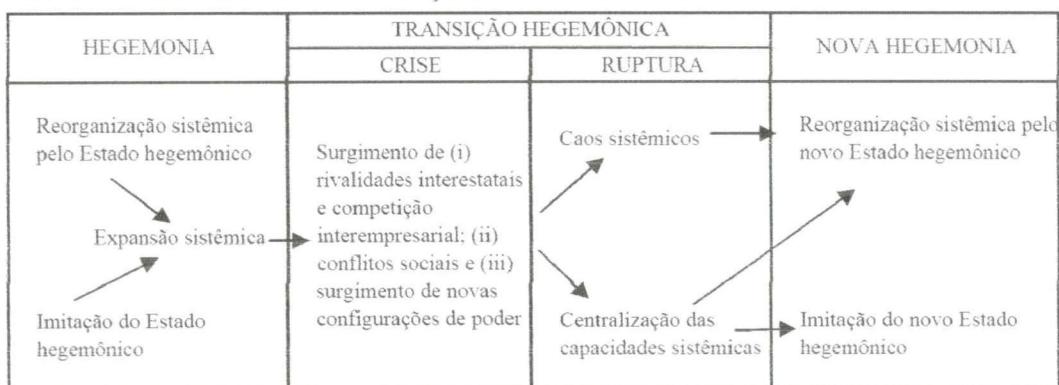
Arrighi (1996) no seu premiado livro² “O Longo Século XIX”, estuda as três hegemonias do capitalismo histórico, desde seu embrião nas cidades italianas, em

¹ WALLERSTEIN, I. (1991). **Unthinking Social Science: the limits of nineteenth-century paradigms.** Cambridge, Polity Press.

² Esse livro recebeu o prêmio “*Distinguished Scholarship*” da *American Sociological Association*, em 1995.

especial a de Gênova nos séculos XIV e XV, até as hegemonias nacionais de *facto* com a Holanda do século XVII, a Grã-bretanha do século XIX e os Estados Unidos (EUA) do século XX. Nesse livro, Arrighi apresenta a trajetória de cada hegemonia, as características de sua ascensão e declínio, tal como a sua concepção de regime de acumulação e expansão capitalista ocorrida em cada ciclo. Ao mesmo tempo, cada novo ciclo é acompanhado de uma nova hegemonia, que nasceu dentro da antiga estrutura, a qual tende a destruir junto com o poder do antigo Estado hegemônico. Por outro lado, o trabalho organizado por ARRIGHI e SILVER (2001) e com as contribuições dos mais diferentes autores, busca sistematizar profundamente a dinâmica das transições hegemônicas dentro do sistema capitalista (ver FIGURA 1).

FIGURA 1 – DINÂMICA DAS TRANSIÇÕES HEGEMÔNICAS



FONTE: Arrighi e Silver (2001b, p. 39)

A lógica do modelo apresentado por Arrighi e Silver (2001b, p. 38-44), em relação a dinâmica das transições hegemônicas no sistema capitalista (ver FIGURA 1), se baseia em três fases: (i) hegemonia; (ii) transição hegemônica e (iii) nova hegemonia.

A primeira é a hegemonia, em que a nação hegemônica reorganiza o sistema, ao inserir a sua estrutura de poder, promover a divisão/especialização das funções e, simultaneamente, ser percebido como o modelo a ser seguido pelos demais. Assim, ocorre a expansão material do capitalismo e acumulação do sistema, entretanto, a expansão acaba por minar a estrutura de poder da nação hegemônica.

A segunda é a transição hegemônica, subdivida pela sua crise e ruptura. A crise é derivada da própria expansão material capitalista promovida pela nação hegemônica, em que surgem novas estruturas de poder tão ou mais fortes que a nação hegemônica, acirrando os conflitos e a dificuldade em manter o sistema integrado. Nesse cenário, a nação hegemônica passa para a fase de expansão financeira e, assim, refugiando seu poder na esfera financeira. Desse modo, a nação hegemônica em declínio infla temporariamente o seu poder, o que a permite manter o sistema coeso, mas, por outro lado, aprofunda a sua crise e fortalece as novas estruturas de poder. A ruptura é fruto do aprofundamento da crise hegemônica, na qual leva a destruição da antiga estrutura de poder criada pela nação hegemônica e, conseqüentemente, leva a desorganização e caos no sistema. Ao mesmo tempo, os Estados que se fortaleceram dentro da “velha” ordem, passam a disputar a posição hegemônica.

A terceira fase é o estabelecimento de uma nova hegemonia, liderada por um Estado que se fortaleceu na “velha” ordem e superou as demais potências emergentes. Desse modo, esse novo Estado, vai implantar sua estrutura de poder e dar início a um novo ciclo de expansão capitalista.

O modelo de transição hegemônica apresentado (ver Figura 1), como os próprios autores Arrighi e Silver (2001b, p. 38-40) ressaltam, é um roteiro básico fruto do estudo das características das transições hegemônicas passadas, ou seja, da hegemonia holandesa para a britânica e, por sua vez, da britânica para a norte-americana. Essas características indicam um padrão de como se dá a dinâmica das transições hegemônicas, porém, as características do espaço-tempo influenciam suas formas e manifestações ao longo da história.

1.1.3 Retrospectiva: Hegemonia Britânica e Norte-Americana

Nesse trabalho é dada uma atenção especial a hegemonia britânica, do século XIX, e norte-americana, do século XX, pois ambas são realmente representantes de redes de poder com abrangência mundial, que conseguiram trazer de *facto* os demais países para a sua esfera econômica e política. Paralelamente, no período da hegemonia

britânica, nasce a primeira formatação do SMI no século XIX, e depois seu formato é influenciado pela hegemonia norte-americana ao longo do século XX.

A Grã-bretanha ascendeu como pretensa nação hegemônica ao longo do século XVIII, a medida que solapava a declinante hegemonia holandesa. Entretanto, como observa Arrighi (1996, p. 163-165), apenas durante as Guerras Napoleônicas (1799-1815) é que a Grã-bretanha se solidificou como nação hegemônica, ao eliminar sua grande antagonista, a França. Desse modo, a partir do começo do século XIX, a Grã-bretanha implantou os parâmetros básicos de sua ordem, que na visão de Polanyi (2001, p. 3) era baseada em quatro instituições: (i) balanço de poder sob a liderança britânica; (ii) padrão ouro e a integração econômica mundial; (iii) crença nos mercados auto-regulados e (iv) Estado liberal.

A eclosão da Grande Depressão (1873-1896) é o marco inicial da crise hegemônica britânica, na qual ocorre o seu refúgio na esfera financeira e, por outro lado, o surgimento de potências emergentes tão ou mais poderosas que a Grã-bretanha, principalmente os EUA e a Alemanha. Desse modo, segundo Arrighi *et. al* (2001, p. 72-74), o último quarto do século XIX presencia o acirramento da competição interempresarial e, depois, interestatal que culminou com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A Guerra comprometeu a primazia britânica nas altas finanças e as suas estruturas de poder, ao mesmo tempo, fortaleceu os EUA que despontava como pretensa nação hegemônica. Ao longo da década de 1920, de acordo com Arrighi *et. al* (2001, p. 74), a tentativa britânica de restabelecer sua estrutura de poder, acabou por acelerar a sua derrocada, ceifada definitivamente pela eclosão da Grande Depressão (1929-1933).

Os EUA despontavam como uma potência emergente no fim do século XIX, em que se fortaleceram com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ao dar um auxílio decisivo para a vitória britânica sobre a Alemanha, transformando-se na grande potência que poderia ocupar a posição hegemônica. Mas, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os norte-americanos salvaram a Grã-bretanha da Alemanha nazista e, no extremo oriente, pacificaram o Japão imperial, os EUA emergiram como a única potência capitalista, pois as demais da Europa e o Japão estavam destruídos

pela Guerra. Tanto que ao fim da Guerra, Hobsbawm (1995, p. 274-275) observa que a supremacia norte-americana era um fato, refletida na reorganização do sistema interestatal e econômico através da formação da Organização das Nações Unidas (ONU) e do “novo” SMI acordado em Bretton Woods. Nesse cenário, o único Estado que poderia se contrapor aos norte-americanos era a União Soviética, mesmo assim, apenas nas esferas política e militar.

As décadas de 1950/1960 são conhecidas como os “anos de ouro do capitalismo” e, não por coincidência, os tempos áureos do poder norte-americano, em que ocorre a expansão sistêmica capitalista comandada pelos EUA. Entretanto, como observa Arrighi (1996, p. 328-332), as instabilidades da década de 1970, são o marco inicial da crise hegemônica norte-americana, na qual a Europa e Japão renascem como potências e, simultaneamente, ocorre o fortalecimento de novas potências emergentes³. Assim, os EUA foram impelidos a implementar uma expansão financeira e inflar temporariamente seu poder, a fim de se manter como Estado central do sistema capitalista. Contudo, a expansão financeira norte-americana, especialmente após a década de 1980, acaba por fortalecer as potências emergentes e minar a sua própria capacidade hegemônica. A crise hegemônica norte-americana persiste até os dias atuais, ainda com desdobramentos nebulosos.

1.2 EVOLUÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL

Nessa seção são apresentadas as noções sobre a hierarquização do SMI, logo depois, as bases teóricas e seu funcionamento de *facto* ao longo das quatro fases do SMI: (i) padrão ouro clássico (1880-1914); (ii) período entre guerras (1918-1939); (iii) Sistema de Bretton Woods (1946-1973) e (iv) sistema atual (pós-1970). Ao mesmo tempo, delineando a influência da luta pelo poder entre as nações sobre o SMI.

³ O exemplo de fortalecimento de potências emergentes por ser evidenciado pelo recentemente estudo da instituição financeira norte-americana Goldman Sachs (2007), que prevê que quatro países emergentes denominados pela sigla BRIC (formado por Brasil, Rússia, Índia e China), nos próximos 50 anos serão as grandes potências econômicas mundiais em conjunto com os EUA. Isso não é nada mais é do que a evidência do surgimento de novas potências emergentes, cada vez mais poderosas para serem controladas pelos EUA, de forma semelhante a incapacidade britânica, no fim do século XIX, de controlar os EUA e a Alemanha.

1.2.1 Hierarquização do Sistema Monetário Internacional

Existe um influente ramo da literatura corrente que defende a existência de uma hierarquização no SMI, presente desde sua origem na segunda metade do século XIX.⁴ Para se referir a essa hierarquização autores como Flandreau e Jobst (2005, p. 977-978), costumam fazer uso da expressão “núcleo-periferia”. Dessa forma, rejeitam as visões neoclássicas sobre o SMI como, por exemplo, a de Robert Lucas, que vê o SMI como um arquipélago formado por ilhas econômicas que se inter-relacionam. Mas, ao contrário, pode ser expressa por uma metáfora proposta por Flandreau e Jobst (2005, p. 977), de que “alguns são mais iguais que outros”, inspirada no livro ficcional de George Orwell’s, denominando *Animal Farm*, em que os “mais iguais” são os países nucleares do SMI e, por sua vez, os “menos iguais” são os periféricos. Adicionalmente, essa visão hierarquizada do SMI é derivada da percepção de autores como Eichengreen (1997), que consideram essencial para que o estudo da história financeiro-monetária faça sentido, é necessário considerar o contexto que o sistema funciona e os elementos subjetivos como, por exemplo, o amadurecimento institucional, caso contrário, a análise será míope.

Em trabalhos de autores como os de Flandreau e Jobst (2005), Bordo e Flandreau (2001) Eichengreen (2004), destacam que os principais critérios para definir a hierarquização do SMI são a maturidade econômica e institucional, refletindo na confiança sobre determinado país. Assim, um país nuclear é aquele que detém maturidade econômica e institucional elevadas, passando a idéia de ser um país sólido e, conseqüentemente, menos sujeito a instabilidades e que tem sua moeda cobiçada como base para as transações internacionais. Por outro lado, o país periférico é aquele que detém menor maturidade econômica e institucional, não transmitindo a confiança necessária para o considerarem sólido, dessa forma, transforma-se em vítima prioritária das instabilidades financeiras e com a necessidade de captar moedas dos países nucleares, a fim de viabilizar suas transações internacionais. Entre os nucleares e periféricos, existem países intermediários, que gravitam entre esses dois pontos e

⁴ Entre os autores que defendem essa visão hierarquizada do SMI, podem ser citados como exemplos: Barry Eichengreen; Michael Bordo e Marc Flandreau.

apresentam uma combinação de características entre ambos. Cabe ressaltar que essa hierarquização não é exata e, portanto, pode sofrer pequenas modificações em relação a percepção dos autores e parâmetros usados em cada trabalho.⁵

Uma característica interessantíssima dos países nucleares e, de certa forma, intermediários, está relacionada com a conversibilidade de suas moedas, na qual são interessantes para basear transações internacionais e, assim, demandadas pelos demais governos e agentes estrangeiros. Por outro lado, como observa Eichengreen (2005), especialmente ao longo da trajetória do SMI, as moedas predominantes nas transações internacionais eram de países nucleares que detinham escala econômica, elevados fluxos de comércio, investimento e maior integração ao sistema. Assim, para os demais países e agentes era mais fácil conseguir essas reservas monetárias para viabilizar as transações internacionais. Entretanto, isso também representava uma vantagem para o país de origem da moeda, a medida que tinha facilidade em obter financiamentos, adquirir bens e serviços no exterior, sintetizados numa maior estabilidade e bem estar da sociedade, pois a possibilidade de não ter divisas para honrar os contratos lastreados em sua moeda é zero.

1.2.2 Padrão Ouro (1880-1914) e Período Entre Guerras (1918-1939)

A primeira configuração do SMI vigorou entre a década de 1880 e a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em que seus parâmetros básicos eram o padrão ouro e a crença nos mercados auto-regulados. Isso foi patrocinado pela Grã-bretanha a nível internacional, desde o começo do século XIX, que culminou na adoção generalizada desses parâmetros pelos demais países, permitindo que na década de 1880 nascesse o SMI. Nesse período, Bordo (2007b, p. 5) defende que ocorreu a origem dos verdadeiros modernos sistemas monetários, ao romper com as limitações

⁵ A conversibilidade ou não da moeda de determinado país no cenário internacional, trás a idéia de *original sin* (ou, na versão brasileira, de pecado original), implícita na relação núcleo-periferia. Segundo Eichengreen *et. al* (2003, p. 3-8), o *original sin* consiste na incapacidade de países periféricos de tomarem empréstimos e realizar suas transações internacionais com base na sua própria moeda, pois não está lastreada numa estrutura econômica e institucional que inspire confiança. Assim, o país é obrigado a utilizar moedas estrangeiras confiáveis para basear seus empréstimos e transações internacionais.

dos “antigos” padrões ouro, que remetem a séculos antes de cristo⁶. Adicionalmente, Bordo e a literatura corrente comumente denominam a primeira configuração do SMI de “padrão ouro clássico”, ressaltando a sua base no padrão ouro.

Antes de apresenta o mecanismo de funcionamento do “padrão ouro clássico”, é necessário definir o que é o padrão ouro. Numa definição didática, Bordo (2007b, p. 5) define o padrão ouro como um regime bimetálico, em que os países tem a obrigação de manter fixa a conversibilidade entre a moeda fiduciária nacional e determinada quantidade de ouro ou, também usada em menor escala, prata.

Os mecanismos de ajuste implícitos no padrão ouro, tomando como exemplo um país que apresenta déficits em balança de pagamentos, funcionam da seguinte forma. Se o país apresenta o déficit em balança de pagamentos, significa que está perdendo reservas em ouro e, portanto, é obrigado a reduzir a oferta monetária. Isso é justificado pelo fato de existir uma menor quantidade de ouro para lastrear a moeda fiduciária nacional e garantir sua plena conversibilidade em ouro, a uma taxa fixa. Para Bordo e Kydland (1990, p. 1-3), uma menor oferta monetária provoca dois efeitos, que se configuram como base para ação dos mecanismos de ajuste. O primeiro é redução dos preços internos em relação aos externos, incentivando as exportações e desincentivando as importações e, por sua vez, a elevação das taxas de juros internas e a conseqüente atração de capitais, ambas as formas de atrair reservas em ouro. Caso o país apresente superávit em balança de pagamentos, ocorre o inverso.

Por outro lado, a idealização dos mecanismos de ajuste do padrão ouro mostrado acima, frequentemente eram quebradas, ou, nas palavras de Keynes, as “regras do jogo” eram violadas. Assim, como observam Bordo e Mcdonald (1997, p. 4-6), os países interviam no funcionamento dos mercados, a fim de ajustar a política monetária em nome de interesses próprios. Por exemplo, esterilizar os fluxos de capitais quando o país era superavitário em balança de pagamentos, com o objetivo de acumular reservas em ouro.

⁶ Podem ser citados como exemplo das limitações: o grau de pureza do metal e “falsificação” do valor da moeda.

Nesse cenário, autores como Flandreau e Jobst (2005); Bordo e Schwartz (1994) defendem a existência de uma hierarquização no SMI, denominada comumente de “núcleo-periferia”, na qual os países nucleares desfrutavam de maior liberdade de ação do que os periféricos. Assim, o núcleo “duro” era formada por Grã-bretanha, França e Alemanha; os países intermediários formado por países como EUA⁷ e Japão e, por fim, a periferia integrada por países da América Latina, Sul e Europa Oriental.

No período entre guerras (1918-1939), a tentativa de reconstruir o SMI com base no padrão ouro pré-1914, como observam Eichengreen e Temin (1997), tinha muito a ver com a *mentalité* do padrão ouro, incorporada e defendida ardentemente pelas elites políticas, intelectuais e econômicas como a forma ideal de reconstruir o SMI, especialmente nos países Europeus. Assim, no período entre guerras, essa *mentalité* vai impulsionar a reconstrução do SMI nas bases do padrão ouro, mas, como o cenário era diferente gerou um ambiente de extrema instabilidade, a ponto de Bordo (2007, p. 5) denominou de “*the mother of financial instability*”⁸. O resultado final foi o colapso da integração econômica mundial na década de 1930, criando um ambiente propício para a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

1.2.3 Sistema de Bretton Woods: 1946-1973

O Acordo de Bretton Woods, em 1944, constituiu a base da reconstrução da integração econômica mundial, considerando a experiência com o colapso da economia mundial no período entre guerras (1918-1939) e seus efeitos deletérios sobre a manutenção da paz e prosperidade econômica internacional. Nesse trabalho, o aspecto que mais importa do Acordo são as bases da reconstrução e funcionamento do SMI, denominada Sistema de Bretton Woods, na qual os EUA e o dólar tomam uma posição central.

Em 1944, o desfecho da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) estava desenhado, a capitulação da Alemanha nazista e do Japão Imperial era uma questão de

⁷ Existem divergências em relação a posição ocupada pelos EUA na hierarquização do SMI, alguns consideram participante do núcleo e outros como um país intermediário importante. Por que os EUA despontavam como uma grande potência econômica no fim do século XIX, mas se mantinham protecionistas e não tão integrados na economia mundial.

⁸ Em uma tradução livre, a expressão significa “a mãe da instabilidade financeira”.

tempo, o que realmente ocorreu em 1945. Desse modo, os aliados comandados pelos EUA venceram a Guerra, mas, para a infelicidade das antigas potências econômicas da Europa e o Japão, o conflito destruiu sua estrutura produtiva, restando apenas os EUA como a grande potência capitalista. Assim, os EUA tiveram uma influência decisiva na formação do “novo” SMI, sintetizado no Acordado em Bretton Woods. Isso corrobora as observações de Skidelsky (1999, p. 121-122), de que no confronto entre os dois principais planos de reconstrução do SMI, o dos EUA e da Grã-bretanha, prevaleceu a visão norte-americana e da prioridade da obtenção de um padrão monetário estável.⁹

Segundo Bordo (1993, p. 31-34), a reconstrução do SMI era baseada nos problemas do período entre guerras (1918-1939), especialmente do fluxo de capitais especulativos potencialmente desestabilizadores e desvalorizações competitivas. O resultado foi a transformação do EUA no país central do sistema e, por sua vez, do dólar na sua base monetária oficial, em que detinha a plena conversibilidade com o ouro, a taxa fixa de 35 dólares por onça, e as demais moedas cotadas a uma paridade fixa em relação ao dólar. Entretanto, como observa Giovannini (1993, p. 123-125), o diferencial do Sistema de Bretton Woods em relação ao padrão ouro clássico, pré-1914, era o controle de capitais e a possibilidade dos demais países alterarem suas taxas de câmbio em nome da correção de ajustes nas contas externas, desde que autorizada pela entidade reguladora do sistema, o Fundo Monetário internacional (FMI).

Por outro lado, autores como Eichengreen (2004) e Dooley et. al (2003), defendem que no Acordo de Bretton Woods, emergiu uma nova relação núcleo-periferia. O núcleo era formada unicamente pelos EUA, que desfrutavam de todas as vantagens de deter a moeda base do sistema (ver item 1.2.1). A periferia era formada por Europa e Japão, obrigados a se subordinar aos EUA, em nome da viabilização de

⁹ A visão de como deveria ser o “novo” SMI era sintetizada no Plano White, em que a ênfase era na necessidade de um padrão monetário estável, a fim de permitir uma integração econômica mundial. Por outro lado, a visão britânica era sintetizada no Plano Keynes, no qual a ênfase era sobre os mecanismos de ajuste no setor externo das economias nacionais, em parte fruto da desagradável experiência britânica no período entre guerras (1918-1939) e prevendo situações piores no pós-guerra.

sua reconstrução pós-guerra. Os demais países não eram considerados tão integrados a economia mundial e relevantes a ponto de serem considerados parte da periferia, o que vai começar a ocorrer com força a partir da década de 1970.

Segundo Bordo (1993, p. 5-7), o Sistema de Bretton Woods pode ser dividido em duas fases: pré-conversibilidade (1946-1958) e conversibilidade (1959-1973)¹⁰. Na fase de pré-conversibilidade, a única moeda importante que era conversível era o dólar, assim, considerando a escala de comércio exterior e fluxo de capitais dos EUA, transformava o dólar na moeda mais interessante para realizar transações internacionais entre os mais diferentes países. Na fase de conversibilidade, a medida que os países Europeus e o Japão se reconstruíam e sua posição do SMI começou a migrar do periferia para o núcleo, as suas moedas passaram a serem conversíveis, dessa forma, permitindo que os agentes utilizassem moedas alternativas ao dólar para basear suas relações econômicas internacionais. Simultaneamente, como observa Bordo (2003, p. 76-80), a perda de reservas em ouro por parte dos EUA, a maior liquidez internacional do dólar, conjugada com as moedas conversíveis alternativas ao dólar, geraram um caldo de cultura propício para a proliferação da especulação financeira, mesmo com as regulamentações e restrições do Sistema de Bretton Woods, que tornavam cada vez mais difícil a manutenção do padrão ouro-dólar. Assim, devido as ondas especulativas, especialmente originadas da Europa, levaram os EUA a abandonarem o padrão ouro-dólar em 1973, decretando o colapso do Sistema de Bretton Woods e a Era do padrão dólar.

1.2.4 Sistema Atual: Pós-1970

Segundo Edwards (2001, p. 1-2), a partir da década de 1970, após o colapso do Sistema de Bretton Woods, ganhou força o movimento de defesa da desregulamentação financeira e maior mobilidades de capital, a ponto de se transformar num consenso de como atingir uma maior estabilidade no sistema.¹¹ Isso

¹⁰ O termo “moeda conversível” refere-se as moedas que podem ser trocadas livremente por moedas estrangeiras.

¹¹ O “consenso” refere-se a boa parte do *mainstream* econômico e político, dominante na orientação das ações das principais potências econômicas. Porém é natural que existam vozes discordantes, dos

tem como base teórica a crença nos mercados auto-regulados, mas, especificamente, foram resumidos por Kraay (1998) através de três argumentos. O primeiro é a redução dos riscos sistêmicos devido a diversificação dos investimentos. O segundo é a maior eficiência global dos investimentos resultado da liberdade de alocação dos capitais. O terceiro é imposição de políticas econômicas responsáveis por parte dos governos, aos olhos dos investidores. Caso contrário, a capacidade de um país atrair investimentos e capitais é comprometida e, conseqüentemente, a estabilidade econômica nacional.

O consenso de que a liberalização/desregulamentação financeira, predominante após o colapso do Sistema de Bretton Woods na década de 1970, seria o caminho para a estabilidade sistêmica, atualmente, não parece ser tão unânime na literatura corrente, especialmente após as turbulências das décadas de 1990. Por exemplo, para autores como Edwards (2001), Eichengreen (2004b) e Bordo *et. al.* (2000), os efeitos da liberalização/desregulamentação financeira são adversos e podem resultar em ambientes de maior instabilidade, especialmente para países em desenvolvimento.

Mesmo após o colapso do Sistema de Bretton Woods, na década de 1970, os EUA e o dólar mantiveram sua posição central no SMI. Entretanto, como observam autores como Eichengreen (2004) e Dooley *et. al.* (2003), a antiga periferia formada pelos países europeus e o Japão, caminharam em direção a uma posição central, a medida que se reconstruíram e transformaram-se em potências econômica, com moedas conversíveis. Por outro lado, como esses autores destacam, os países do sudeste asiático e, mais recentemente, outros emergentes¹² passaram a praticar políticas de acumulo de dólares e, em menor escala, de euros e outras moedas conversíveis. O objetivo da política dessa nova periferia é viabilizar seu desenvolvimento, as transações internacionais e inserção na economia mundial, ainda, se proteger de possíveis instabilidades.

mais diferentes credos, e que ganharam força ao longo do período, especialmente após as instabilidades da década de 1990.

¹² Por exemplo, o grupo de países emergentes formadores do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

1.3 ESTRUTURAS DE PODER CAPITALISTA E O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL

Essa seção tem como objetivo unir as mudanças estruturais nas relações de poder do sistema capitalista no âmbito internacional com a evolução do SMI, respectivamente apresentados nas seções 1.1 e 1.2. Assim, corroborando a hipótese de que a evolução do SMI foi influenciada pelas alterações na estrutura de poder do sistema capitalista no âmbito internacional.

1.3.1 Hegemonia Britânica e o Padrão Ouro Clássico

A Grã-bretanha se consolidou como potência hegemônica no início do século XIX, logo após as Guerras Napoleônicas (1799-1815), e que perdurou de certa forma até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Nesse período os britânicos lançaram as bases da primeira configuração do SMI no início do século XIX, logo depois promoveram a integração da economia mundial e, no último quarto do século, tutelaram o surgimento do SMI.

No começo do século XIX, a Grã-bretanha como potência hegemônica passou a organizar e liderar o sistema interestatal em nome de seus interesses, mas, em relação ao SMI, os britânicos tiveram uma influência decisiva sobre dois pontos fundamentais, citados por Polanyi (2001, p. 3) como parte das instituições básicas da civilização do século XIX, o padrão ouro e a crença nos mercados auto-regulados. Ao mesmo tempo, como ressaltam Arrighi e Silver (2001b, p. 36-38), dentro da perspectiva do processo de transição hegemônica, a nação hegemônica integra o sistema interestatal sobre sua tutela, na qual os demais países vêm uma relação custo/benefício interessante em se integrar a rede de poder proposta pela nação hegemônica, simultaneamente, ela se transforma num modelo a ser seguido pelos demais. Isso fornece uma explicação plausível para a afirmação de Bordo (2007b) e tantos outros, sobre a disseminação do padrão ouro e da crença no livre mercado ao longo do século XIX, pois esses parâmetros se transformaram em pré-requisitos para viabilizar a integração econômica desses países a ordem britânica.

Nas décadas de 1820/1830 a aceitação dos dogmas do padrão ouro e da crença nos mercados auto-regulados, permitiu a preparação do ambiente econômico mundial

para uma integração cada vez maior. Assim, como observa Arrighi (1996, p. 164-167), ganha impulso a fase de expansão material do sistema capitalista, sob o comando britânico e que vai perdurar até a década de 1870. Dessa forma, entre as décadas 1840 e 1870 ocorre uma integração da economia mundial nunca antes vista, dentro do cenário de prosperidade do sistema capitalista, tanto que na obra de Hobsbawm (2007) destaca essa integração e a expansão do industrialismo britânico pelos demais do sistema, especialmente europeus e os EUA. Por outro lado, tanto Hobsbawm (2007) quanto Polanyi (2001, p. 3-5) atribuem uma importância crucial ao padrão ouro, como símbolo e veículo da integração econômica mundial sob a égide britânica. Isso é justificado pela necessidade de um SMI que facilite o fluxo de capitais entre países, em que o padrão ouro e seus parâmetros de funcionamento se mostravam aceitáveis para lastrear essa integração econômica mundial crescente.

A partir da década de 1870 inicia-se a crise da hegemonia britânica, anunciada eclosão da Grande Depressão (1873-1896). Isso significa, de acordo com as observações de Arrighi (1996, p. 167-169), que o sistema comandado pelos britânicos passa de expansão material para a financeira, na qual os britânicos começam a se refugiar nas altas finanças e a medida que novas potências militar-industriais surgem dentro da sua rede de poder, especialmente EUA, Alemanha e, em segundo plano, França. Assim, entre a década de 1880 e o ano de 1914, Bordo (2007, p. 3-5) defende que ocorreu a época de ouro da globalização financeira, em que os principais mercados financeiros mundiais passaram a ser integrados tal como a economia mundial, permitindo a movimentação de capitais a nível internacional, sob a liderança britânica. Por outro lado, nesse período as potências emergentes, especialmente França e Alemanha, começam a ter cada vez mais relevância na economia mundial, a medida que elevam seu fluxo comercial e de investimentos. Desse modo, como observa Eichengreen (2005, p. 6-8), o franco francês passa a ser a segunda moeda de reserva internacional, seguindo pelo marco alemão, em que pese que os EUA tinham uma participação passiva na integração econômica mundial.

1.3.2 Ruptura da Hegemonia Britânica e o Período Entre Guerras (1918-1939)

No período de 1880-1914 se consolidam estruturas de poder cada vez mais poderosas, em relação a declinante hegemonia britânica, especialmente a Alemanha e os EUA. Tanto que no livro de Hobsbawm (1989), denominado “*The Age of Empire*” (ou, na versão abrigada, “A Era dos Impérios”), destaca o surgimento de novas estruturas de poder tão ou mais poderosas que a britânica, especialmente o Império Alemão, refletido numa maior competição interestatal, apimentada pela disseminação do nacionalismo extremado. Nesse cenário, o clima belicista entre as grandes potências econômicas é exacerbado, protagonizado pelos blocos liderados pela decadente Grã-bretanha e ascendente Alemanha, que vai culminar com o êxtase da competição interestatal que foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Segundo Arrighi *et. al* (2001, p. 82-83), a Guerra marcou o início da ruptura da hegemonia britânica, a medida que ela liquidava seus ativos no exterior e contraía empréstimos, principalmente nos mercados norte-americanos, a fim de custear a Guerra com a Alemanha. Isso levou a Grã-bretanha comprometer sua primazia financeira no pós-guerra, fortalecer a posição dos EUA como pretensa nação hegemônica, apesar de ter conseguido neutralizar temporariamente a Alemanha, como pretensa potência hegemônica. Por um lado, a eclosão da Guerra, em 1914, decretou o fim da primeira fase do SMI (1880-1914), mas, de outro, o seu fim, em 1918, marca o início de uma nova fase do SMI, denominada período entre guerras (1918-1939). Essa divisão é comumente usada pelos autores que tratam do SMI, que pode ser evidenciado nos trabalhos de Eichengreen (2005) e Bordo e Flandreau (2001).

Mesmo com a nova distribuição de poder mundial e um cenário substancialmente diferente, prevalece o que Eichengreen e Temin (1997) denominaram de *mentalité* do padrão ouro, na qual as elites econômicas, políticas e intelectuais defendiam a reconstrução do SMI baseado nos preceitos pré-1914, como a fórmula ideal para obter um ambiente de estabilidade e integração econômica mundial. Assim, na década de 1920, a maioria dos países começou a retornar ao padrão ouro sob a liderança da britânica, que se julgava o mesmo país que tinha comandado o SMI no pré-guerra. Assim, como mostra o trabalho de Bordo e Hautcoeur (2007), a Grã-

bretanha começou seu retorno ao padrão ouro em 1925, na mesma paridade do pré-1914, a fim de garantir a sua credibilidade como líder do SMI, mas, o resultado foi uma dura política deflacionista, que prejudicou a economia britânica e impulsionou o deslocamento do centro financeiro mundial de Londres em direção a Paris e Nova York. Segundo Arrighi *et. al* (2001, p. 83), isso se deve ao fato da debilitada primazia financeira britânica e, ao mesmo tempo, os EUA passaram a ser grandes exportadores de capital provocando flutuações no sistema, que a Grã-bretanha não tinha como amenizar sem se prejudicar.

No fim da década de 1920, a eclosão da Grande Depressão (1929-1933), inicia um período de ataques de uma série de ataques especulativos contra a manutenção do padrão ouro, na qual os países não poderiam defendê-lo sem prejudicar sua economia e bem estar da população. Assim, como observa o trabalho de Eichengreen e Temin (1997), as potências econômicas começam a abandonar o padrão ouro, a medida que novos partidos liberais emergem, em que dão maior importância aos interesses nacionais do que a manutenção do padrão ouro, mas, infelizmente, teve como resultado o colapso do SMI e integração da economia mundial. Entretanto, outro significado do abandono do padrão ouro, como observa Polanyi (2001, p. 29-30), foi o colapso da ordem britânica e de sua visão de mundo. Nas palavras de Arrighi (1996, p. 284-285), isso significou a crise terminal da hegemonia britânica, da sua visão de mundo e modelo de integração da economia mundial.

Na década de 1930, a implosão da organização de mundo britânica e a autarquização da economia mundial, gerou um cenário instável e propenso ao choque bélico entre as grandes potências econômicas, que realmente ocorreu na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse cenário, como observa Arrighi *et. al* (2001, 89-90), a medida que os EUA vencem a Alemanha nazista na Europa e, no extremo oriente, ceifam as ambições imperiais japonesas, despontam como a única superpotência do mundo capitalista, livres para organizar sua ordem hegemônica.

1.3.3 Hegemonia Norte-Americana e o Sistema de Bretton Woods (1946-1973)

No final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os EUA acumularam um poder econômico, político e militar sem antecedentes, as demais potências econômicas capitalistas da Europa e o Japão estavam destruídas e incapazes de fazer frente aos EUA. Isso levou Hobsbawm (1995, p. 274) a afirmar que “*the U. S. supremacy was, cf course, a fact*”. Para Arrighi *et. al* (2001, p. 90-91) o fantástico acúmulo de poder pelos EUA, na criação de uma nova ordem mundial centrada e organizada pelos norte-americanos, eram sintetizadas em três pontos: (i) o “novo” SMI lançados em Acordo de Bretton Woods; (ii) a demonstração dos alicerces militares nos ataques nucleares a Hiroshima e Nagasaki; e (iii) as normas de legitimação da condução da ordem e da guerra explicitados na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Acordo de Bretton Woods, em 1944, lançou a arquitetura básica da reconstrução do “novo” SMI, que refletia uma visão muito mais norte-americana e a sua ênfase na necessidade de uma moeda estável para sustentar a integração econômica mundial. Além do mais, segundo Bordo (1993, p. 31-34), no Acordo foi estabelecido o padrão ouro-dólar, e uma série de regulamentações financeiras para evitar fluxos de capitais especulativos e desestabilizadores. Nesse cenário, como pode ser observado nos trabalhos de Eichengreen (2004) e Dooley *et. al.* (2003), os norte-americanos tinham ciência das vantagens de ter a moeda base do SMI, principalmente, num primeiro momento, a facilidade de investimento no exterior e, posteriormente, de importação e oferta de crédito. Assim, o dólar passou a ser a única moeda conversível do sistema, pois a única potência econômica que assumia a posição de núcleo e, por sua vez, a periferia era formada por Europa e o Japão. Adicionalmente, para Arrighi (1996, p. 286-289), o arranjo do Acordo de Bretton Woods, acabou por colocar o *Federal Reserve* no comando do SMI, diferente dos formatos anteriores que mantinham o comando do SMI nas mãos privadas, além do mais permitiu a redistribuição da liquidez norte-americana através do massivo investimento na reconstrução da Europa e Japão e, assim, aprofundamento da sua rede de poder.

Dessa forma, nas décadas de 1950/1960, sob o domínio do Sistema de Bretton Woods, os norte-americanos lideraram a expansão material do sistema capitalista,

porém, no fim da década de 1960 e início de 1970, o sistema de acumulação norte-americano dava sinais da transição da fase de expansão material para a expansão financeira. As duas fases do Sistema de Bretton Woods vistas por Bordo (1993, p. 5-7) e comumente usadas de pré-conversibilidade (1946-1958) e conversibilidade (1959-1973), tem significados especiais dentro do sistema de acumulação norte-americano. A fase de pré-conversibilidade é o tempo áureo do dólar e dos EUA, mas, por outro lado, a fase de conversibilidade permitiu o surgimento de outras moedas conversíveis e a possibilidade de especular contra a paridade ouro-dólar. Ao mesmo tempo, que os países europeus e o Japão migravam de uma posição periférica no SMI pra uma intermediária.

Segundo Arrighi (1996, p. 308-309), entre os anos de 1968-1973, os EUA passavam a perder o controle sobre o Sistema de Bretton Woods, em que sua sustentabilidade demandava, cada vez mais, ônus que bônus por parte dos EUA. Desse modo, os EUA começaram a desvalorizar sua moeda em relação ao ouro em 1971 e, finalmente, em 1973, abandonaram o padrão ouro. Ao mesmo tempo, como observa Tavares (1985, p. 5-6) o mundo caminhava para ser um lugar bacana e multipolar.

1.3.4 Crise Hegemônica Norte-Americana e o Sistema Monetário Internacional: Pós-1970

Após os EUA abandonarem definitivamente o padrão ouro-dólar, decretando o Colapso de Bretton Woods, em 1973, como observa Arrighi (1996, p. 309-311), foi um dos aspectos da perda da capacidade norte-americana de governar o mundo e legitimar sua posição, levando as elites dos EUA abandonarem o mundo a sua própria sorte. Porém, como ressalta Arrighi (1996, p. 310-311), isso levou a um aprofundamento da desestabilização do sistema, mas, ao mesmo tempo, os EUA começavam um movimento de expansão financeira, se aproveitando dos mesmos mercados financeiros que provocaram o colapso do padrão ouro-dólar. Por outro lado, esse cenário passa ser propício para o surgimento do movimento de “retomada da hegemonia norte-americana” na década de 1980, incorporada pelo governo republicano de Ronald Reagan (1981-1989).

Entretanto, no fim da década de 1970 e durante a de 1980, segundo o trabalho de Tavares (1985), ocorrem dois movimentos que impulsionaram a expansão financeira norte-americana e permitem a “retomada da hegemonia norte-americana”. O primeiro foi a política de dólar forte no fim da década de 1970, na qual o *Federal Reserve* ignorou as tentativas de um novo acordo sobre a formatação do SMI, que deslocasse os EUA de sua posição central. Desse modo, o *Federal Reserve* iniciou o movimento de alta nas taxas de juros norte-americanas, disciplinando o mercado financeiro para a manutenção de sua hegemonia. O segundo é a política do governo Reagan em implementar a liberalização/desregulamentação financeira e de demais mercados, que complementaram a política de dólar forte implementada pelo *Federal Reserve*, a medida que permite que os capitais se movimentem e retornem aos EUA. Paralelamente, como sarcasticamente ressalta Tavares (1985), o governo Reagan fez uso de uma “política keynesiana bastarda” de realocação dos gastos estatais, enfatizando o fortalecimento do poder militar norte-americano, em detrimento dos gastos em áreas sociais, como também, a redução dos impostos dos mais ricos, além da incorporação do neoliberalismo na estrutura de poder dos EUA. As atitudes do governo Reagan e o neoliberalismo foram muito criticadas por Stiglitz (2004), ex-assessor econômico do governo democrata Clinton (1993-2001), mas, feliz ou infelizmente, os novos parâmetros da hegemonia norte-americana estavam dados, o que restava aos governos seguintes era administrar a situação.

Na conclusão do trabalho do trabalho organizado por Arrighi e Silver (2001c), considera que a expansão financeira promovida pelos norte-americanos, a partir da década de 1970, serviu para inflar o seu poder e manter a sua ordem coesa, além do mais conseguiu fagocitar a União Soviética e a ameaça comunista. Por outro lado, Arrighi e Silver (2001c) que ocorreu uma bifurcação entre o poder militar e financeiro, em que os EUA se sustentam como a única superpotência militar. Mas, ironicamente, os norte-americanos estão cada vez mais dependentes dos mercados financeiros globais e de outros países emergentes, que estão se utilizando a rede de poder norte-americana para se fortalecer, refletindo numa enorme vulnerabilidade. A sustentabilidade da financeirização da economia norte-americana e de seu crescente

grau de endividamento, segundo Eichengreen (2004), está ligada a confiança atribuída aos EUA, em que fatores como o desempenho de sua economia e a gestão as finanças públicas.

Agora, quais são os reflexos da expansão financeira norte-americana sobre o SMI? Segundo Bordo (2007, p. 2-8), ocorrem duas principais mudanças. A primeira é a adoção do padrão dólar, na qual a moeda não tem mais lastro em ouro e tem cotação flutuante. A segunda são a liberalização e desregulamentação financeira, permitindo que os capitais se movimentem com maior liberdade na economia mundial, também, refletindo numa maior integração dos mercados financeiros globalizados. Isso criou um ambiente mais volátil, tal como Eichengreen (2004b), sendo deletérios especialmente para os países de menor maturidade institucional e financeiro que são mais frágeis.

Outra mudança é na relação núcleo-periferia dentro do SMI, observadas nos trabalhos de Eichengreen (2004) e Dooley *et. al* (2003), em que o núcleo continua sendo os EUA, mas, como os países europeus e o Japão caminham em direção ao núcleo, o que acaba por sustentar a posição central dos EUA e do dólar no SMI é a nova periferia. Essa nova periferia é formada pelos países do Sudeste asiático e, mais recentemente, outros emergentes (por exemplo, Brasil), que não tem maturidade institucional-econômica e, conseqüentemente, moedas conversíveis, assim, utilizam políticas de acumulo de dólares e compra de ativos no exterior como uma garantia contra as instabilidades financeiras, viabilizar suas transações internacionais e desenvolvimento. Nesse contexto, os ativos comprados por esses emergentes são norte-americanos, que segundo Eichengreen (2004), vão sustentar as extraordinárias vantagens dos norte-americanos sustentarem um maior grau de endividamento (público, privado e externo) e, assim, um maior consumo e bem estar de sua sociedade.

Por outro lado, esse rearranjo da relação núcleo-periferia no SMI nas últimas décadas, implica, paradoxalmente, numa perda relativa da posição central dos EUA e do dólar no SMI. Pois, como observa Eichengreen (2005), a medida que a antiga e nova periferia caminha em direção ao núcleo, passam a serem países economicamente importantes e sólidos, refletindo em moedas cada vez mais próximas da

convertibilidade, e que vão dividir espaço com o dólar. Por exemplo, a zona do euro que ofereceu ao mundo econômico uma moeda conversível, lastreada pelos países europeus (especialmente, duas potências econômicas França e Alemanha) e com uma elevada escala econômica, de fluxos comerciais e investimento, a transformando numa alternativa ao dólar. No trabalho de Eichengreen (2005), também “especula” sobre as possíveis novas moedas conversíveis de países emergentes nas próximas décadas, mas, a mensagem central do trabalho é que o mundo das moedas conversíveis e da estrutura econômica mundial tende a ser menos centralizado nos EUA, em nome de novos núcleos de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse capítulo teve como objetivo buscar a influência dos ciclos de acumulação/expansão capitalista braudelianos, em que ocorre a alternância entre fases de expansão material e financeira, destacando a estrutura de poder interestatal no sistema capitalista, sobre a evolução do SMI nos últimos dois séculos, em destaque a hegemonia britânica e norte-americana. Ao mesmo tempo, servir de base teórica e abrir caminho para a investigação mais aprofundada nos próximos capítulos.

Na seção 1.1 foram apresentados o que são os ciclos de acumulação capitalista braudelianos, como também, a sua influência para a criação de modelos que permitam compreender a dinâmica de transição hegemônica. Logo depois, trás uma breve visão sobre as hegemonias britânica, no século XIX, e norte-americana, no século XX.

Na seção 1.2 foram apresentadas as idéias sobre a hierarquização do SMI, verificada desde seu nascimento, em que são delineados os traços iniciais da luta de poder no âmbito interestatal. Ao mesmo tempo, foram apresentadas as fases do SMI, com foco especial na sua base teórica e o funcionamento de *facto*, contextualizando com hierarquização do SMI.

Na seção 1.3 foram combinados os elementos da seção 1.1 com a 1.2, a fim de verificar a influência dos ciclos de acumulação capitalista braudelianos e de suas manifestações na estrutura de poder interestatal com a evolução do SMI.

A hipótese inicial do trabalho, e não apenas do capítulo, foi de que os ciclos de acumulação e lutas pelo poder dentro do sistema capitalista, no âmbito internacional, são fundamentais para a evolução do SMI. Isso pode ser comprovado por meio da contextualização das fases do SMI em relação a dinâmica de transição hegemônica. O padrão ouro (1880-1914) foi formatado dentro da hegemonia britânica do século XIX, em que sua base de crença nos mercados auto-regulados e o padrão ouro, estão incorporados a sua estrutura de poder e, assim, os demais países acabaram por aceitar esses dogmas e criar um ambiente propício ao surgimento do SMI. No período entre guerras (1918-1939) ocorre a crise terminal da hegemonia britânica, sua estrutura de poder se dissolve, inviabilizando a reconstrução do SMI nas bases pré-guerra, mas, devido à insistência britânica, culminou com o colapso do SMI e desarticulação da integração econômica mundial. O Sistema de Bretton Woods (1946-1973) tem como pano de fundo a ascensão do poder hegemônico norte-americano, que influenciou ao novo SMI, ao impor de forma consentida o dólar como moeda base do sistema, que ficou sob o seu comando, além de explicitar a descrença nos mercados auto-regulados. Após o colapso do Sistema de Bretton Woods, na década de 1970, retorna a crença nos mercados auto-regulados, na qual os EUA acabam por se tornar o seu grande defensor e incorporá-lo na estrutura de poder.

2 ORDEM BRITÂNICA DO SÉCULO XIX E O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL PRÉ-1914

Esse capítulo vai abordar a influência da hegemonia britânica, do século XIX, sobre os parâmetros básicos e nascimento da primeira configuração do sistema monetário internacional, na década de 1880, até sua extinção, em 1914, no início da Primeira Guerra Mundial. E, assim, corroborar a hipótese inicial de que o sistema monetário internacional e o movimento de globalização financeira, do fim do século XIX, foram resultados diretos da forma de reorganização interestatal e integração econômica promovida pelos britânicos, e do próprio exercício hegemônico da Grã-bretanha, após o término das Guerras Napoleônicas, em 1815. A hipótese inicial vai explorar melhor a parte referente a economia política, especialmente dentro da divisão do poder mundial e jogos de interesses, que está implícita na formatação do próprio sistema.

O capítulo está organizado em três seções: (i) a hegemonia britânica; (ii) a decadência da hegemonia britânica e o surgimento de potências concorrentes e (iii) o sistema monetário internacional pré-1914.

A primeira seção trata da construção e dos tempos áureos da hegemonia britânica, seguindo as observações sobre a evolução da divisão de poder dentro do sistema interestatal capitalista feitas por Arrighi e Silver (2001b, p. 38-40), em que a “nova” potência hegemônica nasce e se fortalece dentro da rede de poder da “antiga” potência hegemônica. Desse modo, a potência hegemônica do século XIX, a Grã-bretanha, nasceu dentro da rede de poder da hegemonia precedente, que era a holandesa. Assim, a medida que a hegemonia holandesa entrava em colapso, ao longo do século XVIII, os britânicos beneficiavam-se e acumulavam vantagens que permitiam elevar seu poder em relação aos demais países do sistema interestatal. Entretanto, somente nas Guerras Napoleônicas (1799-1815), a Grã-bretanha vai transformar seu acúmulo de poder em uma ordem hegemônica, permitindo que a Grã-bretanha reorganizasse o sistema interestatal e iniciasse um novo ciclo de expansão capitalista, que vai persistir até a Grande Depressão (1873-1896).

A segunda seção trata da crise da hegemonia britânica, que abrange o período entre o início da Grande Depressão, na década de 1870, e o começo da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Nesse período, como observa Arrighi (1996, p. 59), a Grã-bretanha começou a perder a capacidade de governar e liderar o sistema que ela própria concebeu, em que a emergência de novas potências vão se fortalecer e, ao mesmo tempo, minar a rede de poder britânica. Essas potências emergentes eram basicamente os EUA e a Alemanha. Por outro lado, de acordo com Arrighi *et. al* (2001, p. 76-77), o poder britânica vai se basear cada vez mais na esfera financeira, se transformando no “centro nervoso” das finanças mundiais.

A terceira seção do capítulo correlaciona a trajetória do sistema monetário internacional, desde seu primórdio no século XIX até eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, com a fase áurea e decadência da ordem britânica. Dessa forma, confirmando a hipótese inicial de que a primeira formatação do sistema monetário internacional, baseado no padrão ouro e surgido no fim do século XIX, é o resultado da organização do sistema interestatal e divisão de trabalho promovida pela nação hegemônica da época, a Grã-bretanha.

2.1 HEGEMONIA BRITÂNICA

A Grã-bretanha foi a nação hegemônica do século XIX, em que seu tempo áureo ocorreu entre o fim das Guerras Napoleônicas, em 1815, e o começo da Grande Depressão, na década de 1870. Segundo Arrighi *et. al* (2001, p. 51-53), ao longo do século XVIII, a Grã-bretanha solapou, paulatinamente, a decadente hegemonia holandesa, mas apenas durante as Guerra Napoleônicas (1799-1815), os britânicos encontraram uma situação propícia para reorganizar o sistema interestatal e a divisão mundial do trabalho, a fim de consolidar sua hegemonia. Por outro lado, a Grande Depressão (1873-1896), de acordo com Arrighi *et. al* (2001, p. 75-77), marcou o início da crise da hegemonia britânica, com o surgimento de novas estruturas de poder e a intensificação da competição interestatal, resultando na eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914.

2.1.1 Antecedentes

A Holanda (ou Províncias Unidas) foi primeira nação a consolidar sua hegemonia dentro do sistema capitalista, que de acordo com Arrighi (1996, p. 43-44), o marco inicial foi o Tratado de Vestfália, de 1648, em que foi liquidado o sistema de governo medieval e lançou as bases do moderno sistema de Estados nacionais. Assim, os holandeses legitimaram a soberania dos Estados nacionais e a idéia de que todos os Estados fazem parte de um sistema político único, formado por iguais, mas, que a princípio, estava restrito aos países europeus.

Os fundamentos da hegemonia holandesa, como nota Arrighi (1996, p. 45-47), residia no controle das redes comerciais e financeiras. Entretanto, a medida que a competição pelo controle das redes comerciais se acirrou, a hegemonia holandesa passou a se refugiar, cada vez mais, na esfera financeira ao fazer uso da enorme liquidez que tinha acumulado nos seus tempos áureos. Assim, no século XVIII, a Holanda passou a desfrutar da posição de grande credora e/ou o centro da especulação financeira e agiotagem da Europa. Porém, segundo Arrighi *et. al* (2001, p. 62-63), as instabilidades político/econômicas¹³ da segunda metade do século XVIII, também ceifaram a primazia financeira holandesa, cedendo seu lugar de destaque gradualmente para a Grã-bretanha.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, ainda dentro da rede de poder holandês, a Grã-bretanha começou a ganhar musculatura econômica, política e militar, a ponto de passar a ser percebida como uma pretensa nação hegemônica. As principais vantagens britânicas podem ser resumidas, principalmente, em: (i) supremacia naval; (ii) maturidade institucional e (iii) capacidade produtiva inigualável.

A supremacia naval britânica, segundo Benjamin e Tifrea (2007, p. 968-970), entre 1660 e 1815, permitiu que a Grã-bretanha obtivesse esmagadoras vitórias sobre as demais potências navais, principalmente, num primeiro momento, sobre a Holanda e, posteriormente, a França bonapartista. Deste modo, os britânicos puderam exercer o

¹³ Entre as instabilidades mais importantes sofridas pela a Holanda, no século XIX, podem ser destacadas: (i) os calotes recebidos de seus devedores, tendo como reflexo crises financeiras; (ii) gastos com o envolvimento no movimento de independência norte-americano e (iii) a eclosão de Guerras Civis entre holandeses.

controle sobre as rotas comerciais extra-européias. Adicionalmente, como observa Kingston (2007, p. 379-380), a maioria do comércio internacional extra-europeu passava pelas rotas marítimas e, assim, o país que detivesse a supremacia naval, controlaria as rotas marítimas e, conseqüentemente, as rotas comerciais.

Como defende Brunt (2006, p. 74-76), a maturidade institucional (ou a existência de boas instituições) na Grã-bretanha e o conseqüente respeito aos investidores, não encontrado em nenhum outro país da Europa a época, inspiravam confiança. Assim sendo, os britânicos construíram um sistema bancário e financeiro sólidos, utilizados para financiar a Revolução Industrial, os gastos do governo e, no futuro, a base das redes comerciais e financeiras para a integração econômica mundial. Paralelamente, ao longo do século XVIII, segundo Arrighi (1996, p. 163), os investidores estrangeiros, principalmente da decadente e rica em capitais excedentes Holanda, viam na Grã-bretanha um porto seguro para aplicar seus recursos. A junção da maturidade institucional e a atração de capitais externos transformaram, gradualmente, Londres no novo centro financeiro da Europa, e minaram a posição anteriormente ocupada por Amsterdam.

A Revolução Industrial, iniciada na Grã-bretanha, permitiu aos britânicos se tornarem a “oficina do mundo” e obter uma estrutura produtiva inédita. Segundo Arrighi (1996, p. 56; 179-181), o papel de “oficina do mundo” exercida pela Grã-bretanha, no século XVIII e na primeira metade do XIX, teve o papel de acelerar o processo de transição hegemônica a medida que aumentou a velocidade do processo de acumulação capitalista. Concomitantemente, talvez o desdobramento mais importante da Revolução Industrial, foi o de ampliar o alcance e o poder das redes comerciais e financeiras, constituindo as verdadeiras bases da hegemonia britânica.

Durante as Guerras Napoleônicas, quando a Grã-bretanha foi impelida a combater a França Bonapartista, o seu grande adversário frente a consolidação de sua hegemonia, os britânicos estavam numa posição privilegiada em razão do acúmulo de vantagens e capacidades sistêmicas, citadas nos parágrafos acima. Assim, como observa Arrighi (1996, p. 163-165), a atração de capital externo (principalmente holandeses) e a capacidade produtiva derivada da Revolução Industrial, permitiram

que a Grã-bretanha liquidasse sua dívida externa, elevasse sua capacidade de endividamento estatal, muito útil para financiar o seu esforço de guerra e dos aliados. Paralelamente, a supremacia naval britânica permitia que mantivesse o controle sobre as rotas comerciais extra-européias e, portanto, o intercâmbio comercial com o mundo extra-europeu foi pouco ou nada afetado pelo conflito com a França.

2.1.2 Consolidação e Bases

As Guerras Napoleônicas (1799-1815) constituem o fato histórico que permitiu a Grã-bretanha consolidar sua hegemonia. Nas palavras de Arrighi (1996, p. 52), os britânicos solidificaram sua hegemonia “por liderar uma vasta aliança de forças primordialmente dinásticas na luta contra essas violações [da França de Napoleão Bonaparte] de seus direitos absolutos de governo e em prol da restauração do Sistema de Vestfália”. E, assim, a Grã-bretanha triunfou sobre a França, em 1815, oficializando sua hegemonia com o Tratado de Viena, no mesmo ano, e reforçada no Congresso de Aix-la-Chapelle, em 1818.

A hegemonia britânica e a sua ordem do século XIX, segundo Polanyi (2001, p. 3-6), era baseada em quatro instituições. A primeira era o sistema de equilíbrio de poder, assim, permitindo que na Europa triunfasse um período de relativa paz sob o comando britânico, denominado por Polanyi de “*the hundred year’s peace*” (ou, na versão traduzida, a paz dos cem anos), que vigorou entre o fim das Guerras Napoleônicas, em 1815, até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Essa concepção britânica de equilíbrio de poder visto por Polanyi vai impulsionar a Grã-bretanha a preservar a soberania francesa e, ao mesmo tempo, satisfazer parte dos governos absolutistas que lutaram contra a França Bonapartista. A segunda é a adoção do padrão ouro pela maioria dos países, como um símbolo e meio para a cooperação e integração da economia mundial. A terceira é a crença nos mercados auto-regulados, ou melhor, no livre mercado. E, por último, a predominância do Estado liberal, no sentido de servir aos capitalistas, mesmo que paradoxalmente a maioria dos aliados britânicos que lutaram contra a França fosse absolutista, que logo foram paulatinamente substituídos por Estados liberais.

A base da hegemonia britânica, de acordo com Arrighi (1996, p. 179-181), era a intermediação comercial e financeira, semelhante ao capitalismo holandês, entretanto, os britânicos tinham a vantagem de possuir uma base produtiva sólida, que serviu para ampliar o alcance e densidade de suas redes comerciais e financeiras. Dessa forma, como nota Arrighi *et. al* (2001, p. 71-73), a Grã-bretanha criou um sistema integrado de transporte e produção, com pouco espaço para a auto-suficiência nacional, construindo uma integração econômica mundial, que vai sobreviver a sua fase de “oficina do mundo” e a competição industrial de outras potências, a partir do último quarto do século XIX. Os dois parâmetros que vão orientar a ação da Grã-bretanha como nação hegemônica são: o imperialismo e o livre mercado.

A definição de imperialismo proferida por Lênin (1984) é baseada em cinco aspectos: (i) a concentração da produção e capital, culminando no surgimento de monopólios; (ii) a fusão do capital bancário com o industrial, levando ao surgimento do capital financeiro; (iii) ênfase na exportação de capitais em detrimento a exportações de mercadorias; (iv) a formação de monopólios internacionais entre capitalistas, que partilham o mundo entre si e (v) a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. Considerando a definição de Lênin de imperialismo, os aspectos mais evidentes do imperialismo britânico recaem sobre a expansão territorial, notadamente sobre a África e Ásia, e, especialmente no último quarto do século XIX, o capital financeiro e exportação de capitais.

A ideologia do liberalismo e, principalmente, dos mercados auto-regulados, transformou-se no instrumento de governo mundial e dominação britânica mais poderosa do que o imperialismo. A crença nos mercados auto-regulados, segundo Polanyi (2001, p. 71-72), se baseava na idéia de que os mercados poderiam se ajustar autonomamente devido a sua própria operação e, assim, obtendo melhores resultados e eficiência econômica. Desse modo, de acordo Hobsbawm (2007, p. 61-62), a defesa da eliminação das barreiras institucionais, que limitassem o movimento de fatores de produção e a lucratividade, ganhava força. Entretanto, a ideologia do liberalismo não era apenas uma utopia irracional, mas, sim, representou uma forma de legitimar a poder hegemônico britânico, além de representar facilidades para os capitalistas

britânicos para adquirir insumos, conquistar novos mercados consumidores, oportunidades de investimento e maiores lucros, tanto no cenário interno quanto externo.

A junção entre a ideologia do liberalismo e imperialismo vai sintetizar os parâmetros mais evidentes em relação ao exercício da hegemonia britânica, ao longo do século XIX. Principalmente, a ideologia do liberalismo que tem o papel fundamental de legitimar o poder britânico e, adicionalmente, ampliá-lo. Dessa forma, como observa Arrighi (1996, p. 54-56), a união entre as práticas imperiais e liberais, levou a hegemonia britânica do século XIX a ser denominada de “imperialismo de livre-comércio”, ao ressaltar a defesa do livre mercado e as nuances imperiais do período.

2.1.3 Fase Áurea

Segundo os parâmetros que orientaram a hegemonia britânica (ver item anterior), a Grã-bretanha começou a buscar a expansão territorial além mar, especialmente sobre a África e Ásia, por meio de ações imperiais. Simultaneamente, os britânicos começaram a pregar a ideologia do livre mercado, constituindo um instrumento de coerção maravilhoso.

A motivação do imperialismo britânico é semelhante a da crença no livre mercado, tal como observa Arrighi *et. al* (2001, p. 76), o imperialismo teve como motivações básicas: a buscar matérias-primas para abastecer suas indústrias e, ao mesmo tempo, criar novos mercados consumidores e oportunidades de investimentos. Contudo, uma explicação adicional, para a expansão territorial e ações imperiais britânicas, segundo Arrighi (1996, p. 179-183) é a concepção territorialista, verdadeira ou não, de que uma maior amplitude territorial significa maior poder nacional. Dessa forma, a Grã-bretanha beneficiada de ter uma supremacia naval inquestionável, até a metade do século XIX, ampliou seu domínio territorial pelos quatro cantos do mundo, especialmente sobre a grandes áreas da Ásia e África.

A ideologia do livre mercado defendida apaixonadamente pelos britânicos merece uma atenção especial, pois fez parte de um instrumento fantástico de

dominação e organização do mundo sob a égide britânica. Em especial, a influência do livre comércio britânico sobre a concepção da primeira configuração do sistema monetário internacional, vigente entre 1880 e 1914, é decisiva (ver item 2.3.1). Entretanto, como previne Hobsbawm (2007, p. 61-65), a aceitação do dogma do livre mercado tem muito mais a ver com os interesses dos governos nacionais, do que a empolgação irracional com a utopia liberal.

Para a Grã-bretanha, a justificativa para o do livre mercado residia, segundo Arrighi *et. al*, (2001, p. 69-71), na necessidade de obter insumos básicos a baixo custo para abastecer suas indústrias, o acesso a novos mercados consumidores e oportunidades de investimento e especulação financeira. Não que a defesa do livre mercado seja uma característica histórica dos britânicos, mas, naquele momento, era do interesse dos capitalistas britânicos e essencial para a organização do mundo sobre a sua órbita econômica.

Por outro lado, por que o resto do mundo aceitou o dogma aparentemente desfavorável do livre mercado? A resposta formulada por Hobsbawm (2007, p. 64-66), indica duas explicações possíveis, uma para os países exportadores de matérias-primas e outra para os que buscavam a industrialização. Os países assumidamente exportadores de matérias-primas viam no livre mercado, uma forma de atingir novos mercados consumidores, além de facilitar a importação de bens industrializados e atrair capitais, como exemplo podem ser citado os países da América Latina ou mesmo o Sul dos EUA, no período pré-guerra civil. Os países que buscavam se industrializar consideravam o livre mercado uma forma de importar maquinário e *know-how* britânico, sendo um passo fundamental para o impulso inicial do processo de industrialização, como exemplos podem ser citados os países da Europa continental e o norte dos EUA.

A reorganização do sistema interestatal e econômico mundial sob a égide britânica apresentou um crescimento robusto entre as décadas de 1840 e 1870. A expansão do industrialismo britânico, segundo Hobsbawm (2007, p. 67-69), foi motivada pela percepção de seus industriais de que os lucros advindos do mercado interno de bens de capital e, até mesmo, o próprio mercado tinha atingido seu limite.

Então, passaram a buscaram conquistar os mercados externos, e exportar não apenas os equipamentos, mas todo o *know-how* da indústria britânica. Desse modo, os britânicos exportaram a Revolução Industrial para o resto do mundo, especialmente para a Europa continental e norte dos Estados Unidos.

Para Arrighi *et. al* (2001, p. 76-77), a expansão do industrialismo no estilo britânico criou novos países industrializados, que como a Grã-bretanha, buscaram novos fornecedores de matérias-primas, mercados consumidores e colônias. Desse modo, incentivando a integração econômica mundial numa escala jamais vista e abrindo caminho para a primeira Era da globalização, entre a década de 1880 e ano de 1914, na qual também irá vigorar a primeira formatação do sistema monetário internacional. Hobsbawm (2007, p. 81) cita como um dos exemplos da integração da economia mundial, o crescimento da quantidade de mercadorias transportadas por navios entre as nações mais importantes, que em 1840 era de 20 milhões de toneladas foi multiplicado por mais de quatro vezes, saltando para 88 milhões de toneladas em 1870. Esse exemplo citado por Hobsbawm pode parecer irrisório nos dias atuais, especialmente devido aos avanços das tecnologias de comunicação e transporte, mas, na época, considerando a precária estrutura de transporte e comunicação, mais que quadruplicar a tonelagem de mercadorias transportadas entre as nações mais importantes no intervalo de 30 anos, foi sem dúvida algo espantoso

2.2 DECADÊNCIA DA HEGEMONIA BRITÂNICA DO SÉCULO XIX E NOVAS POTÊNCIAS CONCORRENTES

O tempo áureo da hegemonia britânica teve seu revés na década de 1870, marcada pelo início da Grande Depressão (1873-1896), com o acirramento da competição industrial e o surgimento de potências emergentes. Desse modo, forçando a Grã-bretanha a refugiar sua hegemonia, cada vez mais, na esfera financeira.

2.2.1 Decadência da Hegemonia Britânica

O fim dos tempos áureos da hegemonia britânica é marcada pela Grande Depressão (1873-1896), que segundo Arrighi (1996, p. 168), foi provocada pelo crescimento rápido demais do comércio e capacidade de produção para que os lucros

se mantivessem. Em outras palavras, os “monopólios” da economia estavam sendo quebrados, ocasionando a queda generalizada dos preços. Mas, por outro lado, como nota Arrighi (1996, p. 168-169), a Grande Depressão ceifou a crença no livre mercado, e detonou o começo de um movimento protecionista em nome da defesa da indústria nacional, em relação a competição externa, além de inaugurar a crise do processo de acumulação britânico.

A partir da década de 1870, a Grã-bretanha perdeu o título de “oficina do mundo”, devido ao aumento da competição industrial proporcionada pelos países que ela “auxiliou” na industrialização, tanto que mesmo os países industrializados menores passaram a competir com as indústrias britânicas. As novas potências econômico-industriais, como observa Arrighi *et. al* (2001, p. 74), eram fortes demais para serem controladas pelos britânicos pela “velha” política de equilíbrio de poder

Por outro lado, segundo Arrighi *et. al* (2001, p. 82-84), as redes financeiras globais criadas pelos britânicos se mantinham fortes e, semelhante a situação holandesa do século XVIII, a Grã-bretanha era um país com enormes capitais excedentes e, assim, os britânicos passaram a cada vez mais refugiar sua hegemonia na esfera financeira. Porém, os britânicos também perdiam, lentamente, o poder financeiro e “papel de caixa de compensação mundial” para as potências emergentes, especialmente França e, menor escala, a Alemanha. Entretanto, cabe ressaltar que os EUA não são citados como novo centro financeiro emergente, por ser mais um receptor de capitais externos do que investidor.

2.2.2 Potências Concorrentes

Dentro da estrutura de poder construída pelos britânicos, ao longo do século XIX, nasceram e se fortaleceram três grandes potências: a França, Alemanha e os Estados Unidos. Essas três potências criaram complexos industriais e militares mais fortes do que a Grã-bretanha, na qual tornava a missão de controlá-los por meio da “antiga” política de equilíbrio de poder impossível.¹⁴

¹⁴ Nos itens 2.3.2 e 2.3.3, será tratado de como o surgimento dessas novas potências irá influenciar a formatação do sistema monetário internacional, entre 1880 e 1914.

A França foi a primeira potência industrial da Europa continental, antecedendo em algumas décadas a Alemanha, a desafiar a supremacia britânica nos mares, não diretamente, mas pelos avanços tecnológicos possibilitados pela industrialização. Desse modo, como observa Arrighi *et. al* (2001, p. 78), os franceses foram os primeiros a adotarem navios a vapor blindados, equipados com canhões de grosso calibre, revolucionando a guerra naval e tornando obsoletas as táticas e a utilização de navios de madeira e a vela, que os britânicos dominavam. Assim, a França passa a buscar colônias além mar, junto com países menores da Europa como Bélgica, tal como a Grã-bretanha tinha feito décadas antes.

A industrialização dos Estados germânicos que se unificariam para formar a Alemanha, e da própria Alemanha unificada, de acordo com Hobsbawm (2007, p. 69-70), criou um complexo econômico, industrial e militar assombroso. Em 1870, a Alemanha já figurava no mesmo rol de potências que a Grã-bretanha e França, portador de pretensões e condições de superar o poder hegemônico britânico. Entretanto, como observa Arrighi (1996, p. 59-60), a Alemanha era um país de industrialização tardia, que entrou tarde na corrida colonial para angariar domínios além mar e suas vantagens implícitas, reais ou imaginárias. Então, a Alemanha buscou imitar o modo de hegemonia britânica e sua sanha colonial, desafiando a marinha britânica e em busca de colônias, que vai culminar com a Primeira Guerra Mundial.

Os Estados Unidos tem um grande diferencial em relação às demais potências econômicas que surgiram dentro da rede de poder britânica. As principais vantagens, como nota Arrighi (1996, p. 61-62), eram que os Estados Unidos possuíam um território continental, com enormes recursos naturais, mercado potencial e oportunidades de investimento, que equivaleria a uma série de colônias, mas com identidade nacional. Dessa forma, os norte-americanos protegiam seu mercado interno, mas estavam abertos aos investimentos, mão-de-obra e espírito empreendedor estrangeiro. Entretanto, os EUA do fim do século XIX despontava como uma potência regional, que se consideravam fortes o suficiente para falar de “igual para igual” com as demais potências européias. Nesse cenário, por exemplo, como notam Mitchener e Weidenmier (2005, p. 658-660), entre o fim do século XIX e início do XX, os EUA

passaram a considerar as Américas, especialmente o Caribe, sua área de influência e que não permitiriam potências européias agissem na região como “policia”, sem a autorização norte-americana.

2.3 SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL PRÉ-1914

A primeira configuração do sistema monetário internacional, baseado no padrão ouro e vigente entre a década de 1880 e o ano de 1914, nasceu da organização e modo de integração econômica mundial, implementada pelos britânicos ao longo do século XIX. Num primeiro momento, os britânicos definiram as bases do que viria a ser o sistema monetário internacional e, posteriormente, aceitos pelos demais países. Dessa forma, culminou com o surgimento de uma rede financeira global integrada, na década de 1880, denominada de sistema monetário internacional. Porém os britânicos não eram mais os senhores absolutos do Sistema, sendo obrigados a dividir sua liderança com as potências emergentes, em especial França e Alemanha.

2.3.1 Influência Britânica

Para os britânicos viabilizarem a integração econômica mundial sob sua égide, era necessário um padrão monetário estável que permitisse a operação das redes comerciais e financeiras globais. O padrão monetário estável foi obtido, segundo Hobsbawm (2007, p. 61), pelo retorno ao padrão ouro pela Grã-bretanha, no começo do século XIX. Simultaneamente, segundo Polanyi (2001, p. 3), o padrão ouro se transformou no símbolo da integração econômica mundial.

A Grã-bretanha foi o primeiro país a adotar um padrão ouro verdadeiro, após as Guerras Napoleônicas, em que de acordo com Bordo (2007b, p. 5), constituiu a origem dos sistemas monetários modernos, ao estabelecer o verdadeiro padrão ouro de plena conversibilidade de moeda fiduciária nacional em ouro (ou prata), a uma taxa fixa, sem as limitações de conversibilidade e operação do passado. A lei britânica que oficializou o padrão ouro clássico, como observa Davis (2003, p. 141-142), foi a “*Resumption Act*”, de 1819, em que restabeleceu a plena conversibilidade da moeda nacional britânica, a libra, em ouro, a uma taxa fixa.

Uma nuance do padrão ouro proposto pelos britânicos era a influência do livre mercado. Assim, a base teórica do padrão ouro (ver item 1.2.1.1), como notam Bordo e Kydland (1990, p. 1-2), pregava que os países deveriam priorizar o equilíbrio sistêmico, em detrimento ao equilíbrio interno. Seguindo essa lógica, mesmo que, no curto prazo, alguns países sejam prejudicados e outros beneficiados, no longo prazo, a ação do livre mercado levaria o sistema ao equilíbrio, traduzido em benefícios para todos os integrantes do sistema. Outro aspecto do padrão ouro proposto pelos britânicos, de acordo com Bordo e Flandreau (2001, p. 63-66), era a liberdade da movimentação de capitais, que facilitava os investimentos produtivos e criava ótimas oportunidades de especulação e agiotagem.

Ao longo do século XIX, os demais países passaram a adotar o padrão ouro, nos moldes propostos pelos britânicos, a fim de participar e se beneficiar da integração econômica. Isso, como observa Bordo (2007b, p. 3-4), levou a uma onda de criação de bancos centrais, ou entidades com funções semelhantes, para adequar a política monetária nacional a da Grã-bretanha e dos demais países. Assim, começa a surgir o embrião da primeira configuração do sistema monetário internacional e a própria existência do sistema, na década de 1880, baseado no padrão ouro e na liberdade de movimentação de capitais.

2.3.2 Era do Padrão Ouro: 1880-1914

O sistema monetário internacional, baseado no padrão ouro e no livre mercado lançadas pela Grã-bretanha no começo do século XIX, em linhas gerais, foram aceitas pelos demais países. O resultado do processo foi a formação do sistema monetário internacional, sem uma data precisa, mas em torno da década de 1880.

Os parâmetros de funcionamento do padrão ouro eram, supostamente, seguidos a risca por todos os países integrantes do sistema. Entretanto, como notam Bordo e McDonald (1997, p. 2-3), os parâmetros de funcionamento do padrão ouro, ou numa expressão cunhada por Keynes, em 1925, de “as regras do jogo” (ou, no original, “*rules of the game*”), eram ignorados em nome de políticas internas para melhorar o desempenho econômico e, assim, prejudicando o funcionamento dos mecanismos de

ajuste e a obtenção do equilíbrio sistêmico. Apesar de ser contraditório, os países centrais do sistema (Grã-bretanha, França e Alemanha), segundo Bordo e Schwartz (1994, p. 4-5), frequentemente quebravam as “regras do jogo” justificados pelo fato de fazerem parte do núcleo e serem considerados os mais confiáveis países do sistema, especialmente em relação a Grã-bretanha, que exercia uma influência hegemônica sobre as demais políticas monetárias. Em casos de revoluções, guerras, crises e casos de emergências graves, para Bordo e Schwartz (1994, p. 5), o padrão ouro passava por restrições de funcionamento, por meio da suspensão completa ou parcial da plena conversibilidade da moeda nacional em ouro, e alterações substanciais na política monetária em nome de determinados objetivos. A Primeira Guerra Mundial constituiu o grande exemplo histórico de suspensão do padrão ouro e das regras do sistema monetário internacional, em nome do “esforço de guerra”.

A primeira configuração do sistema monetário internacional, baseada no padrão ouro, considerando o modo de integração e as mudanças estruturais da economia mundial, levou a uma hierarquização do sistema. De acordo com Flandreau e Jobst (2005, p. 999-1000), a hierarquização do sistema monetário internacional vai organizar os países em: núcleo “duro”; intermediários e periféricos. Porém, é preciso ressaltar que a posição ocupada na hierarquia por cada país no sistema monetário internacional, apresenta leves discrepâncias entre diferentes estudos e autores, mas em linhas gerais convergem para um consenso.

O núcleo “duro”, segundo Flandreau e Jobst (2005, p. 995-996), era formado pela Grã-bretanha, França e Alemanha, considerados os mais confiáveis do sistema e o centro da economia mundial. Como mostra a Tabela 1, as transações econômicas internacionais eram majoritariamente baseadas nas moedas dos países do núcleo “duro”. Eichengreen (2005, p. 6-8) defende que a diversificação do uso das moedas em transações internacionais, durante a Era do padrão ouro, é um reflexo do liberalismo e surgimento de novas potências econômicas com estruturas econômico-institucionais confiáveis. Ao mesmo tempo, a diversificação do uso de moedas aparece como uma forma de reduzir os riscos ao reduzir a dependência de apenas um país, no caso a Grã-

bretanha. Por isso, a Tabela 1 mostra que a libra britânica teve uma queda de participação relativa, entre 1899 e 1913, principalmente em relação ao franco francês.

TABELA 1 – AÇÕES DE MOEDAS EM ATIVOS CAMBIAIS OFICIAIS CONHECIDOS (E PERCENTUAL): 1899-1913

PAÍS	MOEDA	1899	1913
Grã-bretanha	Libra	64	48
França	Franco	16	31
Alemanha	Marco	15	15
-	Outras	6	6

FONTE: original Lindert¹⁵

NOTA: Extraído de Eichengreen (2005, p. 28)

O grupo formado pelos países intermediários, segundo Flandreau e Jobst (2005, p. 997), são aqueles que gravitam entre a posição nuclear e periférica. Por que esses países têm estruturas econômico-institucionais que transmitem confiança, mas não o suficiente para fazerem parte do núcleo e/ou escala de participação na integração da economia mundial, por exemplo, os Estados Unidos e Japão.

Por outro lado, existe um grande debate sobre a posição dos Estados Unidos em relação ao sistema monetário internacional, entre a posição nuclear e intermediária. O debate é originado da dicotomia observada por Bordo e Schwartz (1994, p. 12-13), de que os Estados Unidos despontaram como uma potência econômica, no fim do século XIX, mas eram maiores receptores de capitais do que investidores, ao mesmo tempo manterem o seu mercado interno protegido. Assim, os dólares não tinham incentivos para circular na economia mundial e, por isso, o dólar não aparece como uma moeda com participação relevante nas renas transações internacional (ver Tabela 1). Dessa forma, baseado nos estudos econométricos de Flandreau e Jobst (2005, p. 994-999) e nas observações de Bordo e Schwartz (1994, p. 12-13), este trabalho não irá considerar os Estados Unidos como parte do núcleo “duro”, mas como um país intermediário importante e que deve ser destacado.

Segundo os estudos econométricos de Flandreau e Jobst (2005, p. 998), a maior parte dos grandes fluxos de capitais e comerciais se dava entre os países do

¹⁵ LINDERT, P. (1969). Key Currencies and Gold 1900-1913. *Princeton Studies in International Finance*, n. 24, International Finance Section, Department of Economics, Princeton University.

núcleo “duro” e intermediários. A constatação de Flandreau e Jobst é derivada da formação da integração da economia mundial, promovida pelos britânicos ao longo do século XIX, em que a expansão do industrialismo e os investimentos foram dirigidos aos países intermediários e do núcleo “duro”, assim, é natural que a integração seja mais intensiva entre os países desses grupos.

Os países periféricos, como notam Bordo e Flandreau (2001, p. 2-5), são aqueles países que não demonstram serem confiáveis, devido a falta de maturidade econômica/institucional e, assim, mais susceptíveis a instabilidades econômicas e políticas. A periferia era formada, em geral, por países do sul e oriente da Europa, América Latina e Ásia.

A motivação extra para os países aderirem ao padrão ouro e se integrarem ao sistema monetário internacional, principalmente para os países periféricos e intermediários menos confiáveis, era atrair capitais externos. Como justificam Bordo e Rockoff (1996, p. 4), a adesão ao padrão ouro significava que o país se comprometia a seguir determinadas regras de conduta, contribuindo para elevar a confiança entre os investidores e, conseqüentemente, na atração de capitais externos. Nas palavras de Bordo e Rockoff (1996, p. 27-28), o país que aderiria ao padrão ouro obtinha o rótulo de confiabilidade “*good housekeeping seal of approval*”.

2.3.3 Núcleo “Duro” e os Estados Unidos

O fim do século XIX vai presenciar o surgimento de três grandes potências, na Europa, a França e Alemanha, e nas América, os Estados Unidos. As três potências emergentes e a Grã-bretanha passam a disputar espaço no econômico e político mundial, refletindo na organização do sistema monetário internacional e na regionalização das áreas de influência monetária.¹⁶

¹⁶ A moeda usada para as transações econômicas e para reservas cambiais de cada país depende do fluxo de capitais e comércio, em que um mesmo país pode manter reservas monetárias e efetuar transações em diferentes moedas, devido a existência de fortes relações econômicas com diferentes países. Assim, um mesmo país pode fazer parte de várias áreas de influência, ao mesmo tempo, diversificando o uso de moedas estrangeiras nas suas transações internacionais. Por exemplo, a Rússia utilizava predominantemente o franco francês e o marco alemão, mas também fazia uso de libras britânicas.

Os primórdios do padrão ouro e dos parâmetros da primeira configuração do sistema monetário internacional, tiveram origem na forma de organização e integração da economia mundial promovida pelos britânicos, ao longo do século XIX. Entretanto, na década de 1880, quando foi possível identificar a existência de um sistema monetário internacional, como observa Arrighi *et. al* (2001, p. 77-78), a hegemonia britânica iniciava sua decadência, se refugiando, tal como a Holanda no século XVIII, na esfera financeira ao fazer uso do excedente de capital que dispunha. Porém, a Grã-bretanha, do fim do século XIX, tinha uma enorme vantagem em relação a Holanda, do século XVIII, a de ter ao seu dispor um sistema monetário internacional integrado, que lhe proporcionava uma grande facilidade na movimentação de capitais e na especulação financeira internacional. Adicionalmente, como observa Eichengreen (2005, p. 4-7), os britânicos, por meio do *Bank of England*, exerciam um papel de liderança e controle sobre o sistema e política monetária dos demais países. Porém, a posição de liderança financeira da Grã-bretanha começa a ser ameaçada pelas potências emergentes França e Alemanha, evidenciada pela redução da participação da libra nas transações internacionais (ver Tabela 1).

A França começou a despontar como uma potência da Europa continental, na metade do século XIX, refletindo no aumento da utilização dos francos nas transações internacionais e criação de áreas de influência monetária, tal como a União Monetária Latina. Segundo Bordo e James (2008, p. 7-9), a União Monetária Latina, criada em 1865, entre França, Bélgica, Suíça e Itália, marca a tentativa de criar uma zona fora da influência da libra britânica. Por outro lado, Eichengreen (1997b, p. 4-7) nota que a Rússia, Grécia e Romênia mantinham boa parte de suas reservas cambiais e efetuavam suas transações internacionais em francos. Adicionalmente, o franco passou a ser a segunda opção de reserva cambial e base para as transações internacionais. O crescimento da utilização e aceitação do franco nas transações internacionais, evidência o crescimento de importância da França no cenário econômico internacional e do mercado financeiro de Paris, a participação do franco no cenário internacional dobrou entre 1899 e 1913 (ver Tabela 1).

A Alemanha, unificada e industrializada, transformou-se na grande potência econômica européia capaz de desafiar diretamente a Grã-bretanha. Como notam Bordo e James (2008, p. 6-7), a unificação monetária alemã é um reflexo da integração econômica e política entre os pequenos Estados fundadores da Alemanha, iniciada na década de 1830, mas completada entre 1871 e 1873 com a introdução do marco e, em 1875, a criação do banco central alemão: o *Reichsbank*. A área de influência do marco alemão, como observa Eichengreen (1997b, p. 6-7), eram o Império Austro-húngaro, Itália, países escandinavos e Rússia, em boa parte creditada a proximidade geográfica e/ou política com Berlim. Entretanto, a influência do marco alemão se manteve constante em 15% (ver Tabela 1).

Os Estados Unidos despontavam como uma grande potência continental externa a Europa, no século XIX. Entretanto, como observa Bordo e Schwartz (1994, 12-13), os Estados Unidos eram mais um grande receptor de capitais do que investidor e mantinham o mercado doméstico protegido. Assim, não incentivava o dólar a circular na economia mundial e criar áreas de influência monetária. Por isso, o dólar não é citado na Tabela 1, como uma moeda com participação significativa nas transações internacionais. De acordo com Bordo e James (2008, p. 3-5), a união monetária norte-americana, o estabelecimento do dólar como moeda nacional, segundo o padrão bimetalico (uma variação do padrão ouro, que permite a conversibilidade da moeda nacional em prata e ouro, também utilizado por outros países), é iniciada em 1792. Porém, segundo Bordo e James (2008, p. 4-5), o dólar passa a ser considerado um padrão monetário estável e sólido apenas após o fim da Guerra Civil, em 1865, com a superação das instabilidades políticas internas e a transformação dos Estados Unidos numa nação unida, que possui uma identidade nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo foi investigar a influência da hegemonia britânica, especialmente ao longo do século XIX, sobre a primeira configuração do sistema monetário internacional, que vigorou entre a década de 1880 e o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Principalmente, considerando que a primeira configuração

do sistema monetário internacional é um subproduto da estrutura de poder econômico e político construído pela Grã-bretanha, ao longo do século XIX.

Na seção 2.1 foi apresentado o caminho traçado pelos britânicos de formação, consolidação e tempos áureos de sua posição hegemônica, na qual as redes financeiras e comerciais britânicas integraram a economia mundial numa escala inédita. Simultaneamente, os britânicos lançaram as bases da primeira configuração do sistema monetário internacional, através do estabelecimento do padrão ouro e defesa do livre-mercado, a fim de dar suporte a essa integração da economia mundial. Desse modo, ao longo da primeira metade do século XIX, os demais países do sistema passaram a adotar o padrão ouro e, de certo modo, aceitar os dogmas do livre mercado propostos pelos britânicos, a fim de participar da integração econômica mundial e auferir ganhos para a nação. Assim, esse movimento de integração econômica e das redes financeiras mundiais, vai culminar com o surgimento do sistema monetário internacional, no último quarto do século XIX.

Na seção 2.2 foi apresentado o processo da decadência da hegemonia britânica, entre o começo da Grande Depressão (1873-1896) e a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Nesse período, a Grã-bretanha apresenta uma perda acentuada da sua primazia industrial e militar, em boa parte atribuída a formatação da rede de poder britânico, que permitiu o surgimento de novas e mais poderosas potências pelo mundo, nas quais os britânicos não tinham mais como controlá-las. Entretanto, os britânicos ainda mantinham a liderança na esfera financeira, na qual permitia que sustentassem seu poder, apesar de começarem a apresentar uma intermitente perda de sua primazia financeira para potências emergentes. Ao mesmo tempo, ocorre o acirramento da competição interestatal, especialmente na Europa, que vai ser protagonizada pela decadente Grã-bretanha e ascendente Alemanha, que entrarão em choque na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

A seção 2.3 se ateuve mais a origem, os antecedentes e o sistema monetário internacional em si, destacando a influência britânica e da mudança na distribuição do poder mundial, principalmente após o último quarto do século XIX. Assim, num primeiro momento, relacionando diretamente a defesa britânica do padrão ouro e do

livre mercado, no começo do século XIX, sobre o embrião e o desenvolvimento do sistema monetário internacional. Posteriormente, abordando o sistema monetário internacional em si, no período entre a década de 1880 e o ano de 1914, destacando seu modo e parâmetros de funcionamento, tanto no sentido teórico quanto prático. Paralelamente, interligar a configuração do sistema monetário internacional com a financeirização do poder hegemônico britânico e o surgimento de novas potências emergentes.

A hipótese inicial do capítulo é que a primeira configuração do sistema monetário internacional (1880-1914) é um fruto da rede de poder construída pelos britânicos, ao longo do século XIX, para exercer seu poder hegemônico, se confirma. Isso é corroborado por três argumentos. O primeiro é que as bases da primeira configuração do sistema monetário internacional, que eram o padrão ouro e o livre mercado, foram introduzidas e defendidas pelos britânicos, desde o começo do século XIX. O segundo é que os demais países aceitaram os parâmetros propostos pelos britânicos, em relação a adoção do padrão ouro e, de certa forma, do livre mercado, a fim de se beneficiarem da integração econômica promovida pelos britânicos. O terceiro é que a partir de 1880, quando a hegemonia Grã-bretanha entra em decadência e começam a surgir novas potências emergentes, a existência de um sistema monetário internacional e integração dos mercados financeiros mundiais facilitam o refúgio do poder britânico nas altas finanças.

3 DICOTOMIA ENTRE A NOVA DISTRIBUIÇÃO DE PODER MUNDIAL E A RECONSTRUÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL NO PERÍODO ENTRE GUERRAS: 1918-1939

Esse capítulo vai explorar a influência entre a migração do centro de poder mundial da Europa para os EUA, sobre o colapso da economia mundial e, conseqüentemente, do sistema monetário internacional, no período entre guerras (1918-1939). E, assim, corroborar a hipótese inicial de que a dicotomia entre a nova distribuição de poder mundial, centrada nos EUA, e a tentativa de reconstruir o sistema monetário internacional e a articulação da economia mundial segundo os parâmetros pré-1914, baseados na antiga ordem britânica, foram fundamentais para explicar o colapso da economia mundial no período.

Por outro lado, dentro de uma contextualização histórica, o período entre guerras é antecedido pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e, por sua vez, é sucedido pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse ínterim, como observam Arrighi *et. al* (2001, p. 82-83), a posição hegemônica britânica já em declínio, desde da eclosão da Grande Depressão do século XIX, e sua organização de mundo foram dilapidadas durante a Primeira Guerra Mundial. Simultaneamente, nas décadas de 1920 e 1930, a tentativa britânica de retomar o controle do sistema aprofunda sua crise e culmina com a sua implosão e, desse modo, acelera a ascensão da pretensa nação hegemônica, os Estados Unidos, que vai consolidar-se como a potência hegemônica após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O capítulo será articulado em três seções. A primeira seção apresenta o cenário pré-guerra, em destaque ao acirramento do clima belicista entre a decadente Grã-bretanha e a ascendente Alemanha, que serão os atores principais do conflito que assolou a Europa, a Primeira Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, abordar a alteração estrutural na divisão de poder mundial, que vinha se desenhando desde o último quarto do século XIX e foi aprofundada pela Guerra. A segunda seção aborda a dicotomia entre reconstrução do sistema monetário internacional na década de 1920, ainda nas bases do período pré-guerra, quando a estrutura de poder mundial era substancialmente diferente. Logo depois, explora os desdobramentos dessa dicotomia, especialmente a desarticulação da economia mundial. A terceira seção aborda o cenário antecedente a

Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no fim da década de 1930, ressaltando a desarticulação da economia e acirramento do clima belicista entre as potências econômicas.

3.1 PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E NOVA DISTRIBUIÇÃO DO PODER MUNDIAL

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), também denominada a Grande Guerra, não será tratada neste trabalho em si, mas, sim, o seu significado em relação ao destino da hegemonia britânica e as mudanças na distribuição de poder mundial. Desse modo, a Grande Guerra será encarada como o êxtase da competição interestatal e peça fundamental para o início efetivo da transição do centro de poder mundial da Europa para os Estados Unidos, em que a hegemonia britânica entra na sua crise *terminal* e, por sua vez, os Estados Unidos ascendem como pretensa nação hegemônica, mas que ainda não reunia a capacidade de exercer efetivamente o papel de potência hegemônica.

3.1.1 Prelúdio

O início da Grande Guerra, em 1914, foi antecedida por um período áureo do poder e riqueza das classes proprietárias européias e do mundo capitalista em geral, a chamada a “*belle époque*”, que emergiu na década de 1890, após a Grande Depressão (1873-1896). Entretanto, como observa Arrighi (1996, p. 277), a “*belle époque*” não significou a superação dos problemas relacionados a manutenção da hegemonia britânica e de seu ciclo de acumulação, mas, pelo contrário, aprofundou e alterou o foco primário da competição capitalista das relações interempresariais, predominante durante a Grande Depressão, para as interestatais. Dessa forma, a intensa competição interestatal, especialmente na Europa, criou um cenário de enfrentamento direto e iminente entre as potências econômicas, na qual vai ocorrer de *facto* na Primeira Guerra Mundial.

A Grande Guerra foi o êxtase da competição interestatal e da luta pela supremacia européia e, como a Europa era o centro do poder mundial, no âmbito

internacional. Ou, nas palavras de Polanyi (2001, p. 21-22), a Guerra e os eventos pós-guerra, não criaram a crise das estruturas de poder britânico do século XIX, mas, sim, o precipitaram e aprofundaram. A Europa foi o principal palco da Guerra, num primeiro momento, protagonizado por dois atores antagônicos, de um lado, a decadente Grã-bretanha, de outro, a ascendente Alemanha, cada um liderando um séquito de aliados.

Sob a hegemonia britânica do século XIX, ocorreu uma intensa integração da economia mundial e expansão do industrialismo, que por um lado fortaleceu o poder da Grã-bretanha, mas por outro lado lançou suas sementes da destruição. Desse modo, como observa Arrighi *et. al* (2001, p. 74-77), no fim do século XIX, a Grã-bretanha estava envolta a potências industrial-militares tão ou mais poderosas que ela, em que conseguiu sustentar sua hegemonia na esfera financeira, como centro do sistema monetário internacional e das altas finanças. Simultaneamente, os britânicos foram obrigados a buscar alianças com as potências emergentes com interesses semelhantes, as quais devem ser destacadas: a França na Europa continental, os Estados Unidos na América e, no extremo oriente, o Japão que começava a despontar como uma potência industrial-militar nos moldes ocidentais.

A grande potência antagônica da Grã-bretanha e que se preparava para entrar em rota de colisão era a Alemanha. A industrialização e unificação alemã, após a década de 1870, segundo Hobsbawm (2007, p. 69-74), foi um dos fatos mais importantes do século XIX. Essa afirmação é justificada pelo fato da Alemanha estar no centro do poder mundial, a Europa, capaz de ameaçar a França na Europa continental e desafiar a cambaleante supremacia britânica nos mares, em que o conflito de *facto* vai ocorrer na Grande Guerra. De outra perspectiva, o conflito poder ser explicado pelo fato dos governantes e capitalistas alemães, julgarem que a continuação da expansão econômica e sua solidificação como potência mundial, passava pelo enfrentamento e superação das outras potências européias, notadamente a Grã-bretanha e a sua principal aliada na Europa, a França. Assim, como observa Arrighi (1996, p. 61-62), a Primeira Guerra Mundial é o reflexo da obsessão alemã em buscar a expansão territorial e obter seu “espaço vital”, condizente com sua crescente

capacidade econômico-militar, na qual só era possível com o enfrentamento direto contra as outras potências européias.

O período entre a segunda metade do século XIX e começo da Primeira Guerra mundial, em 1914, dentro do contexto de acirramento da competição interestatal, é temperado pelo crescente nacionalismo. Tanto que, como observa Hobsbawm (1989, p. 151-153), no período o sentimento nacionalista é tão aprofundado que passa a ter contornos xenófobos, especialmente durante e após a Grande Depressão (1873-1896).

3.1.2 Início da Crise Terminal da Hegemonia Britânica

De acordo com Arrighi *et. al* (2001, p. 82), a Grande Guerra marcou o começo da segunda fase do processo de transição hegemônica da Grã-bretanha para os Estados Unidos, na qual a primeira corresponde a crise hegemônica e, a segunda, a sua ruptura. Essa afirmação é justificada pelo fato dos britânicos terem comprometido a sua primazia financeira, entre a década de 1870 e o início da Guerra em 1914, na qual sua hegemonia se mantinha durante a crise hegemônica, ao liquidarem seus ativos no exterior e tomarem grandes empréstimos para custear o esforço de guerra, especialmente dos norte-americanos. Desse modo, ironicamente, os britânicos venceram a Guerra contra a Alemanha, mas, infelizmente, comprometeram sua primazia financeira e impulsionaram a ruptura de sua já débil estrutura de poder.

Entre a década de 1880 e o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a existência e primeira configuração do sistema monetário internacional, constituíam um reflexo direto de duas instituições principais da estrutura de poder britânico, constituído segundo Polanyi (2001, p. 3), a defesa do padrão ouro e a crença no livre mercado. De acordo com Bordo (2007, p. 3-5), o sistema monetário internacional permitiu a migração de capitais e investimentos do velho mundo, especialmente da Grã-bretanha, para o novo mundo, notadamente os Estados Unidos. Assim, a Grã-bretanha beneficiada pela sua primazia financeira e pelos ativos que possuía no exterior, julgava que teria condições de arcar com o ônus financeiro do seu esforço de guerra e dos países aliados, tal como fez durante as Guerras Napoleônicas, mais de um

século anos. Dessa forma, como destaca Arrighi (1996, p. 277-279), o Ministro do Tesouro Britânico, pouco antes do início da Guerra, considerava que o montante de investimentos britânicos no exterior poderia custear a guerra por cinco anos.

Por outro lado, para a infelicidade dos britânicos, como nota Arrighi *et. al* (2001, p. 82-87), a medida que eram liquidados seus ativos no exterior e ocorria a contratação de enormes empréstimos, especialmente nos mercados financeiros norte-americanos, para custear o esforço de Guerra, minavam a sustentabilidade da sua primazia financeira e, assim, destruíam o principal sustentáculo da sua hegemonia. O comprometimento da capacidade financeira britânica se tornou uma das grandes preocupações do proeminente economista britânico John Maynard Keynes, citado por um dos seus biógrafos Skidelsy (1999, p. 32-33), sobre o futuro do Império Britânico, em que considerava que a Guerra estava tornando a Grã-bretanha (e a Europa), dependentes dos Estados Unidos.

3.1.3 Ascensão dos Estados Unidos

Os Estados Unidos são a potência emergente, tão ou mais forte que a Alemanha, mas geograficamente localizada fora da Europa e do teatro que se desenrolou a Grande Guerra. Nas palavras de Arrighi *et. al* (2001, p. 87-88), os Estados Unidos eram um grande sistema continental integrado, desde o fim da Guerra Civil (1860-1865), eram um poderoso complexo industrial-militar, mas também uma potência agrícola, com imensos recursos naturais e humanos em seu território. Assim, os Estados Unidos vão se aproveitar da necessidade britânica e européia, em relação a insumos de guerra e o financiamento para sustentar o conflito contra a Alemanha e, dessa forma, passar de uma potência regional para ser uma potência mundial.

A medida que os britânicos (e os outros europeus) liquidavam seus ativos no exterior para custear a Guerra e contraíam novos empréstimos (visto no item 3.1.2), como observa Arrighi (1996, p. 278-279), permitiu aos Estados Unidos liquidarem sua dívida externa (cerca de 3,7 bilhões de dólares, em 1914) e adquirem créditos líquidos (cerca de 9 bilhões de dólares, em 1918). Ao mesmo tempo, a Guerra proporcionou uma vantagem enorme para que os norte-americanos recomprassem os ativos

britânicos (e de outros europeus), oriundos dos investimentos feitos em sua economia e de outros países, no período pré-1914. Adicionalmente, como mostra a Tabela 2, os norte-americanos passaram a ser grandes investidores no exterior, e a atuar como um intermediário financeiro na América Latina e certos países da Ásia.

TABELA 2 – INVESTIMENTOS NORTE-AMERICANOS, 1914-1929 (EM BILHÕES DE DÓLARES)

ANO	NO EXTERIOR	NOS ESTADOS UNIDOS	SALDO
1914	5,0	7,2	-2,2
1919	9,7	3,3	6,4
1924	15,1	3,9	11,2
1927	17,9	6,6	11,3
1929	21,5	8,4	13,1

FONTE: NBER

NOTA: Extraído de Rockoff (2004, p. 37)

Durante a Guerra, entre 1914 e 1918, os Estados Unidos acumularam elevadas reservas de ouro, importantes para explicar a aumento da liquidez norte-americana no mercado internacional e impulsionar os investimentos no exterior e o poder financeiro, especialmente no pós-guerra. Segundo Rockoff (2004, p. 8-9), o acúmulo de reservas em ouro se deveu a dois fatores: as minas de ouro da Califórnia e, principalmente, os pagamentos dos países europeus pela compra de insumos para sustentar a Guerra.

Apenas em 1917, que os Estados Unidos entram diretamente no conflito e deixam de ser apenas fornecedores de capitais e insumos de guerra para os europeus. De acordo com Rockoff (2004, p. 2), no pouco mais de 20 meses de envolvimento direto norte-americano na Guerra, entre 1917 e 1918, foram mobilizados mais de 2,9 milhões de marinheiros, soldados e fuzileiros navais (em torno de 6% da força de trabalho, entre 15 e 44 anos de idade), desembarcando mais de um milhão homens na França para enfrentar a Alemanha e, assim, decretando a inevitabilidade da derrota alemã.

3.1.4 Cenário Pós-Guerra e Nova Distribuição do Poder Mundial

O cenário pós-guerra é marcado por uma redistribuição do poder mundial, em que ficará evidente o processo de deslocamento do centro de poder mundial da Europa

para os Estados Unidos. De um lado, a hegemonia britânica entra em sua fase terminal e sua organização de mundo começa a desmoronar e, por outro lado, os Estados Unidos emergem como uma pretensa potência hegemônica. Entretanto, é um cenário caótico em que os componentes do sistema interestatal não perceberam e/ou não estão preparados para assumir suas novas funções, refletindo na formatação da reconstrução do sistema monetário internacional (ver item 3.2).

No fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, os grandes prejudicados, vencedores ou perdedores, eram as potências européias, que confirmava o temor de Keynes, segundo Skidelsky (1999, p. 32-33), de se tornarem dependentes dos norte-americanos. Por outro lado, como observam Silver e Slater (2001, p. 203-204), os Estados Unidos suplantaram em termos de peso financeiro, industrial e militar as demais potências, inclusive a da Grã-bretanha. Entretanto, os norte-americanos não conseguiram reorganizar o sistema interestatal e nem assumir o papel efetivo de potência hegemônica, em substituição a débil estrutura de poder britânica. Assim, as décadas de 1920 e 1930 vão ser marcadas pela instabilidade sistêmica, na qual será solucionada com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a efetivação dos Estados Unidos como a nova nação hegemônica e a reformulação do sistema interestatal sob a sua égide.

A derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, de acordo com Arrighi (1996, p. 275-276), transformou os ganhos adicionais do poder alemão dos 50 anos precedentes em um enorme prejuízo, no qual a Alemanha se transformou num “quase-Estado”, tributário a Grã-bretanha e a França. Além disso, o esforço para a industrialização entrou em colapso acompanhado da inquietação político e econômica, gerando um ambiente propício para a ascensão de movimentos radicais e de aventuras futuras, tal como foi o nacional-socialismo e a Segunda Guerra Mundial.

Para a Grã-bretanha, a vitória na Guerra teve um resultado contraditório. Por um lado, os britânicos conseguiram eliminar, pelo menos por alguns anos, a potência emergente mais perigosa para sua hegemonia, que se propunha a entrar em rota de colisão: a Alemanha. De outro lado, como assinala Arrighi *et. al* (2001, p. 73-74; 81-82; 86-87), a Guerra desintegrou as estruturas de poder construídas pelos britânicos ao

longo do século XIX, no exercício da sua hegemonia, principalmente em relação ao comprometimento da sua liderança na esfera financeira para os Estados Unidos, em que a tentativa de restabelecer a liderança vai acelerar a derrocada da Grã-bretanha.

No extremo oriente, o Japão vai começar a despontar como uma potência industrial-militar regional, em que foi o primeiro país oriental a incorporar a suas tradições e cultura os conceitos ocidentais de industrialismo, imperialismo e poder militar. Desse modo, segundo Arrighi *et. al* (2001b, p. 262-266), a vitória do Japão sobre a China, em 1894, e sobre a Rússia, em 1905, proporcionou aos nipônicos o respeito das potências ocidentais e passou a ser vista como uma potência regional, simpática a Grã-bretanha. Ao mesmo tempo, durante a década de 1920, o Japão se integrou ao mercado financeiro, comercial internacional, adormeceu seu ímpeto de enfrentamento com os Estados Unidos na região do Pacífico, em nome da obtenção de recursos no mercado internacional para financiar a expansão de seu poder.

3.2 RECONSTRUÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL

Na década de 1920, como observam Silver e Slater (2001, p. 203-205), os restauracionistas pregavam o retorno ao padrão ouro e o livre comércio internacional, como forma de reviver os anos dourados da primeira configuração do sistema monetário internacional e da primeira era da globalização, entre 1880 e 1914. Entretanto, o cenário pós-guerra era outro, em que a Grã-bretanha estava mais debilitada do que antes da Guerra, e a nova nação pretensamente hegemônica, os Estados Unidos, não estavam prontos para assumirem o papel de liderança e, mesmo assim, dificilmente construiria sua hegemonia nas mesmas bases que os britânicos, confirmado posteriormente.

3.2.1 Novo Cenário e a Defesa do Retorno ao Padrão Ouro

Na década de 1920, segundo Silver e Slater (2001, p. 204), na mente de uma boa parte da elite econômica, política e intelectual, a restauração do padrão ouro e dos fundamentos do livre comércio, que orientaram a ordem oitocentista britânica, era fundamental para criar um ambiente estável e próspero, semelhante a segunda metade do século XIX. Entretanto, o ambiente estável e próspero, visto com nostalgia pelos

restauracionistas (os defensores da retomada do padrão ouro), do período pré-1914, era muito mais fruto da organização do mundo sob a hegemonia britânica do que dos méritos do sistema em si.

Por outro lado, segundo Eichengreen e Temin (1997, p. 2-3), o retorno ao padrão ouro ia muito além da parte racional da busca de uma ambiente estável e prospero, era, sim, fruto das crenças culturais das próprias elites. Dessa forma, as elites não conseguiam perceber e/ou acreditar que o ambiente e a economia internacional tinham se alterado substancialmente, em relação ao período pré-1914. Essa alteração de cenário deve ser destacada a perda da primazia financeira e de boa parte da liderança do sistema monetário internacional da Grã-bretanha, além da concentração de poder nas mãos dos norte-americanos.

Na visão de Silver e Slater (2001, p. 203-211), dentro de uma perspectiva mais ampla, o cenário da década de 1920, tornava a intenção de restabelecer o padrão ouro e o livre comércio sob a crença liberal, numa aventura ainda mais utópica do que fora no período pré-1914, essa opinião é baseada em dois argumentos principais. Primeiro, o novo centro de poder mundial, os Estados Unidos, era bastante auto-suficiente e protecionista e, assim, iam contra a diretriz do livre comércio e da integração econômica mundial, que orientaram o exercício da hegemonia britânica. Segundo, os países industrializados, antes de tudo os Estados Unidos, fecharam suas fronteiras para a migração, restringindo a válvula de escape das tensões sociais da ordem oitocentista, fruto do fortalecimento da capacidade de influência das classes trabalhadoras.

Portanto, considerando os argumentos de Silver e Slater, era praticamente impossível reviver a “ordem liberal” do período pré-1914, justificado pelo fato do novo centro de poder mundial, os Estados Unidos, ser a antítese da antiga potência hegemônica, a Grã-bretanha. Por um lado, os Estados Unidos eram um continente auto-suficiente e historicamente protecionista, em contraste, com a Grã-bretanha que era dependente do exterior e por isso pregava integração econômica mundial e o liberalismo. Além do que os trabalhadores, na maioria dos países industrializados, não admitiriam mais “ajustes estruturais” danosos ao seu bem-estar, implícitos no liberalismo como uma cota de sacrifício para a obtenção do bem estar geral,

“pacificamente” como no século XIX, devido ao aumento da sua capacidade de influência nas decisões políticas nacionais.

Outro fator que pesava contra o sucesso do retorno do padrão ouro e liberalismo britânico, pré-1914, era a Europa estar enfraquecida e ter se tornado excessivamente dependente dos Estados Unidos. Esse quadro era agravado pela vingança liderada, principalmente, pela França sobre a maior potência industrial europeia, a Alemanha, que impulsionou os mecanismos de integração econômica da Europa, o enfraquecendo. Isso pode ser constatado nas palavras de Keynes (1920, p. 4):

[...] If the European Civil War is to end with France and Italy abusing their momentary victorious power to destroy Germany and Austria-Hungary now prostrate, they invite their own destruction also, being so deeply and inextricably intertwined with their victims by hidden psychic and economic bonds.[...]

Na década de 1920, os restauracionistas estavam vencendo a batalha em favor do retorno do padrão ouro clássico e, na verdade, venceram, mas ironicamente foram vencidos pela eclosão da Grande Depressão. Porém, John Maynard Keynes era um dos grandes críticos do retorno ao padrão ouro nos moldes anteriores a guerra, segundo Skidelsky (1999, p. 70-74), apesar de ser um patriota e nutrir um enorme e crescente desprezo pelos Estados Unidos e norte-americanos, aceitava a importância dos Estados Unidos e o novo cenário econômico mundial, para propor alternativas ao retorno ao padrão ouro clássico e de reconstrução do sistema monetário internacional. No entanto, o grande temor de Keynes era que a Grã-bretanha (e o resto da Europa) retornassem ao padrão ouro clássico, dada a concentração de ouro e dependência financeira frente aos Estados Unidos, levaria a submissão da política monetária europeia as decisões do *Federal Reserve*.

3.2.2 Os Loucos Anos 1920 e Retorno ao Padrão Ouro

Apesar da década de 1920, começar com uma leve depressão especulativa (1919-1921), aproveitando a empolgação da Grande Guerra, e terminar com a eclosão da Grande Depressão (1929-1933) e o colapso da economia mundial, foi um período de prosperidade. Tal como justifica Gordon (2005, p. 10-14), pelo menos nos Estados Unidos, durante a década de 1920 ocorreu crescimento econômico, dos investimentos,

da produtividade, do nível de emprego e, principalmente, da especulação financeira. Simultaneamente, o padrão ouro é retomado pela maioria dos países e, de certa forma, proporcionou alguma estabilidade, mas, na década de 1930, será considerado um dos culpados pelo contágio da Grande Depressão e conseqüente desarticulação da economia mundial.

O pós-guerra é um período de instabilidade e mudanças estruturais na economia mundial. A antiga hierarquização da estrutura do sistema monetário internacional, pré-1914, apresentada por Flandreau e Jobst (2005, p. 999-1000), que considerava o núcleo “duro” formado por Alemanha, França e Grã-bretanha, foi alterado. A Alemanha, derrotada na Grande Guerra, foi transformada num “semi-Estado” e, conseqüentemente, sua influência e a de sua moeda, o marco, no sistema monetário internacional foram, praticamente, eliminadas. Por outro lado, os Estados Unidos emergem como uma grande potência econômica, que apesar de manter sua tradição protecionista, passou a ser um grande investidor no cenário mundial e de elevada importância no sistema monetário internacional. Desse modo, como observa Eichengreen (2005, p. 8-9), as novas moedas chaves para as transações internacionais, no pós-guerra, são: a libra britânica, o franco francês e o dólar norte-americano, em que a libra mantinha uma débil dominância, mais baseada na sua longa tradição de confiabilidade do que a situação econômica britânica. Entretanto, o período entre guerra é caracterizado pela elevada instabilidade, sobre tudo na década de 1930, a ponto de Bordo (2007, p. 5) denominá-lo “*the mother of financial instability*”. Portanto, é difícil mensurar claramente a hierarquização do sistema monetário internacional, mas, sim, é possível identificar indícios.

A análise do processo de retomada do padrão ouro, na década de 1920, neste trabalho vai se concentrar nas quatro potências econômicas líderes: os Estados Unidos, Grã-bretanha, França e Alemanha. Os três primeiros países citados formam o centro da economia mundial, com um enorme destaque para os Estados Unidos. A Alemanha é citada por que teve um papel preponderante no período pré-1914, e será a grande potência antagônica dos Estados Unidos durante a década de 1930 e Segunda Guerra Mundial, após renascer sob a égide nacional-socialista. Nos quatro países citados,

fizeram uso de políticas monetárias expansionistas, emitindo moeda sem lastro, para custear o esforço de guerra, parte da reconstrução pós-guerra e, no caso da Alemanha, a de uma enorme indenização. Desse modo, segundo Bordo e Hautcoeur (2007, p. 5-8), o retorno ao padrão ouro exigiu a aplicação de políticas deflacionistas, mas que difere de país para país.

Os Estados Unidos retornaram ao padrão ouro em 1919, a rapidez do retorno ao padrão ouro é justificado pelas elevadas reservas em ouro, que os norte-americanos detinham ao final da Grande Guerra. No entanto, como ressaltam Eichengreen e Temin (1997, p. 15), o governo norte-americano preferiu diluir o esforço deflacionista de readequação ao padrão ouro pelos cinco anos subseqüentes, retornando ao padrão ouro de *facto* em 1924, a fim de reduzir o ônus ao bem estar da população, especialmente considerando o retorno dos soldados e a readequação da economia, no pós-guerra. Mesmo assim, a política deflacionista de retorno ao padrão ouro teve certa influência na depressão de 1919-1921. Por outro lado, a atitude norte-americana em relação ao padrão ouro, está implícita o sentimento isolacionista norte-americano, que o impulsiona a agir unilateralmente em nome da defesa dos seus próprios interesses e do público interno.

Os pilares para a reconstrução do sistema monetário internacional, com base no padrão ouro, foram definidas nas recomendações na Conferência de Gênova, em 1922. A Conferência de Gênova, segundo Bordo e McDonald (2001, p. 6-7), liderada pela Grã-bretanha, recomendou o retorno ao padrão ouro, no entanto, permitiu que os países menores pudessem reter reservas monetárias de países maiores, os Estados Unidos e, principalmente, da Grã-bretanha. Dessa forma, entre 1924 e 1927, o padrão ouro foi restaurado na maioria dos países. Entretanto, cabe ressaltar que o grande fardo de regular e liderar o sistema monetário internacional recaiu sobre a Grã-bretanha.

A Alemanha retornou ao padrão ouro em 1924. De acordo com Eichengreen e Temin (1997, p. 14), o retorno ao padrão ouro em conjunto com ajustes na política fiscal, permitiu aos alemães controlar a hiperinflação e dar alguma perspectiva de prosperidade econômica. Entretanto, Eichengreen e Temin (1997, p. 16-17) destacam que a contribuição do sucesso do padrão ouro em controlar a hiperinflação alemã,

reforçou a *mentalité* do padrão ouro na Alemanha e, de certa forma, no resto do mundo. Adicionalmente, como observam Ferguson e Temin (2001, p. 2-4), a estabilidade e o clima de certa prosperidade deram ao governo de Weimar alguns anos de sobriedade, até a eclosão da Grande Depressão e o colapso econômico/político alemão, que permitiu a ascensão de Hitler e do nazismo.

A França foi a potência vencedora, em relação aos Estados Unidos e Grã-bretanha, que mais sofreu com a Guerra, em que as batalhas terrestres contra os alemães se deram no leste de seu território. Desse modo, como observa Bordo e Hautcoeur (2007, p. 5-8), em comparação aos Estados Unidos e Grã-bretanha, os franceses foram os que mais fizeram uso da política monetária expansionista para custear a guerra e, posteriormente, a sua reconstrução. Ao mesmo tempo, segundo Hallwood *et. al* (2007, p. 2-4), a França liderava o “*Gold Bloc*”, formado por Suíça, Holanda e Bélgica, que tem antecedentes na segunda metade do século XIX, com a União Monetária Latina¹⁷. A França fazia parte dos entusiastas do retorno ao padrão ouro, mas como observam Bordo e Hautcoeur (2007, p. 12-14), tinha ciência de sua situação econômica difícil e, assim, retornou ao padrão ouro em 1926, com a paridade desvalorizada em relação a cotação pré-guerra. Essa atitude é justificada para a redução do esforço deflacionista e de seus efeitos deletérios sobre a economia francesa, mesmo que significasse perda de credibilidade em relação aos investidores e o desgaste da posição de Paris como um importante centro financeiro internacional, tal como era no pré-1914.

A Grã-bretanha, ao contrário da França, não conseguiu aceitar sua posição secundária no sistema monetário internacional, e que sua situação econômica não permitia que regulasse e exercesse a liderança sobre os demais membros do sistema, tal como fazia pré-1914. Desse modo, segundo Bordo e McDonald (2001, p. 5-7), a Grã-bretanha liderou um séquito de países na Conferência de Gênova, em 1922, em favor da retomada do padrão ouro, que vigorou no período anterior ao da Guerra, sobre

¹⁷ Segundo Bordo e James (2008), a União Monetária Latina foi criada em 1865, formada por França, Bélgica, Suíça e Itália. A União Monetária Latina representava o ganho de musculatura da economia francesa e sua maior influência internacional, a ponto do franco francês ter se tornado a segunda moeda em transações internacionais já no fim do século XIX, uma moeda alternativa a libra britânica.

o comando britânico. Assim, a Grã-bretanha retornou ao padrão ouro em 1925, na mesma paridade do período pré-1914. Para Eichengreen e Temin (1997, p. 18-19), essa atitude britânica teve como justificativa a percepção de boa parte das elites econômicas, intelectuais e políticas britânicas, sintetizadas no pensamento de *sir*. Winston Churchill, de que a retorno ao padrão ouro na mesma paridade do período anterior a Guerra, disseminaria um sentimento de confiança entre os investidores e, portanto, recolocaria Londres como principal mercado financeiro global e a libra como a principal moeda. Em outras palavras, retomaria a primazia financeira britânica.

O problema que a Grã-bretanha enfrentou após o restabelecimento do padrão ouro, em 1925, em relação a voltar ao comando e regulação do sistema monetário internacional, esteve relacionado com a sua falta de capacidade de fazê-lo. Por que, de acordo com Arrighi *et. al* (2001, p. 82-83), os britânicos não tinham reservas em ouro, ativos investidos no exterior suficientes (especialmente nos Estados Unidos) e confiança, que lhes conferissem a capacidade de intervenção e comando no sistema monetário internacional, ao mesmo tempo, que os norte-americanos tinham liberdade e liquidez para expandir seus investimentos no exterior. Desse modo, segundo Eichengreen e Temin (1997, 18-19), os britânicos foram obrigados a adotar uma árdua política deflacionista para manter a paridade ouro-libra, valorizando o câmbio, prejudicando a economia britânica. Ao mesmo tempo, de acordo com Bordo e McDonald (2001, p. 2-4), a França e os Estados Unidos adotavam políticas de atração de capitais e acumulação de reservas em ouro. Nesse cenário, os britânicos eram os maiores prejudicados e Londres perdia espaço para os mercados financeiros para Paris e, principalmente, Nova York.

3.2.3 Grande Depressão e o Colapso da Economia Mundial

A Grande Depressão (1929-1933), segundo Arrighi *et. al* (2001, p. 87-88), representou o desmoronamento da ordem oitocentista britânica do século XIX, a qual já vinha vertiginosamente declinante, desde o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918. Nesse cenário, os britânicos foram obrigados a abandonar o livre comércio unilateral, adotado desde a década de 1840, e aceitar que não tinham condições de

exercer os papéis de centro e regulador do sistema monetário internacional, baseado no padrão ouro clássico vigente pré-1914, ao abandonarem o padrão ouro em 1931. Ao mesmo tempo, a Grande Depressão incitou a desarticulação e a autarquização da economia mundial, que por um lado aprofundou o caos sistêmico e o ambiente belicista, mas por outro criou um ambiente propício para que os norte-americanos reorganizassem o sistema interestatal sob a sua égide.

Agora, qual a origem da Grande Depressão (1929-1933) e da conseqüente desarticulação da economia mundial? Para Arrighi *et. al* (2001, p. 89-90) a depressão esteve relacionada à dicotomia entre a distribuição do poder mundial, concentrada nos Estados Unidos, e a concepção do sistema, ainda baseada na antiga ordem oitocentista britânica, com a Grã-bretanha considerando-se líder do sistema, mas sem condições de fazê-lo. Na década de 1920, os norte-americanos se tornaram grandes investidores no exterior (ver Tabela 2) e credores, especialmente dos países europeus, mas continuavam com sua tradição protecionista, mantendo seu mercado interno protegido da concorrência estrangeira. Desse modo, os norte-americanos não permitiam que a economia mundial se integrasse, tal como fizera a Grã-bretanha do século XIX. Simultaneamente, a potência hegemônica decadente, a Grã-bretanha, superestimava sua capacidade de regular e liderar o sistema financeiro e monetário internacional, ainda insistindo no livre comércio, mesmo quando o mundo se apresentava substancialmente diferente da ordem do século XIX.

Adicionalmente, a insistência na retomada do padrão ouro ao longo da década de 1920, foi preponderante para criar um ambiente propício ao surgimento e contágio da Grande Depressão pela economia internacional. De acordo com Eichengreen e Temin (1997, 1-3), o retorno ao padrão ouro obrigou os países a aplicarem políticas deflacionistas, a fim de manter a paridade de suas moedas nacionais em ouro, semelhante ao que ocorria na Era do padrão ouro (1880-1914), mesmo com a existência de fluxos de capitais especulativos potencialmente desestabilizadores, muito mais arduos do que no período pré-1914. Desse modo, os países eram obrigados a submeter suas políticas monetárias nacionais a manutenção da paridade entre a moeda nacional e o ouro, em detrimento as necessidades da economia e sociedade nacional.

Porém, como ressaltam Eichengreen e Temin (1997, p. 3-6), o retorno ao padrão ouro era defendido por boa parte da elite (econômica, política e intelectual). Assim, mesmo quando o padrão ouro se mostrou problemático e com conseqüências deletérias sobre as economias nacionais, continuou a ser aplicado e defendido até o ponto de ruptura, em que não era mais sustentável, nem aos olhos de seus defensores mais apaixonados.

Segundo Federico (2005, p. 971-973), na década de 1920, as fazendas norte-americanas passavam por uma fase de super produção, atribuída a redução dos mercados consumidores (especialmente, os europeus) e o aumento da produção e produtividade. Assim, a crise de superprodução agrícola conjugado com a fragilidade do sistema financeiro norte-americano, constituía o elo mais fraco do sistema. Desse modo, no fim da década de 1920, muitas fazendas do meio-oeste norte-americano não conseguiram honrar seus compromissos financeiros, assim, iniciou o que viria a ser uma grande crise bancária e alastrou a depressão pelos demais setores da economia norte-americana. O resultado foi a eclosão da Grande Depressão (1929-1933), que segundo Richardson (2008, p. 588-560), entre seu início em 1929, com a quebra da Bolsa de valores de Nova York, e o ano de 1933 com a implementação do *New Deal*, na gestão do presidente Franklin D. Roosevelt, dos 24 mil bancos integrantes do sistema financeiro norte-americano, restaram 14 mil.

Os distúrbios decorrentes do colapso do sistema financeiro norte-americano, no fim da década de 1920, não tardaram em atingir outros mercados financeiros internacionais, em que detonaram uma série de ondas especulativas contra o padrão ouro. Para Eichengreen e Temin (1997, p. 2-3), o compromisso dos países em manter o padrão ouro, deixou as autoridades monetárias presas a essa diretiva, não permitindo que elas tomassem as atitudes necessárias para minimizar os efeitos da Depressão e, ao mesmo tempo, incentivando as ondas especulativas contra o padrão ouro. Bordo e Mcdonald (2001, 6-10) adicionam a idéia de Eichengreen e Temin, em relação ao fracasso do padrão ouro, com dois argumentos complementares. O primeiro é a distorção das taxas de câmbio em relação ao retorno ao padrão ouro, no pós-guerra. O segundo são as políticas monetárias equivocadas, especialmente a insistência nas políticas deflacionistas para manter o padrão ouro e, de certa forma contraditória, a

esterilização de capitais e acúmulo de reservas em ouro. Desse modo, no início da década de 1930, a situação era insustentável, os países começam a desvalorizar/suspender o padrão ouro e abandonar as diretivas do liberalismo comercial e financeiro (ver Tabela 3). Nesse cenário, ocorre a mudança efetiva da atuação do Estado na economia de um mero regulador e avalista do livre mercado, predominante na ordem britânica oitocentista, para um Estado interventor que vai agir em nome da obtenção do melhor bem estar social e econômico do país, e que permeará a ordem hegemônica norte-americana nas décadas de 1950/1960.¹⁸

TABELA 3 - RETORNO AO PADRÃO OURO NO PERÍODO ENTRE GUERRAS: 1918-1939

PAÍS	PADRÃO OURO		CONTROLE DE CAPITAIS	DESVALORIZAÇÃO
	ADOÇÃO	SUSPENSÃO		
Alemanha	setembro/1924	1931	setembro/1931	-
Estados Unidos	junho/1919	fevereiro/1933	março/1933	abril/1933
França	agosto/1926	1936	-	outubro/1936
Grã-bretanha	maio/1925	setembro/1931	-	setembro/1931

FONTE: Bernanke e James¹⁹; Eichengreen²⁰

NOTA: extraído de Wandschneider (2006, p. 155)

Como mostra a Tabela 3, os três países principais do sistema monetário internacional, ou melhor, da economia mundial (Estados Unidos, França e Grã-bretanha), mais a Alemanha, abandonaram o padrão ouro na década de 1930. Na visão de Eichengreen e Temin (1997, p. 36-38), a *mentalité* do padrão ouro sobreviveu algum tempo após a eclosão da Grande Depressão (1929-1933), mas a degradação da economia interna e os altos custos sociais forçaram a mudança de posição dos governos nacionais. A Grã-bretanha, uma das grandes prejudicadas pela volta ao padrão ouro, o abandona em 1931 com a ascensão do partido trabalhista. A Alemanha abandona o padrão ouro também em 1931, seguido do colapso do seu frágil sistema político e a ascensão dos nazistas. Os Estados Unidos abandonam o padrão ouro no

¹⁸ A negação da crença no liberalismo britânico e seus desdobramentos serão mais bem tratados no item 3.3.

¹⁹ BERNANKE, B.; JAMES, H. (1991). The Gold Standard, Deflation and Financial Crises in the Great Depression: An International Comparison. In: HUBBART (Org.), **Financial Markets and Financial Crises**. Chicago: Chicago University Press, p. 33-68.

²⁰ EICHENGREEN, B. (1992). **Golden Fetters: The Gold Standard and the Great Depression, 1919-1939**. New York: Oxford University Press.

início de 1933, com a eleição do governo democrata Franklin D. Roosevelt. A França foi muito beneficiada pelas políticas monetárias deflacionistas por parte da Grã-bretanha, entre 1925 e 1931, assim, conseguiu sustentar o padrão ouro até 1936, quando foi eleita a Frente Popular (em francês, *Front Populaire*), uma aliança entre partidos de esquerda, que abandonou o padrão ouro devido a seus elevados custos sociais e econômicos.

3.3 DÉCADA DE 1930 E OS FUNDAMENTOS DO MUNDO NORTE-AMERICANO

A década de 1930 é marcada pela desarticulação da economia mundial e o clima de incerteza. A desarticulação da economia mundial decorre do abandono do padrão ouro (especialmente, desvalorizações competitivas) e do livre mercado, nos moldes propostos pelos britânicos e que vigoraram no período pré-1914. Assim, como ressaltam Eichengreen e Temin (1997, p. 36-38), os governos passaram a se preocupar mais com o bem estar da população e com a saúde econômica interna, do que com a defesa dos dogmas liberais e do metafísico equilíbrio do sistema. Adicionalmente, como vêem Silver e Slater (2001, p. 204-206), os trabalhadores ganharam força política nos países avançados, após a Grande Guerra, e não mais aceitariam dar sua cota de sacrifício em nome da entidade superior denominada “livre mercado”. Portanto, não é surpreendente que na década de 1930, tenham ascendido forças políticas nos países industrializados que defendiam ou, no mínimo, passavam a idéia de defesa dos interesses dos trabalhadores e, quase sempre, era sinônimo de renegar os dogmas do livre mercado. Simultaneamente, isso significou a destruição da articulação da economia mundial construída pelos britânicos, no século XIX, e do sistema monetário internacional baseado no padrão ouro.

3.3.1 Novo Cenário Mundial e Ascensão dos Partidos Trabalhistas

Os efeitos da Grande Depressão sobre as três potências européias (Grã-bretanha, França e Alemanha), são diversos. Para britânicos e franceses, a Depressão significou a ascensão democrática dos partidos trabalhistas e da destruição dos resquícios da velha ordem britânica do século XIX. Para os alemães, permitiu a

ascensão dos nazistas e ressurgimento do projeto alemão de grande potência mundial. Esse cenário prepara a Europa para a Segunda Guerra Mundial, que eclodiu em 1939. No extremo oriente, o Japão, uma potência emergente exótica, a Depressão permitiu que fossem rompidas as ligações econômicas com Ocidente, reacendendo seu ímpeto imperialista, que culminou com o enfrentamento direto com os Estados Unidos na região do Oceano Pacífico, constituindo o outro palco da Segunda Guerra Mundial, a partir de 1941.

Segundo Arrighi (1996, p. 282-283), o abandono do padrão ouro e dos dogmas do livre mercado pela Grã-bretanha, não significou apenas uma adaptação aos novos cenários econômicos e políticos, mas, também, a destruição da rede de poder financeiro da *city* londrina, em que era o último refúgio de sua hegemonia. A degradação do poder da Grã-bretanha ficou evidente em meio a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os britânicos foram obrigados a implorar e não mais solicitar, como ocorreu na Primeira Guerra Mundial, o auxílio dos norte-americanos nos âmbitos financeiro e militar, a fim de enfrentar a ameaça da Alemanha renascida sob a égide nazista. Em outras palavras, a Alemanha se transmutou na maior ameaça a soberania legal e a integridade territorial britânica, talvez, um inimigo comparável com a França Bonapartista de mais de um século antes. Mas, diferente da época da Guerra contra a França Bonapartista, quando os britânicos emergiam como uma potência hegemônica, na Segunda Guerra Mundial a Grã-bretanha não tinha recursos financeiros, nem industriais e militares para enfrentar a Alemanha sozinha ou auxiliar seus aliados. Desse modo, na década de 1940, segundo Skidelsky (1999, p. 14-16), um dos grandes representantes da Grã-bretanha, John Maynard Keynes, nos seus últimos anos de vida, teve a missão melancólica de viajar repetidas vezes aos EUA com o objetivo de “esmolar” recursos.

Na década de 1920, a França tinha ciência que sua situação econômica era debilitada em relação ao período pré-guerra e, assim, retornou ao padrão ouro em 1926, mas, ao contrário da Grã-bretanha, com uma paridade desvalorizada em relação ao período anterior. Isso, como observam Bordo e Hautcoeur (2007, p. 12-14), permitiu que a França obtivesse um papel de destaque como centro financeiro da

Europa, especialmente por meio da atração de capitais especulativos, beneficiado pelas árduas políticas deflacionistas britânicas para retornar ao padrão ouro, na paridade do período pré-1914. Assim, os franceses conseguiram manter o padrão ouro e o *Gold Bloc*²¹ até 1936, quando o custo de sustentação do padrão ouro se tornou alto demais para a economia e sociedade francesa aceitarem. Segundo Bordo *et. al* (2006, p. 6-10), entre 1931 e 1936, ocorreu uma grande discussão na França sobre o abandono do padrão ouro, mas com a eleição da Frente Popular (em francês, *Front Pcpulaire*), formada por uma aliança de partidos de esquerda, em 1936, levou ao seu abandono e, conseqüentemente, implodiu o “*Gold Bloc*”. Por outro lado, Hallwood *et. al* (2007, p. 2-3) vê que a ameaça militar alemã, já considerável em 1936, teve uma influência decisiva nas atitudes francesas, ao incitar a fuga de capitais especulativos e dificultar a manutenção do padrão ouro.

O efeito da Grande Depressão sobre a Alemanha foi particularmente mais danoso do que em outros países industrializados, que segundo Ferguson e Temin (2001, p. 9-10), a crise bancária de 1931, provocou o colapso da economia alemã, em conjunto com a queda da República de Weimar e ascensão do nazismo. Para Buchheim e Scherner (2006, p. 390-392), os nazistas ascenderam ao poder apoiados pelos grandes industriais e capitalistas alemães, ao mesmo tempo, passando a idéia de defesa dos interesses dos trabalhadores, expresso no próprio nome do partido “Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães”. Paralelamente, o nazismo vai incorporar o projeto alemão de formação de uma grande potência mundial, que de acordo com Arrighi (1996, p. 60-64), será baseada na imitação do modelo norte-americano, ao se tornar uma potência continental e na liderança de um séqüito de países aliados. Desse modo, o plano nazista de domínio da Europa não era um delírio completo, pois tinha ciência que não conseguiria enfrentar o poderio norte-americano sozinho e, portanto, necessitaria do apoio, recursos e capacidade dos demais países da Europa, inclusive da França e Grã-bretanha. Isso foi o que os alemães fizeram durante a Guerra, não apenas venciam militarmente seus inimigos na Europa, mas, antes de

²¹ O *Gold Bloc* era formado por França, Suíça, Holanda e Bélgica, que basicamente buscava um arranjo entre as moedas desses países para manter a paridade em relação ao ouro.

tudo, buscavam também conquistar as mentes e corações da população dos países ocupados ou de possíveis alvos e, assim, pavimentar o caminho para transformar os inimigos em aliados simpáticos aos seus interesses. Dentro desta política, segundo Occhino *et. al* (2008, p. 3-7), a França ocupada se transformou numa aliada fundamental na sustentação do esforço de guerra Alemão, na qual os franceses cederam sua capacidade produtiva, trabalhadores e até soldados.

Cabe destacar que a Alemanha nazista foi o primeiro país europeu a aplicar as políticas keynesianas de administração da economia em larga escala e de forma bem sucedida, no início da década de 1930, em que segundo Skidelsky (1999, p. 117-121), chegava a despertar a admiração de Keynes, apesar de este abominar o regime e a pregação nazista. Por outro lado, os demais países europeus democráticos, especialmente as potências França e Grã-bretanha, apresentavam influentes mentes que ainda estavam “presos” aos resquícios da velha ordem baseados na crença no bom funcionamento do livre mercado e ao não intervencionismo do Estado na economia. Assim, mesmo com a ascensão dos governos trabalhistas, ainda persistiam resistências internas a medidas que significavam maior intervenção do Estado na economia, dificultando a implantação e sucesso de tais políticas. Na Alemanha nazista, a maior intervenção estatal na economia era vista como uma forma aceitável e necessária para atingir o projeto de potência mundial, e consoante com os interesses dos grupos de apoio do regime. Além do que, como observam Buchheim e Scherner (2006, p. 405-410), o regime nazista não precisa enfrentar a oposição as suas medidas intervencionistas, pois era um regime ditatorial, que não se intimidava em utilizar a violência para atingir seus objetivos, especialmente se fossem do interesse dos seus grupos de apoio.

O Japão é uma potência exótica por que incorporou os conceitos ocidentais de industrialismo e imperialismo, a partir da segunda metade do século XIX, mas manteve sua cultura oriental. Como observa Arrighi *et. al* (2001b, p. 261-264), a partir do fim do século XIX, os britânicos passaram a considerar o Japão uma potência regional aliada, fundamental para a manutenção de seus interesses no extremo oriente. Desse modo, o Japão começou a agir com o apoio britânico sobre a Ásia, e se tornar

um aliado na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Na década de 1920, segundo Arrighi *et. al* (2001b, p. 265-266), os japoneses fizeram uso dos mercados financeiros e comerciais mundiais da decadente ordem britânica para viabilizar seus projetos de expansão. Entretanto, quando a Depressão eclodiu, os japoneses se retiraram dos mercados mundiais e prepararam-se para a continuação de sua ofensiva imperial. Desse modo, o Japão enfrentou militarmente os Estados Unidos, para viabilizar a continuidade de sua expansão imperial, em que o ataque a Pearl Harbour, em 1941, significou o enfrentamento direto aos EUA, em nome da neutralização do poder de ação norte-americano na região e, assim, viabilizar a continuidade de sua ofensiva imperial.

3.3.2 Roosevelt e os Fundamentos do Mundo Norte-Americano

Em 1932, o democrata Franklin D. Roosevelt foi eleito presidente dos Estados Unidos, em substituição ao governo republicano de Herbert Hoover. A linha de ação proposta por Roosevelt era valorizar o bem estar e a saúde da economia norte-americana, em detrimento ao padrão ouro e aos dogmas do livre mercado. Desse modo, como observam Eichengreen e Temin (1997, p. 35-36), as propostas de Roosevelt estavam em consonância com as propostas que a ascensão de forças políticas trabalhistas e de esquerda em outros países industrializados defendiam. Assim, no primeiro semestre de 1933, logo após a posse de Roosevelt, os Estados Unidos abandonam o padrão ouro (ver Tabela 3). Simultaneamente, Roosevelt começa a implementar suas propostas de campanha de intervenção na economia norte-americana, sintetizadas no *New Deal*. A principal crítica ao *New Deal*, realizada pelos seus opositores conservadores, era de ser um plano “socialista”, que ia contra os ideais de liberdade que a América tinha sido construída. Entretanto, os bons resultados do *New Deal*, ao longo da década de 1930, dissolveram as críticas e passou para a história de forma muito positiva como a uma qualidade indissociável do governo Roosevelt e do Partido Democrata. Isso pode ser constatado na descrição abaixo feita pelo Partido Democrata (2008), sobre a contribuição do governo Roosevelt para o engrandecimento do América:

A generation later, Franklin Roosevelt was elected president running on the promise of a New Deal. Roosevelt pulled America out of the Depression by looking beyond the Democratic base and energizing citizens around the belief that their government could actively assist them in times of need. Roosevelt's New Deal brought water to California's Central Valley, electrified Appalachia and saved farms across the Midwest. The Civilian Conservation Corps, the WPA and Social Security all brought Americans into the system, **freeing us from fear, giving us a stake in the future, making the nation stronger.** (grifo nosso)

Para Arrighi (1996, p. 285-286), o ataque japonês a Pearl Harbour, em 1941, permitiu que o presidente Roosevelt quebrasse o tradicional isolacionismo norte-americano, em nome da segurança norte-americana, jogando o país na Segunda Guerra Mundial. Desse modo, permitiu aos norte-americanos, acumulassem ainda mais poder e reorganizassem o sistema interestatal para o exercício da sua hegemonia, em bases muito diferentes da hegemonia britânica. Os parâmetros da hegemonia norte-americana foram baseados nas idéias do *New Deal* de Roosevelt, transmutadas para o sistema internacional.

Segundo Shurmann (1974), a essência do *New Deal*, no plano internacional, era que os países deveriam gastar com liberdade para conquistar segurança e progresso, em que a ajuda aos demais países destruídos pela Guerra, por parte dos Estados Unidos, ajudaria a manter a estabilidade do sistema e, no longo prazo, levaria ao renascimento da integração da economia mundial e seria benéfico para a economia norte-americana. Adicionalmente, de acordo com Arrighi (1996, p. 287-289), os Estados Unidos, pela primeira vez na história capitalista, colocaram a liquidez mundial sob o comando do Estado norte-americano, através do Acordo de Bretton Woods de 1944 e a concepção da reconstrução do sistema monetário internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo foi explorar a influência da transição do centro de poder mundial, da Europa para os EUA, sobre o colapso da economia mundial e do sistema monetário internacional, no período entre guerras (1918-1939). Desse modo, corroborar a hipótese inicial que lastreou a construção desse capítulo, de que a dicotomia entre a nova distribuição de poder mundial, cada vez mais centrada nos EUA, e a tentativa de reconstruir a articulação da economia mundial e do sistema

monetário internacional nos moldes pré-1914, da antiga ordem britânica, resultou na desarticulação da economia mundial e do sistema monetário internacional.

Na seção 3.1 foi apresentada a importância da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) sobre a distribuição do poder mundial, em que a “guerra civil” europeia debilitou o poder econômico e político do velho mundo. Assim, permitindo aos EUA, protegidos pela sua insularidade, se transmutassem de uma potência regional para uma mundial, mas, ainda, sem reunir as condições de exercer plenamente as funções de nação hegemônica.

A seção 3.2 explorou a dicotomia entre a nova distribuição de poder mundial e a tentativa de reconstrução do sistema monetário internacional, baseado no padrão ouro do período pré-1914. Entretanto, essa dicotomia resultou na desarticulação da economia mundial e, o mais importante, no abandono dos dogmas de crença no livre mercado e padrão ouro, ambas as instituições da antiga ordem britânica.

Na seção 3.3 foi apresentado o cenário da década de 1930, quando os países abandonaram definitivamente as antigas instituições da ordem britânica pré-1914, em nome do bem-estar e interesses nacionais. Ironicamente, o novo posicionamento dos países implodiu o débil sistema monetário internacional, baseado no padrão ouro, e, conseqüentemente, a desarticulação da economia mundial. Isso será fundamental para incentivar o clima belicista entre as grandes potências econômicas, que culminou com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A hipótese inicial do capítulo, de que a dicotomia entre a nova distribuição de poder mundial, centrada nos EUA, e a tentativa da reconstrução da articulação da economia mundial nos moldes pré-1914, baseados na antiga ordem britânica, foi fundamental para a desarticulação da economia mundial no período entre guerras (1918-1939), se confirma. Isso pode ser corroborado por três argumentos principais. O primeiro é que a Grande Guerra (1914-1918) foi fundamental para efetivar de *facto* a transição do centro de poder mundial da Europa para os EUA, em que a Guerra fortaleceu os norte-americanos e enfraqueceu os europeus. O segundo é que os países não tinham ou, pior, não queriam aceitar sua nova posição no cenário internacional, tanto que a Grã-bretanha comandou a reconstrução do sistema monetário

internacional, baseado no padrão ouro pré-1914, se auto-atribuindo funções de regulação e liderança, em que não tinha mais condições de fazê-los. Ao mesmo tempo, a França e, principalmente, os EUA agiam no mercado financeiro internacional desestabilizando o sistema e, assim, tornando a tarefa britânica de gerir o sistema praticamente impossível. O terceiro é que o padrão ouro e os dogmas do livre mercado, originários da antiga ordem britânica do século XIX, passaram a não responder aos interesses dos países integrantes do sistema. Desse modo, tais parâmetros foram paulatinamente abandonados, especialmente após a Grande Depressão (1929-1933), culminando com o colapso do sistema monetário internacional e conseqüente desarticulação da economia mundial. Esse cenário foi propício para o acirramento do clima belicista da década de 1930, pois as potências não tinham laços econômicos relevantes que transformassem uma guerra em algo prejudicial. Adicionalmente, esse cenário caótico foi essencial para os EUA implantarem sua rede de poder, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

4 TEMPOS ÁUREOS DO PODER NORTE-AMERICANO E O SISTEMA DE BRETTON WOODS: 1946-1973

Esse capítulo explora a influência da concentração de poder mundial nos EUA em seus tempos áureos, entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a década de 1970, sobre a formatação do “novo” sistema monetário internacional (SMI), concebido no Acordo de Bretton Woods, em 1944. Desse modo, corroborar a hipótese inicial de que concentração de poder nas mãos norte-americanas e o estabelecimento de sua hegemonia tiveram influência decisiva sobre o “novo” SMI, formatada no Acordo de Bretton Woods.

O período dos tempos áureos do poder hegemônico norte-americano, considerando os ciclos de expansão capitalista braudeliana de alternância de fases de expansão material e financeira, ocorreu a fase de expansão material do sistema de acumulação comandado pelos EUA. Ao mesmo tempo, tal como a Grã-bretanha da primeira metade do século XIX, os norte-americanos buscaram criar um SMI sob o seu comando, que facilitasse a integração econômica dos demais países a sua rede de poder. Isso foi sintetizado na formatação do Acordo de Bretton Woods, e persistiu até a década de 1970, quando o poder hegemônico norte-americano começa a transição para a fase de expansão financeira, provocando o colapso do Sistema de Bretton Woods.

O capítulo está estruturado em três seções. A primeira trata da consolidação do poder do norte-americano, o impacto sobre o Acordo de Bretton Woods e o sobre o novo SMI. A segunda aborda os tempos áureos do poder norte-americano e sua fase de expansão material, relacionando com o Sistema de Bretton Woods. E, por último, o começo da crise hegemônica dos Estados Unidos (EUA) e o colapso do Sistema de Bretton Woods.

4.1 CONSOLIDAÇÃO E BASES DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Na década de 1930, a ordem britânica construída ao longo do século XIX entrou em colapso, em que como observa Polanyi (2001, p. 27-29), a tentativa de retomá-la no após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), especialmente o padrão ouro, acelerou a sua desintegração. Isso levou a uma autarquização da economia

mundial e, conseqüentemente, a criação de “impérios” autônomos, resultado no choque entre eles, sintetizado na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A Guerra vai contrapor, por um lado, os EUA como pretensa nação hegemônica e, de um lado, a Alemanha nazista e, no extremo oriente, o Japão Imperial. No final da Guerra, segundo Arrighi *et. al* (2001, p. 94-95), os norte-americanos tinham acumulado poder suficiente para construir a sua ordem hegemônica, na qual as outras potências capitalistas da Europa e o Japão estavam destroçadas pela guerra.

4.1.1 Concentração de Poder nos EUA

No fim do século XIX, os EUA despontavam como uma potência regional, tanto que autores como Hobsbawm (1989), Polanyi (2001) e Arrighi (1996) passam a tratá-lo como uma potência. Por outro lado, autores que tratam da história monetária e das finanças internacionais, também passaram a atribuir cada vez mais importância aos EUA dentro do SMI, mesmo considerando que os EUA apresentavam um fluxo de investimento externo muito baixo e se mantinham protecionistas, quando comparados a outras potências nucleares da Europa (Grã-bretanha, França e Alemanha). Isso pode ser verificado nos trabalhos de Bordo e Flandreau (2001), Eichengreen (1997b).

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918, segundo Arrighi *et. al* (2001, p. 94-95), transformou os EUA de potência regional para uma mundial, beneficiada pela auto-destrutividade das potências européias e, protegidos pela sua insularidade, foram o porto seguro para os britânicos buscarem recursos materiais e financeiros para custear seu esforço de Guerra contra a Alemanha. Ao mesmo tempo, como mostra Rockoff (2004), os EUA passaram de grandes devedores mundiais para credores e exportadores de capitais, devido aos empréstimos e recursos materiais oferecidos a Grã-bretanha e seus aliados.

Na década de 1920, segundo Arrighi (1996, p. 280-282), a nova distribuição de poder mundial, com a crescente concentração de poder e liquidez nas mãos dos norte-americanos, tornava praticamente impossível reconstruir a ordem pré-1914, sob o comando britânico. Porém, mesmo assim, como observa Polanyi (2001, p. 29-32), a insistência britânica em reconstruir sua antiga ordem, sintetizada no retorno ao padrão

ouro comandado pela Grã-bretanha, acelerou a sua destruição e desarticulação da economia mundial. Mas, por outro lado, os demais países, na década de 1930, principalmente as pretensas nações hegemônicas EUA e Alemanha nazista, abandonaram os dogmas do mundo britânico, tal como a crença nos mercados auto regulados, o padrão ouro e o liberalismo, seguidos posteriormente pelos demais, até mesmo, pela própria Grã-bretanha.

No fim da década de 1930, o clima belicista entre os grandes “impérios” autárquicos se acirrou. Na Europa, Arrighi (1996, p. 61-63), a Alemanha nazista vai buscar seguir o modelo norte-americano de poder, ao tentar criar um país continental, apoiado por uma série de países fortes (inclusive Grã-bretanha e França), que permitiria a Alemanha ascender como uma grande potência hegemônica, o que passava por uma guerra na Europa. No extremo oriente, como observa Arrighi *et. al* (2001b, p. 265-267), o Japão despontava como uma potência regional, que assimilou os conceitos de industrialismo, militares e imperialismo ocidentais, mas, para infelicidade dos japoneses, teriam que enfrentar os EUA, a única potência ocidental atuante na região que poderia frear os sonhos imperiais japoneses. Nesse cenário, em 1939, a Alemanha começa a sua ofensiva na Europa, dando o pontapé inicial da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), logo depois, em 1941, o Japão ataca as bases norte-americanas no Havaí. Isso impulsionou os norte-americanos a quebrarem seu isolamento e entrarem na Guerra, neutralizando a Alemanha nazista e o Japão imperial. Entretanto, os países localizados no epicentro do conflito promoveram sua destruição mútua, permitindo que os EUA, protegidos pela sua insularidade, emergissem não só como a mais poderosa potência capitalista, mas, também, a única.

4.1.2 Concepção do Mundo Norte-Americano

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), como observa Arrighi *et. al* (2001, p. 90-91), serviu como um meio sinistro de simplificação do mapa do poder mundial. Nesse cenário os Estados Unidos emergem como a grande potência capitalista ou, melhor, a única, e de forma marginal, a União Soviética, defensora de um regime

pseudo socialista.²² Assim, coube aos EUA implementarem sua ordem hegemônica e inaugurar um novo ciclo de expansão material, dentro do sistema capitalista. Para isso, os norte-americanos apresentaram, primeiramente, o unimundismo de Roosevelt e, logo depois, numa visão mais realista, a Doutrina Truman.

A visão unimundista foi a bandeira levantada pelo então presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt (1933-1945). O unimundismo, de acordo com ARRIGHI (1996, p. 285-286), buscava integrar os EUA ao mundo, quebrando o seu tradicional isolacionismo, a fim de garantir sua segurança e a estabilidade a nível mundial, algo que o isolacionismo não poderia mais assegurar. A essência do unimundismo de Roosevelt, segundo a obra de Shurmann (1974), se baseava na transmutação das idéias do *New Deal* para o âmbito internacional, tal como o *New Deal* trouxe a segurança social para a América, traria a segurança política para o mundo superar o caos pós-guerra, garantir sua prosperidade e integração econômica. Entretanto, um grande entrea desse plano, como observa Arrighi (1996, p. 286), era exigir que os EUA fossem excessivamente bondosos com seus amigos e inimigos (leia-se, principalmente, União Soviética), não refletindo em retornos paupáveis o suficiente para as elites norte-americanas aceitares. Assim, após a morte de Roosevelt em 1945, o seu vice Harry S. Truman (1945-1953) assumiu a presidência norte-americana e lançou a Doutrina Truman, baseada no unimundismo de Roosevelt, mas, bem mais realista.

A Doutrina Truman, segundo Arrighi (1996, p. 285-287), em linhas gerais, a pregava a existência de dois mundos opostos, de um lado, os comunistas agressivamente expansionistas comandados pela União Soviética e, de outro, o mundo livre, em que apenas os EUA eram capazes de organizar e defendê-lo. Dessa forma, incentivou a criação da ordem da Guerra Fria, contrapondo os EUA defendendo o sistema capitalista e, de outro, a União Soviética defensora de um pseudo socialismo. Isso permitiu que os norte-americanos estabelecessem e legitimassem a sua ordem hegemônica, comandando o sistema capitalista para um novo ciclo de expansão

²² O uso do termo “pseudo socialista” se deve ao fato da organização econômica soviética ter mais características de um capitalismo de Estado do que de um regime socialista, pois as empresas agiam de modo semelhante ao capitalismo, mas, ironicamente, eram de propriedade do Estado e serviam a uma elite privilegiada.

material, que durou até a década de 1970. Assim, como observa Hobsbawm (1995, p. 274-275), os norte-americanos influenciaram decisivamente a nova integração econômica mundial, através do Acordo de Bretton Woods de 1944, ao mesmo tempo, outras instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), foram concebidas para legitimar suas ações.

4.1.3 Acordo de Bretton Woods e o “Novo” Sistema Monetário Internacional

O Acordo de Bretton Woods, em 1944, lançou o que seriam os pilares fundamentais para a reconstrução do SMI e da integração da economia mundial, sob a égide norte-americana²³. No Acordo, influenciado pelo unimundismo de Roosevelt e o que seria o mundo norte-americano, segundo Arrighi (1996, p. 287-290), provou a grande “revolução” nas finanças internacionais, ao colocar sob o controle dos governos a liquidez internacional e, por sua vez, transformar Washington e o *Federal Reserve* no comando do Sistema, transformando o dinheiro mundial num subproduto da gestão do Estado. Desse modo, os norte-americanos quebraram o tradicional controle das altas finanças pelos banqueiros e financistas privados, presentes na hegemonia holandesa e britânica, tal como a crença nos mercados auto-regulados.

O cerne das idéias bases que serviram como pilares da reconstrução do SMI, surgiram ainda em meio a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e amadureceram a medida que ficava claro que os EUA e seus aliados venceriam, trazendo a tona a necessidade de novos planos de reconstrução do SMI e da integração econômica mundial. Portanto, no começo da década de 1940, surgiram dois planos principais sobre a reconstrução do SMI: o britânico e o norte-americano. Segundo Bordo (2003, p. 31-34), existiam dois principais planos de reconstrução do SMI, o britânico e o norte-americano, em que ambas tinham elevada influência da instabilidade do período entre guerras (1918-1939). Portanto, de um lado, segundo Skidelsky (1999, p. 120-124), a proposta britânica foi elaborada por Keynes, apresentada em 8 de setembro de

²³ Não será abordada toda a complexidade e detalhes das propostas de reconstrução do sistema monetário internacional, pois o objetivo é mostrar a influência dos EUA sobre a formação do SMI. Assim, mesmo que fosse desejável aprofundar a discussão sobre o Acordo de Bretton Woods, isso tornaria o texto enfadonho e desviaria o foco principal do trabalho, que abrange todo o período de vigência do Sistema de Bretton Woods (1946-1973) e o ciclo de expansão material comandada pelos EUA.

1941, denominado “união de compensações”, na qual a ênfase era em criar mecanismo que possibilitassem ajuste no balanço de pagamentos. Por outro lado, o plano norte-americano foi apresentado pelo funcionário do tesouro norte-americano Harry Dexter White, em março de 1942, na qual dava grande ênfase na necessidade de uma moeda estável, para viabilizar a integração e estabilidade da economia mundial.

Após uma série de discussões e confrontos entre as duas visões finalmente, em 1944, o Acordo de Bretton Woods é assinado pelos futuros vencedores da Guerra, ou seja, os norte-americanos e seus aliados. Entretanto, como observam Bordo e James (2000), o Acordo teve uma visão predominantemente norte-americana, tal como as instituições criadas (por exemplo, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), e o próprio padrão ouro-dólar e Sistema de Bretton Woods dentro do SMI²⁴. Por outro lado, segundo Arrighi (1996, p. 286-287), a adoção do padrão ouro-dólar serviu para a redistribuição da liquidez internacional acumulada pelos norte-americanos, ao mesmo tempo, aprofundando sua influência no mundo capitalista ao integrá-lo sob sua égide, na qual ocorreu especialmente por meio dos maciços fluxos de capitais dos EUA para o exterior, principalmente para a reconstrução da Europa e Japão. Todavia, cabe ressaltar que os norte-americanos mantinham o seu ranço protecionista, impossibilitando uma abrupta abertura comercial, que impulsionaria a integração da economia mundial, tal como a Grã-bretanha do século XIX.

Na proposta britânica e norte-americana é possível identificar que a ênfase dada em cada plano sobre a reconstrução do SMI, tinha muito a ver com as necessidades e interesses futuros de cada país. Assim, os britânicos precisavam de um SMI que desse maior ênfase no ajuste externo, pois durante o esforço de guerra e ao longo da reconstrução pós-guerra, a Grã-bretanha se manteria deficitária nas suas

²⁴ O padrão ouro-dólar, em linhas gerais, primava pela manutenção da paridade e plena conversibilidade entre o ouro e o dólar, a taxa de 35 dólares por onça de ouro (uma onça equivale a 28,35 gramas). Por sua vez, as demais moedas mantinham a paridade fixa em relação ao dólar, mas que poderia ser alterada para solucionar desequilíbrios externos, desde que autorizadas pelos demais membros, por meio do Fundo Monetário Internacional, constituindo, junto com as regulamentações e restrições financeiras, o cerne do Sistema de Bretton Woods. Na época, os norte-americanos não tinham problemas em manter a paridade ouro-dólar, pois tinham, praticamente, o monopólio das reservas em ouro do mundo, especialmente devido aos grandes superávits originados pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

contas externas, o que poderia criar sérios problemas a economia britânica. Mas, os norte-americanos, tinham ciência de seu acúmulo de poder e a nova posição de superpotência capitalista e, portanto, fizeram uso disto para influenciar a formatação do SMI em nome de seus interesses e colocá-los no comando do Sistema. Por isso os norte-americanos davam tanta ênfase na necessidade de uma moeda forte, na qual a sua moeda, o dólar, era o candidato natural. Desse modo, como mostraram os trabalhos recentes de Eichengreen (2004) e Dooley *et. al* (2003), os EUA se tornaram de *facto* o núcleo solitário do SMI e o dólar sua moeda base, por meio do padrão ouro-dólar, permitindo que os EUA desfrutassem das vantagens de ter a moeda base do sistema. Essas vantagens podem ser exemplificadas como exemplos: facilidade de investimento no exterior; de obter crédito e sustentar elevados graus de endividamento; controle da liquidez internacional.

4.2 HEGEMONIA NORTE-AMERICANA E O SISTEMA DE BRETTON WOODS: NOVO CICLO DE EXPANSÃO MATERIAL CAPITALISTA

No decorrer da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a medida que os EUA acumulavam cada vez mais poder e as demais potências capitalistas promoviam sua autodestruição, o mapa do poder capitalista mundial se simplificou assustadoramente, no fim da Guerra, apenas os norte-americanos eram uma superpotência. Assim, o comando e liderança do sistema capitalista e interestatal recaiu sobre os EUA, que passou a comandar um novo ciclo de expansão material do capitalismo, que perdurou até a década de 1970. Entretanto, é possível distinguir duas fases dentro desse ciclo de expansão, consoantes com as mudanças dentro do Sistema de Bretton Woods, a fase de pré-conversibilidade (1946-1958) e conversibilidade (1959-1971).

4.2.1 Fase de Pré-conversibilidade (1946-1958) e Tempo Áureo do Regime de Acumulação Norte-americano

O Período de pré-conversibilidade (1946-1958), como observa Bordo (1993, p. 37-38), é marcado pelo aprofundamento do dólar como a predominante e única divisa internacional. Ao mesmo tempo, ocorre o processo de adaptação dos demais países ao “novo” SMI, consolidado em 1958, com a conversibilidade das moedas das

demais potências econômicas, a partir do final de 1958, mas, ainda, em 1955, o Sistema funcionava satisfatoriamente. Entretanto, segundo Bordo (1993, p. 37-41), no pós-guerra, existiam dois grandes entraves a integração econômica mundial. O primeiro eram as restrições ao comércio mundial pelas potências econômicas, em nome de alocar seus recursos na importação de bens e serviços essenciais, com a exceção feita aos EUA, mas que mantinha um ranço protecionista. O segundo era a escassez de dólares, derivada dos grandes superávits obtidos pelos norte-americanos ao longo da guerra.

Nesse cenário, tanto os países europeus e quanto o Japão, não tinham recursos para viabilizar a sua reconstrução, por consequência, se eles não voltassem a ser potências, a economia mundial não se integraria e, portanto, a tarefa de financiamento de suas reconstruções recaiu sobre os ombros dos norte-americanos. Assim, como ressalta Arrighi (1996, p. 286-287), começaram a comandar a integração a liberalização comercial com o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), em 1948, quebrando paulatinamente não só as restrições levantadas pelas demais potências durante e pós-guerra, mas, também, o seu tradicional protecionismo. Porém, como previne Arrighi (1996, p. 286-287), num primeiro momento, a principal meio da redistribuição da liquidez internacional e integração econômica mundial, sob a égide norte-americana, é a exportação de capitais, tanto das empresas quanto público, principalmente financiando a reconstrução da Europa e Japão²⁵. Adicionalmente, o auxílio norte-americano, tinham influência da Doutrina Truman e da necessidade dos EUA em proteger o mundo capitalista da “ameaça comunista” e União Soviética.

Dentro da concepção da hierarquização do SMI, em trabalhos como o de Eichengreen (2004) e Dooley *et. al* (2003), os EUA se solidificam como o núcleo do sistema, ao mesmo tempo, os países europeus e o Japão passam a ser a periferia, mas o demais países não era significativamente entregados ao SMI para serem considerados, nem ao menos, periferia. Os EUA constituem o núcleo solitário por que eram a única

²⁵ Um dos exemplos mais efetivos do programa de financiamento norte-americano para a reconstrução das demais potências econômica foi o *Marshall Plan*, direcionado a reconstrução européia. Esse plano, entre 1948 e começo da década de 1950, injetou mais de 13 bilhões de dólares nas economias européias.

superpotência capitalista e, ainda, contando com uma escala econômica, de investimentos e comércio incomparável, transformando a sua moeda, o dólar, era a única moeda conversível e, assim, os demais países acabavam por praticar políticas de atração de dólares (investimentos, por exemplo), a fim de viabilizar suas transações internacionais. Desse modo, a Europa e Japão passam a praticar políticas de acúmulo de dólares, não só sustentando, mas, também, aprofundando a posição central dos EUA e do dólar no SMI.

Cabe ressaltar que nas décadas de 1950/1960, são os “*the golden age*” (ou, na versão brasileira, os anos áureos) do capitalismo, em que a economia mundial se integrou e prosperou. Entretanto, como está presente na obra de Shurmann (1974) e Arrighi (1996), os próprios norte-americanos passaram a defender o maior intervencionismo estatal na economia, tanto na administração da economia quanto em maiores gastos para garantir a segurança e o progresso. Isso pode ser basicamente sintetizado na ação de políticas keynesianas e na ascensão do Estado do *We.fare State* (Estado de bem-estar social), especialmente na Europa. Esse aspecto foi incorporado dentro do regime de acumulação norte-americano, e que permeou o ciclo de expansão material comandada pelos EUA.

4.2.2 Fase da Conversibilidade (1959-1971) e o Começo do Fim do Ciclo de Expansão Material Norte-americana.

A medida que os países europeus e o Japão²⁶ se reconstruíam, ganhavam musculatura econômica e, assim, suas moedas passavam a ser conversíveis. Desse modo, como observa Dooley *et. al* (2003), esses países começaram a caminhar de uma posição periférica no SMI para uma posição nuclear, proporcionalmente, dilapidando lentamente a vantagem norte-americana de ser dona da única moeda conversível, o dólar. Ao mesmo tempo, principalmente as grandes potências européias França e Alemanha, passam paulatinamente a desfrutar das vantagens de ter uma moeda bem

²⁶ O Japão apresenta uma característica muito peculiar, pois o modelo pró-exportador e tendo como cliente principal os EUA, impulsionou os japoneses a acumularem crônicos superávits e serem grandes investidores nos EUA. Desse modo, mesmo com o Japão detendo uma moeda conversível, continua acumulando enormes reservas em dólares. Ao contrário da Europa, que buscou criar um mercado interno e relações econômicas mais multilaterais, reduzindo a dependência dos EUA e do dólar.

aceita no mercado internacional, tal como a facilidade da exportação de capitais/ investimentos em países estrangeiros e ser considerado um mercado financeiro seguro.

Segundo o modelo da dinâmica de transição hegemônica, proposto no trabalho de Arrighi e Silver (2001), isso pode ser encarado como o fortalecimento de potências emergentes, dentro da rede de poder construída pela nação hegemônica, na qual acaba por provocar o seu declínio proporcional. Assim, como ressalta Bordo (2005), na década de 1960, os países europeus começaram a questionar os exorbitantes privilégios dos EUA, em ter a sua moeda como base do SMI, tendo como um dos primeiros a questioná-lo foi a França, a medida que exigiam que as suas reservas em dólares fossem convertidas pelos norte-americanos em ouro, tal como previa o Acordo de Bretton Woods e o padrão ouro-dólar. Entretanto, essa conversão de dólares em ouro, era cada vez mais difícil de ser realizada pelos norte-americanos, a medida que suas reservas de ouro se depauperavam e não poderiam lastrear todos os dólares em circulação na economia mundial. Por outro lado, por que o Japão ficou relativamente comportando nesse período, ao contrário dos europeus? A resposta pode estar ligada ao fato do Japão ser considerado um semi-estado, tal como Arrighi (1996, p. 349-357) e tantos outros autores defendem, por que o poderio econômico japonês é respaldada pela proteção militar e política dos EUA, acabando por exercer a função de posto avançado do poder norte-americano na Ásia, além da sua capacidade econômica ser útil para sustentação da hegemonia norte-americana.

Na década de 1960, são intensificadas a desconfiança dos agentes financeiros e governos estrangeiros sobre a manutenção do padrão ouro-dólar. Entretanto, segundo Bordo (1993, p. 68-72), está ligada a elevação dos dólares circulando na economia mundial e as declinantes reservas de ouro norte-americana, dessa forma, indicando que a plena conversibilidade entre dólares e ouro, talvez, não fosse possível. Assim, no começo da década de 1960, tais rumores sobre o abandono do padrão ouro-dólar começavam a ganhar força. Ao mesmo tempo, que os depósitos em dólares na Europa (eurodólares) e os advindos das compras de petróleo (petrodólares) cresciam, conjugado com a existência de moedas conversíveis, criou um caldo de cultura para a especulação financeira, mesmo com as regulamentações e restrições presentes no

Sistema de Bretton Woods. Dessa forma, como observa Arrighi *et. al* (2001, p. 98-99), essa liquidez internacional acabou por ser usada pelos especuladores (inclusive de origem norte-americana) para atacar o padrão ouro-dólar, culminando com o colapso do Sistema de Bretton Woods, entre 1971-1973. Isso também marcou o fim do ciclo de expansão material norte-americana e de sua crise hegemônica, sinalizando a expansão financeira das décadas seguintes e o refúgio do poder dos EUA nas altas finanças.

4.3 CRISE HEGEMÔNICA NORTE-AMERICANA E O COLAPSO DO SISTEMA DE BRETTON WOODS

Nas décadas de 1950/1960, segundo Hobsbawm (1995, p. 257-260), foram os “*the golden age*” (ou, na versão abreviada, os anos dourados) do capitalismo, na qual a economia mundial se integrou e prosperou, sob a égide norte-americana. Mas, na década de 1970, como observa Arrighi *et. al* (2001, p. 98-99), foi caracterizado pelo início da crise hegemônica norte-americana e, ao mesmo tempo, o poder norte-americano passa a se refugiar na esfera financeira, que caracteriza a passagem de um ciclo de expansão material para financeira. Adicionalmente, nesse ambiente, ascendem novas potências capitalistas, que reduzem proporcionalmente o poder dos EUA, principalmente, num primeiro momento a Europa e o Japão reconstruídos e, posteriormente, os novos países emergentes (por exemplo, China).

Agora, quais foram os motivos que levaram a eclosão da crise da hegemonia norte-americana e de seu ciclo de acumulação na década de 1970? A resposta formulada por Arrighi (1996, p. 309-311), ressalta que existiram três fatores intimamente relacionados, que entre 1968 e 1973 se mostraram evidentes. O primeiro foi o militar, em que as forças armadas norte-americanas entraram em sérias dificuldades nas suas operações no Sudeste Asiático, especialmente no Vietnã. O segundo foi o financeiro, quando o *Federal Reserve* percebeu que os custos de manter o padrão ouro-dólar, não compensavam os seus benefícios para os Estados Unidos. E, finalmente, o enfraquecimento da luta ideológica contra o comunismo, como forma de legitimação do poder norte-americano. Nesse cenário, a missão de administrar a situação recaiu sobre o então presidente republicano Richard Nixon (1969-1974), que

segundo a biografia disponibilizada pela Casa Branca²⁷ (2008), buscou a aproximação com os “inimigos” da América como União Soviética e China, retirou as tropas do Sudeste Asiático e comandou o abandono do padrão ouro-dólar entre 1971 e 1973, indiretamente, decretando o colapso do Sistema de Bretton Woods.

A decisão norte-americana de abandono do padrão ouro-dólar, a essência do Sistema de Bretton Woods, é um reflexo da incapacidade norte-americana de sustentá-lo. Em outras palavras, a relação custo/benefício da manutenção do padrão ouro-dólar e do Sistema de Bretton Woods, não era compensador. Agora, qual era a origem da dificuldade dos norte-americanos em manterem o padrão ouro-dólar? Para BORDO (2005, p. 12-14), o colapso do padrão ouro-dólar é resultado da perda das reservas em ouro norte-americanas e de uma deterioração significativa nas contas externas, assim, gerando dúvida de investidores e governos de que os Estados Unidos pudessem sustentar o padrão ouro-dólar. Isso teve como reflexo, conjugado com a existência de outras moedas conversíveis, principalmente européias, e a maior quantidade de dólares circulando na economia mundial²⁸, em ondas especulativas contra o padrão ouro-dólar, mesmo com as regulamentações e controles de capital do Sistema de Bretton Woods, se intensificaram a partir da década de 1960. Assim, os norte-americanos começam a desvalorizar o dólar em relação ao ouro em 1971, mas abandonam de vez a paridade e o regime de câmbio fixo a partir de 1973, decretando o fim unilateral do Sistema de Bretton Woods.

Nos anos que se seguiram ao colapso do Sistema de Bretton Woods e o abandono do padrão ouro-dólar, segundo Arrighi (1996, p. 318-322), deu uma liberdade de ação muito grande para os EUA, pois a política monetária norte-americana não estava mais submissa a um acordo explícito. Em outras palavras, os norte-americanos conseguiram transformar os especuladores que apostavam contra o dólar, em seus aliados na manutenção de sua posição central e, adicionalmente, preparar o terreno para a expansão financeira da década de 1980. Por outro lado,

²⁷ Ou, na versão original em inglês, *White House*.

²⁸ Nesse período, se tornam comuns expressões como eurodólares (dólares mantidos em bancos europeus) e petrodólares (dólares originados da compra de petróleo pelos EUA), que constituíam uma liquidez que não estava sob o controle dos norte-americanos e, ainda, eram utilizados para especular contra a manutenção do padrão ouro-dólar.

segundo Eichengreen (2005, p. 11-12), na década de 1970, os investidores e governos, de certa forma, buscaram “fugir” do dólar, através do uso de moedas conversíveis alternativas, principalmente o marco alemão e iene japonês, ou mesmo ouro. Entretanto, como ressalta Eichengreen (2005, p. 20-23), nenhum país, com exceção dos EUA, tinham escala suficiente de investimento e comércio para oferecer uma moeda com tanta liquidez e aceitabilidade quanto o dólar, assim, o dólar manteve sua predominância no cenário internacional, mesmo que em processo de enfraquecimento.

Segundo Arrighi (1996, p. 310-311), a situação calamitosa da década de 1970, levou as elites norte-americanas a abandonarem a idéia de que os EUA deveriam liderar um governo global, por considerarem que o mundo era ingovernável. Desse modo, como observou Tavares (1985, p. 5-6), no fim da década de 1970, as previsões apontavam para um mundo cada vez mais policentrico, em que a hegemonia norte-americana entraria em rápida decadência. Entretanto, esse cenário caótico foi, ironicamente, o caldo de cultura para o impulso da “retomada da hegemonia norte-americana” na década de 1980, através de uma expansão financeira, que vai inflar o poder norte-americano nas décadas seguintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse capítulo teve como objetivo investigar a influência entre os ciclos braudelianos de expansão capitalistas, alternando fases de expansão material e financeira, e suas estruturas de poder, no âmbito internacional, sobre a evolução do SMI. Especificamente, abordando o período de expansão material norte-americana, ocorrido entre a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a década de 1970, em que prevalece como base do SMI o Sistema de Bretton Woods (1946-1973).

Na seção 4.1 foi apresentada a concentração de poder nos EUA, ocorrida no período anterior e durante a Segunda Guerra Mundial, como, também, as bases para a construção de sua hegemonia e influência sobre o novo SMI, nascido no Acordo de Bretton Woods, em 1944.

Na seção 4.2 foi apresentado os tempos áureos da hegemonia norte-americana, em que o sistema capitalista apresenta sua fase de expansão material, ao mesmo

tempo, que o novo SMI está em operação sob o comando dos EUA. Entretanto, nessa mesma época, os norte-americanos começam a perder paulatinamente a capacidade de comando do sistema interestatal e do SMI, culminando em uma situação cada vez mais difícil para a manutenção da hegemonia norte-americana.

Na seção 4.3 foi apresentado o cenário caótico da década de 1970, quando a rede de poder criada e comandada pelos norte-americanos entrou em colapso. Assim, dando início a sua crise hegemônica e, simultaneamente, a transição de uma fase de expansão material para uma financeira, permitindo que os EUA refugiem sua hegemonia nas altas finanças. Nesse cenário, o SMI formatado no Acordo de Bretton Woods entra em colapso, dando começo a uma nova Era do SMI que persiste até hoje.

A hipótese inicial desse capítulo era que a concentração de poder nas mãos norte-americanas e o estabelecimento de sua hegemonia tiveram influência decisiva sobre o “novo” SMI, formatado no Acordo de Bretton Woods. Ao longo do capítulo, foi possível identificar que a hipótese inicial foi confirmada, justificada por três argumentos. O primeiro é a imposição consentida do padrão ouro-dólar, transformando o dólar na base do SMI, refletindo enormes privilégios aos EUA (por exemplo, facilidade de exportação de capitais). O segundo foi colocar o SMI sob o comando do *Federal Reserve* e a serviço sistema financeiro norte-americano, uma prerrogativa derivado do próprio padrão ouro-dólar, que permitiu os EUA aprofundarem sua rede de poder hegemônico. E, por último, a medida que a liquidez internacional em dólares crescia, paralelamente, ocorria o surgimento de novas moedas conversíveis na década de 1960, levou a ondas especulativas contra o padrão ouro-dólar, mesmo com as regulamentações do Sistema de Bretton Woods. Assim, culminando com o abandono do padrão ouro-dólar de forma unilateral por parte dos EUA, entre 1971-1973, decretando o colapso do Sistema de Bretton Woods e uma nova fase no SMI, que persiste até os dias atuais.

5 FINANCEIRIZAÇÃO DO PODER NORTE-AMERICANO E O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL: PÓS-1970

Neste capítulo é abordada a influência da financeirização do poder norte-americano, iniciada na década de 1970, em relação ao sistema monetário internacional (SMI). E, assim, corroborar a hipótese inicial de que a financeirização do poder norte-americano, após a década de 1970, e a sua lenta degradação, são decisivos para explicar a formatação e funcionamento do SMI nos tempos atuais.

A idéia inicial desse capítulo teve origem na “coincidência” de dois movimentos. O primeiro é a transição da fase de expansão material do ciclo de acumulação norte-americana, para a fase de expansão financeira, na qual a hegemonia norte-americana entra em crise e, por sua vez, se refugia nas altas finanças. O segundo é o movimento de liberalização/desregulamentação financeira a níveis nacional e internacional, incorporado dentro da estrutura de poder hegemônico norte-americano, dentro de uma defesa mais ampla com o retorno a crença dos mercados auto-regulados e do não intervencionismo estatal na economia.

O capítulo está organizado em três seções. A primeira aborda a estratégia norte-americana para a retomada de sua hegemonia e sua influência sobre o SMI, dando um destaque especial ao governo Ronald Reagan (1981-1989) e a sua continuação na administração George Bush I²⁹ (1989-1993). A segunda explora a gestão Clinton (1993-2001), em relação a administração da financeirização do poder norte-americano e sua manutenção, dada as novas determinantes lançadas na década de 1980, durante a Era Reagan. A terceira trata do governo Bush II (2001-2009) e a situação atual da hegemonia norte-americana e do SMI.

²⁹ O termo “Bush I” para designar o ex-presidente norte-americano George Bush e, por sua vez, o termo “Bush II” para denominar o atual presidente norte-americano George W. Bush, são comumente usados por Paul Krugman, especialmente no seu *blog* e coluna do jornal New York Times. O endereço do *blog* de Paul Krugman é: <<http://krugman.blogs.nytimes.com>>.

5.1 ERA REAGAN E A “RETOMADA DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA”³⁰

A partir do fim da década de 1970 e durante os anos 1980s, os Estados Unidos (EUA) começam a implementar a estratégia para retomar sua hegemonia e, assim, frustrar a percepção de que o mundo estava se tornando multipolar. O primeiro foi implementado pelo *Federal Reserve*, em 1979, ao implementar a política do dólar forte, solidificando a posição central dos EUA no SMI. Posteriormente, na década de 1980, o governo Reagan deu início a uma atuação mais viril dos EUA no mundo, ao mesmo tempo, alterava as bases do poder norte-americano, através da ascensão do neoliberalismo, globalização, liberalização/desregulamentação dos mercados, resultado num ambiente propício para a expansão financeira e inflação do poder norte-americano.

5.1.1 Política do Dólar Forte

Após o ano de 1973, os Estados Unidos abandonaram o padrão ouro-dólar e, como efeito colateral, decretaram o colapso do Sistema de Bretton Woods, ao permitirem que a taxa de câmbio do dólar fosse flutuante. Isso, segundo Arrighi (1996, p 325), permitiu que os EUA se livrassem das restrições derivadas do padrão ouro-dólar, passando a adotar uma política monetária mais frouxa. Ao mesmo tempo, de acordo com Eichengreen (2005, p. 20-21), os norte-americanos se beneficiaram do fato do dólar ser a moeda mais bem aceita no SMI, pois não existiam outras moedas, lastreadas por potências econômicas, com a mesma escala de comércio e investimento internacionais que os Estados Unidos. Na verdade, os dois países que poderiam oferecer moedas concorrentes ao dólar, era a Alemanha com o marco e o Japão com o iene, mas, ainda assim, muito distantes de poderem substituir o dólar no cenário internacional.

Portanto, entre os anos de 1973 e 1978, os Estados Unidos desfrutaram de uma vantagem muito grande em adotar o padrão dólar puro, pois detinham o monopólio da moeda mais aceita no cenário internacional, contudo, sem ter as restrições do padrão

³⁰ A expressão “retomada da hegemonia norte-americana” foi utilizada por Tavares (1985), no artigo de mesmo nome.

ouro-dólar. Entretanto, como observa Arrighi (1996, p. 325), a frouxidão da política monetária norte-americana, alimentou ainda mais a especulação contra o dólar, a medida que incentivava a percepção dos investidores e governos estrangeiros de que o dólar não era uma moeda tão confiável. O reflexo dessa situação, notado por Chinn e Frankel (2005, p. 11), é a acentuada desvalorização do dólar entre 1977 e 1979, especialmente em relação as duas moedas mais fortes da época, o marco alemão e iene japonês.

Na década de 1970, a relação hierarquização do SMI passa pelas primeiras modificações profundas, a medida que a velha periferia (Europa e Japão) caminham em direção ao núcleo e, por sua vez, nasce uma nova periferia (países do sudeste asiático e, posteriormente, outros emergentes). Agora, por que ocorreram essas mudanças na hierarquização do SMI? Segundo Eichengreen (2004), a medida que a Europa e Japão se reconstruíam e ganhavam musculatura econômica, suas moedas passavam a ser conversíveis (bem aceitas no mercado internacional), a necessidade de reter dólares acabava por se reduzir e, mesmo a sustentabilidade do dólar como padrão monetário do SMI, passava a não ser tão interessante. Por outro lado, como ressalta Eichengreen (2004), começam a surgir uma série de países emergentes do Sudeste Asiático (mais recentemente, outros emergentes de diversas partes do mundo, por exemplo, Brasil), que passam a fazer uso de políticas de atração e retenção de dólares para viabilizar seu desenvolvimento, crescimento econômico e estabilidade, na qual acaba por ser interessante sustentar a posição central do dólar.

Entretanto, no fim da década de 1970, a antiga periferia pressionava os norte-americanos para criar um novo “Acordo de Bretton Woods”, a fim de os novos parâmetros do SMI, na qual os EUA e o dólar perderiam espaço. Porém, como observou Tavares (1985, p. 6), na reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 1979, em que as principais potências econômicas se reuniram para formatar um novo “Acordo de Bretton Woods”, os norte-americanos não aceitaram qualquer medida que ameaçasse sua posição central ou a do dólar no sistema. Assim, o então presidente do *Federal Reserve*, Paul Volker, se retirou das negociações e começou um movimento

de alta nas taxas de juros norte-americanas, a fim de controlar a inflação, valorizar o dólar e, assim, recuperar a hegemonia do dólar e o comando dos EUA sobre o SMI.

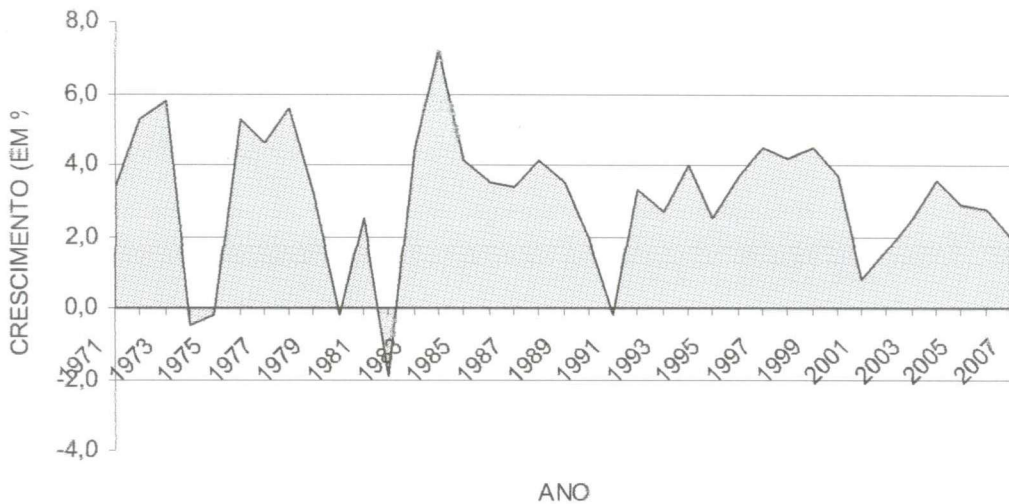
A resistência norte-americana em aceitar a perda de sua posição central no SMI e ou do dólar como sua moeda base, é compreensível. Isso é corroborado pelas observações de Eichengreen (2004, p. 1-7), enquanto o dólar é a moeda base do sistema, os norte-americanos têm facilidade em manter níveis de consumo e gastos, muito superiores do que conseguiriam com seus próprios meios. Por que se as transações internacionais são baseadas em dólares e, por sua vez, está é a moeda nacional dos EUA, o risco de não existir dólares suficientes para honrar os compromissos financeiros é zero. Dessa forma, os norte-americanos obtiveram facilidades em importar, realizar investimentos no exterior, facilidade em obter crédito e sustentar elevados graus de endividamento, interno e externo. Além do que essas vantagens poderiam ser potencializadas, se o dólar não tivesse lastro, mas, sim, se mantivesse na sua posição devido a confiança dos investidores e governos.

O movimento de alta nas taxas de juros norte-americanas tinha como pano de fundo retomar o controle norte-americano do SMI. Para isso, segundo Arrighi (1996, p. 325-328), a alta nas taxas de juros atraiu a liquidez mundial de volta ao EUA e, desse modo, deu início ao movimento de expansão financeira nas décadas seguintes, que vai inflar temporariamente seu poder hegemônico. Isso quer dizer que a nação hegemônica, os EUA, utilizou e utiliza o domínio sobre as altas finanças para a manutenção de sua posição hegemônica. Ou, nas palavras de Arrighi e Silver (2001b, p. 40-42), as expansões financeiras são o sinal de mudança estrutural no sistema capitalista, de um momento áureo da nação hegemônica para o começo de uma crise hegemônica, numa fase em que novas estruturas de poder se fortalecem.

Segundo Tavares (1985, p. 6-8), a política de fortalecimento do dólar e retomada do controle das finanças internacionais, por parte dos EUA, foi bem sucedida, tanto que no período entre 1980-1985, segundo Chinn e Frankel (2005, p. 11), o dólar se manteve valorizado em relação as moedas dos principais países. Entretanto, de acordo com Tavares (1985, p. 6), o resultado maléfico dessa política foi jogar os EUA e os demais países do mundo num período de recessão, especialmente

deletério para os países em desenvolvimento e com perigosos graus de endividamento externo como, por exemplo, o Brasil. Especificamente, em relação aos EUA, como mostra o Gráfico 1, entre o fim da década de 1970 e primeiros anos da década de 1980, a economia norte-americana entrou em recessão/baixo crescimento, que possibilitou a vitória do republicano Ronald Reagan (1981-1989).

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO REAL DO PIB NORTE-AMERICANO: 1971-2007



FONTE: Bureau of Economic Analysis (2008)

5.1.2 Era Reagan e a "Nova América"³¹

O governo republicano de Ronald Reagan assumiu o poder nos EUA com a política de fortalecimento do dólar em curso e com o país numa recessão. Desse modo, como observa Arrighi (1996, p. 328-329), o governo Reagan complementou a política de dólar forte promovida pelo *Federal Reserve*, ao criar condições para que ocorresse a expansão financeira norte-americana, ao defender e implementar a desregulamentação/liberalização dos mercados, em nome dos mercados auto-regulados. Ao mesmo tempo, adotando uma política internacional agressiva em nome da retomada e reafirmação do poder norte-americano no cenário internacional.

³¹ A Era Reagan compreende a gestão Reagan (1981-1989) e Bush I (1989-1993)

A expansão financeira incorporada e aprofundada pelo governo Reagan, permitiu que os EUA entrassem numa corrida armamentista contra a União Soviética, que resultou no seu colapso no início da década de 1990, e efetuassem operações militares contra países inamistosos do terceiro mundo³². De acordo com Arrighi *et. al* (2001c, p. 282-284), o financiamento da corrida armamentista promovida pelos EUA, foram financiadas pela facilidade de acesso a liquidez dos mercados internacionais e inflação de seu poder, derivadas da expansão financeira em curso. Entretanto, como mostra a Tabela 4, a expansão financeira teve como resultado a elevação espetacular do déficit orçamentário e da dívida pública norte-americana, durante a Era Reagan.

TABELA 4 - ENDIVIDAMENTO PÚBLICO NORTE-AMERICANO: 1981-1991 (EM DÓLARES)

ANO	1981	1991
DÉFICIT DO ORÇAMENTO FEFERAL	74 bilhões	300 bilhões
DÍVIDA PÚBLICA	1 trilhão	4 trilhões

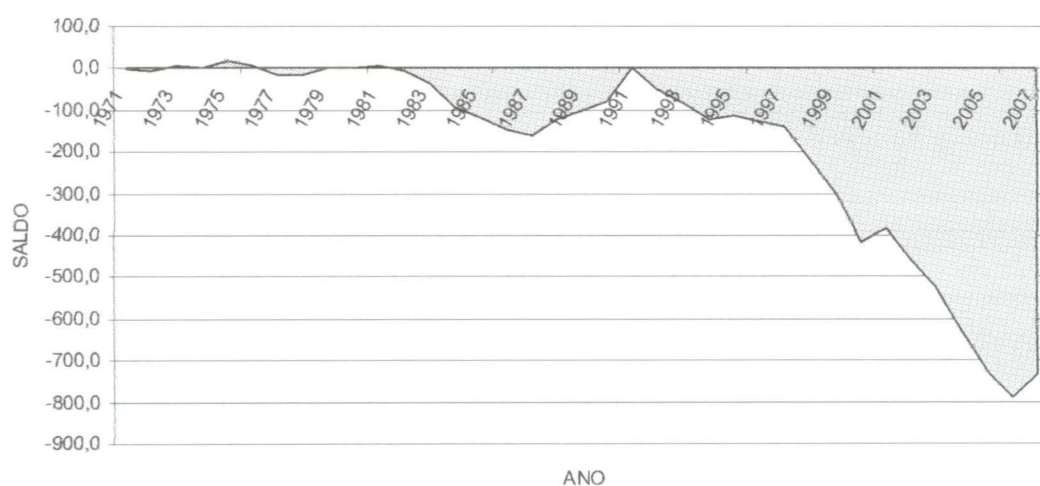
FONTE: Arrighi (1996, p. 328)

Outro traço da Era Reagan é a mudança na percepção da função do Estado na economia e de suas prioridades de gastos. Esse aspecto foi muito criticado por Stiglitz (2004), conselheiro do governo democrata Clinton (1993-2001), devido a diminuição dos gastos sociais e outras áreas “sem” importância em nome, principalmente, do aumento dos gastos em defesa. Por outro lado, Stiglitz (2004) ressalta que durante a Era Reagan, ocorreu o movimento de privatização e desregulamentação dos mercados, de certa forma inconseqüente e que criou sérios problemas para o governo Clinton, que constituem o embrião prático do que vai se constituir no neoliberalismo das décadas seguintes (ver item 5.1.3). Adicionalmente, Tavares (1985, p. 8-9) denomina a política econômica de Reagan como um “keynesianismo bastardo”, pois dava uma ênfase muito grande nos aumentos de gastos em armamentos e redução de impostos das camadas mais ricas, gerando concentração de renda. Porém, o “keynesianismo bastardo” de Reagan levou ao aquecimento da economia norte-americana na década de 1980 (ver Gráfico 1) e vencer, indiretamente, a Guerra Fria contra a União Soviética, no fim dos anos 1980s.

³² Arrighi (1996, p. 328) cita como exemplos de operações militares norte-americanas contra países inamistosos do terceiro mundo: Granada em 1983; Líbia em 1986, Panamá em 1989 e, já na gestão Bush I, Iraque em 1990-1991.

Em relação a posição norte-americana na economia internacional, as medidas da Era Reagan vão transformar os EUA em cronicamente deficitários com o exterior e, simultaneamente, como observa Tavares (1985, p. 8-9), fruto de uma nova divisão do trabalho mundial, em que passa a ser mais interessante para as empresas produzir e adquirir insumos e produtos no exterior, por vezes, fabricada por suas próprias filiais. Por outro lado, os norte-americanos passam a investir em setores de tecnologia de alta tecnologia e serviços. Assim, como mostra o Gráfico 2, ocasionou um elevado déficit em conta corrente norte-americana na década de 1980, traduzido no aumento do endividamento externo e aliado com o aumento da dívida pública (ver Tabela 4), provavelmente geraria problemas para os EUA. Entretanto, segundo Arrighi *et. al* (2001, p. 98-100), na década de 1980 os EUA passaram por uma expansão financeira e, assim, o aumento do endividamento norte-americano constituía uma consequência da manutenção de sua hegemonia, mesmo o transformando no maior devedor do mundo, como mostra o Gráfico 2 sobre o saldo em transações correntes dos EUA.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO SALDO EM CONTA CORRENTE DOS ESTADOS UNIDOS: 1972-2007 (BILHÕES DE DÓLARES)



FONTE: Bureau of Economic Analysis (2008b)

Essa nova divisão mundial do trabalho, aprofundada na Era Reagan, permitiu o surgimento de uma nova relação núcleo-periferia no SMI, em que surge uma nova

periferia em detrimento a antiga formada por Europa e Japão. Segundo Eichengreen (2004) e Dooley *et. al* (2003), essa nova periferia, formada principalmente pelos países do Sudeste Asiático, adotaram a estratégia de desenvolvimento pró-exportadora e de atração de investimentos externos, na qual o principal parceiro era os Estados Unidos. Adicionalmente, a nova periferia se mantém feliz em acumular dólares e reemprestá-los aos EUA, a fim de financiar seus déficits e sustentar elevados graus de endividamento externo, público e o próprio nível de consumo das famílias norte-americanas.

Essa situação é justificada pelo fato da economia norte-americana ter sido calibrada para ser cronicamente deficitária com o exterior. Ou, nas palavras de Eichengreen (2004, p. 1-7), manter seus extraordinários privilégios de sustentar níveis de consumo e endividamento maiores do que poderiam pelos seus próprios meios, devido a facilidade de acesso a capitais externos para se financiar. Isso, segundo Arrighi e Silver (2001b, p. 37-40), não é fruto da bondade dessa nova periferia, mas, sim, o meio encontrado por esses países para se desenvolver dentro da estrutura de poder norte-americana, mesmo que signifique a manutenção da posição norte-americana.

5.1.3 Neoliberalismo, Livre Mercado e Globalização

Uma das heranças mais relevantes da Era Reagan é a mudança nos parâmetros do exercício da hegemonia norte-americana, especialmente adotando a defesa do livre mercado e a menor intervenção do Estado na economia. Desse modo, os EUA passam de defensores de um Estado interventor e regulador, no período pré-1970, para a defesa de um Estado mínimo e da desregulamentação da economia, a fim de permitir que o mercado por si próprio encontre seu caminho.

Théret (1993, p. 3-4), numa visão sobre a “indústria dos economistas”, vê que a origem da estrutura do pensamento neoliberal atual, teve origem nas décadas de 1960/1970, quando os jovens rebeldes começaram a levantar a bandeira dos “novos clássicos”, ao mostrar a ineficácia das políticas econômicas de cunho keynesiano que eram dominantes na época. Essa pregação dos “jovens rebeldes” ganhou força na

década de 1970, com a desorganização da economia proveniente do início da crise hegemônica norte-americana se mostrava cada vez mais grave. A retórica neoliberal pode ser resumida nas palavras de Théret (1993, p. 5), numa perspectiva que transcender o mundo econômico como:

A coerência lógica do neoliberalismo teórico, necessária a seu poder de persuasão, é assegurada pela enumeração de três princípios que; (*sic*) na versão mais radical da doutrina, são: a liberdade até o limite de seu abuso, – a desigualdade até o limite do tolerável, a flexibilidade até – os limites da insegurança. É o conjunto articulado desses três elementos que no plano doutrinário garante uma plena eficiência econômica do mercado, levando a um crescimento ótimo da produção material e ao progresso social. Descrito sob a forma de uma charada, o diagrama neoliberal é, assim, o seguinte: meu primeiro sendo um princípio fundador legitimado pelo direito natural, meu segundo a estrutura social que daí resulta necessariamente, e meu terceiro a característica essencial dos indivíduos de acordo com meu primeiro e meu segundo, meu todo é um mercado ideal que permite uma alocação ótima dos recursos escassos favorável ao crescimento, a qual por seu turno autoriza um progresso social que permita a longo prazo – quando estaremos todos mortos, teria dito Keynes – a ampliação da esfera da liberdade por meio de uma transformação "cultural" da natureza, que finalmente levará a uma redução de sua propensão a só prover recursos escassos e portanto a uma redução correlativa das desigualdades sociais e uma maior segurança para os indivíduos. Até por definição, em consequência, o Estado que limita a liberdade, tende a reduzir as desigualdades e é fonte de rigidez só pode ser perturbador da ordem do mercado, reduzir os estímulos ao trabalho e à poupança, frear o crescimento e ser um fator de regressão social. (*sic*)

A retórica neoliberal, descrita por Théret acima, foi abraçada pelo governo Reagan por ir de encontro aos interesses dos grupos políticos e econômicos de sustentação de seu governo e, até mesmo, da estrutura de Estado norte-americano. Isso se deve ao fato de que na medida em que as amarras da regulamentação financeira, de mercado e intervenção estatal são minimizadas, crescem substancialmente as oportunidades de ganhos dos grandes capitais, especialmente na especulação financeira. E, como observa Arrighi e Silver (2001c, p. 282-284), essa retórica e prática é condizente com o movimento de expansão financeira norte-americana, de forma semelhante a financeirização da hegemonia holandesa, no século XVIII, e da hegemonia britânica, no último quarto do século XIX.

Por outro lado, é possível identificar semelhanças em relação a financeirização da hegemonia britânica do fim do século XIX, sobre a primeira configuração do sistema monetário internacional (1880-1914), e a financeirização da hegemonia norte-

americana já na década de 1980, sobre a configuração do sistema monetário internacional após a década de 1970. Em ambos os casos, apesar de trajetórias diferentes, as nações hegemônicas em fase de expansão financeira pregavam a livre movimentação de capitais e o livre comércio, pois nos dois casos seria benéfico aos grupos dominantes de cada uma. Uma prova disso é a existência de muitos trabalhos que vêem semelhanças entre essas duas épocas, especialmente em relação a integração econômica, defesa do livre mercado e, também, das instabilidades geradas. Por exemplo, autores como Bordo (2006), comparam as instabilidades financeiras das duas épocas, ou de Baldwin e Martin (1999), que fazem comparações diretas entre as chamadas duas ondas de globalização.

A liberalização de comércio, defendida pelos partidários do livre comércio, segundo Stiglitz (2005, p. 19-20), era benéfico para o crescimento econômico e bem-estar social, a medida que os consumidores tem acesso a uma diversidade maior de produtos, implicando numa maior competição e, assim, incitando a maior qualidade dos produtos com menores preços. Entretanto, aí estão implícitos os interesses das grandes empresas transnacionais, especialmente norte-americanas, que podem manter um sistema integrado de produção, com plantas produtoras e fornecedores em diversos países, em busca do menor custo de produção. Por exemplo, como vê Krugman (1994), o extraordinário crescimento dos países do Sudeste Asiático tem muito a ver com pesados investimentos externos, especialmente norte-americanos, que transferiram parte de suas plantas industriais para esses países, beneficiando-se dos menores custos, especialmente de mão-de-obra.

A defesa da desregulamentação financeira, de acordo com Kraay (1998, p. 1-4), é baseada em três aspectos: (i) diversificação das aplicações e, assim, a redução do risco; (ii) a maior eficiência das aplicações, derivada da maior diversificação e liberdade dos agentes em escolher os melhores investimentos e (iii) a imposição de políticas econômicas responsáveis, pois, caso contrário, irá provar a inimizade dos donos de capitais e pode gerar graves instabilidades financeiras, especialmente nos países em desenvolvimento. O objetivo implícito da desregulamentação financeira é permitir que os grandes “donos” dos capitais, sejam especuladores, empresas e

instituições, terem maior liberdade de ação, em busca de melhores ganhos. Por exemplo, com maior liberdade de ação, as grandes empresas transnacionais podem realizar investimentos, remeter lucros, efetuar pagamentos e especular no mercado financeiro. Entretanto, como destaca Eichengreen (2004b, p. 1-3), a desregulamentação financeira pode resultar em maiores instabilidades e dificuldades, especialmente para os países em desenvolvimento, que detêm uma menor maturidade institucional e inspiram menos confiança.

Nos anos 1990, essas pregações neoliberais são incorporadas a instituições internacionais dominadas pelos norte-americanos, sintetizadas no chamado “Consenso de Washington”, em que segundo Stiglitz (2005, p. 15-17), dava grande ênfase nas políticas de: (i) controle da inflação; (ii) privatização, vista como forma de reduzir a intervenção estatal na economia e (iii) a liberalização financeira e comercial. Stiglitz fez parte do conselho econômico do governo democrata de Clinton, durante a década de 1990, era e é um grande crítico do “Consenso de Washington”, mas, na década de 1990, o movimento de expansão financeira e os novos parâmetros da hegemonia norte-americana já estavam consolidados. Tanto que o governo Clinton vai adotar uma política de dólar forte, retomar a confiança dos investidores por meio do reequilíbrio das finanças públicas e, em termos gerais, prosseguir com as políticas de liberalização comercial e financeira. Uma evidência disso é apresentada no Gráfico 2, que mostra o crescimento do déficit em contas correntes norte-americano na década de 1990, e no Gráfico 1, o crescimento consistente da economia norte-americana na década nesse período.

5.2 GOVERNO CLINTON E OS LOUCOS ANOS 1990

O governo do democrata William Jefferson "Bill" Clinton, ou para os íntimos, Bill Clinton, foi eleito em 1992 ao frustrar a tentativa de reeleição de George Bush I, governou os EUA até 2001. Num primeiro momento, o governo Clinton administrou a herança “maldita” da Era Reagan, principalmente em relação ao saneamento das finanças públicas. Logo depois, aproveitou administrar a os novos parâmetros da hegemonia norte-americana, promovida na década de 1980, para dotar os Estados

Unidos de um período de estabilidade, crescimento econômico e prosperidade, que vai persistir ao longo da década de 1990.

5.2.1 Herança da Era Reagan

A Era Reagan consiste não apenas nos dois governos de Reagan, mas, também, o de Bush I, constituindo um período de mais de uma década, em que os Estados Unidos voltaram a sua posição hegemônica e ao controle do sistema, que parecia estar a beira do colapso na década de 1970. Dessa forma, como assinalam Arrighi e Silver (2001c, p. 282-284), na Era Reagan, os norte-americanos alteraram os parâmetros de sua hegemonia, abraçando o livre mercado e lançando mão de uma expansão financeira, que vai inflar seu poder e permitir chegar a década de 1990 como a única superpotência.

A primeira grande contribuição da Era Reagan, já esmiuçada ao longo da seção 5.1, foi o fortalecimento do dólar e da posição central da economia norte-americana em relação ao sistema monetário internacional. Isso, conjugado com a crença e prática do neoliberalismo, permitiram a expansão financeira norte-americana, que segundo Arrighi e Silver (2001c, p. 282-284), foi fundamental para a retomada da hegemonia norte-americana ao inflacionar seu poder e, assim, reorganização o caos presente no sistema na década de 1970. No começo da década de 1990, já no governo de Bush I, a corrida armamentista promovida pelos norte-americanos e a intensificação das rivalidades contra seu grande inimigo, a União Soviética, levaram ao colapso da mesma junto com a ameaça comunista. Porém, como destaca Arrighi e Silver (2001c, p. 285-288), a derrota da União Soviética e retomada de sua hegemonia teve efeito colateral muito perigoso, o crescimento do seu endividamento público e externo, na qual o primeiro representa um perigo a própria manutenção da posição central dos Estados Unidos no sistema monetário internacional e do dólar como sua moeda base.

Mas, por que o déficit público representa uma ameaça a posição central dos Estados Unidos e do dólar no sistema monetário internacional? A resposta está ligada a um dos fatores que mantém os Estados Unidos como núcleo do sistema, a confiança. Assim, um maior e persistente déficit nas finanças públicas pode despertar a

desconfiança dos investidores em relação a saúde econômica norte-americana. Nesse cenário, como observa Eichengreen (2004, p. 1-7), a extraordinária vantagem norte-americana de deter a moeda base do sistema e facilidade no acesso ao crédito pode se esvaír, a medida que os investidores e bancos centrais estrangeiros passam a acreditar que manter ativos em dólares e/ou investir nos Estados Unidos não é tão seguro e tão vantajoso. O reflexo seria a desvalorização do dólar e o aumento dos custos dos bens importados e operações no exterior, a redução forçada na oferta de crédito aos norte-americanos e, como uma conseqüência direta, a redução do nível de consumo e capacidade de sustentação do poder militar e econômico norte-americano. Nessa perspectiva, os custos de uma desvalorização do dólar, seriam muito superiores aos benefícios e ao incentivo a elevar as exportações.

5.2.2 Governo Clinton

O presidente democrata Bill Clinton foi eleito em 1992, assumiu o poder em 1993, decretando o fim da Era Reagan ao frustrar a tentativa de reeleição do republicano Bush I, sucessor do ex-presidente Reagan. A sua vitória teve a ver com o esgotamento do crescimento econômico baseado no que Tavares (1985, p. 8-9) denominou de “keynesianismo bastardo”, que refletiu numa situação de recessão da economia norte-americana no começo da década de 1990 (ver Gráfico 1). Tal esgotamento era, principalmente, acompanhado de um crescente endividamento público (ver Tabela 4), que passava a ameaçar a confiança dos investidores e governos estrangeiros no dólar e na própria economia norte-americana. Por isso esse período marca a desvalorização do dólar, algo que foi tentado de forma controlada pela reunião das potências econômicas, em 1985, em comum acordo com as outras potências, mas, que na prática, só foi conseguido pelo esgotamento interno das políticas econômicas da Era Reagan.

A primeira missão do governo Clinton foi sanear as finanças públicas norte-americanas e, desse modo, retomar a confiança dos investidores e governos estrangeiros no dólar e na economia norte-americana. Segundo Stiglitz (2004), um dos altos membros do governo Clinton, afirma que umas das mais importantes medidas

para o controle do déficit público norte-americano foi reduzir as despesas em defesa em relação ao montante do orçamento. Isso é justificado pelo fato de que os EUA, na década de 1990, não tinham mais países inimigos com condições ou intenções de enfrentá-lo militarmente, assim, mesmo com menores gastos proporcionais, a supremacia militar norte-americana não estaria ameaçada. O resultado é a orgulhosa declaração do Partido Democrata (2008), de que nos oito anos da gestão Clinton (1993-2001), o déficit público anual de US\$ 290 bilhões em 1992, se transformou em superávits de US\$ 200 bilhões.

A política econômica de Clinton não buscou eliminar a expansão financeira norte-americana iniciada na década de 1980 ou mesmo a onda neoliberal, o que era simplesmente impossível, por ser o novo formato da hegemonia norte-americana. Na verdade, o que o governo Clinton procurou fazer foi administrar a expansão financeira, a traduzindo em crescimento econômico, maior bem estar da sociedade norte-americana e a manutenção de seu poder hegemônico. Tanto que segundo Delong e Eichengreen (2001, p. 9-16), o governo Clinton em conjunto com o *Federal Reserve*, vão adotar posturas que preservem o dólar valorizado, em que a partir de 1995 começa a se valorizar. Nesse meio tempo, a economia dos EUA vai entrar numa nova onda de prosperidade e crescimento econômico (ver Gráfico 1), paralelamente, ocorre o aprofundamento do déficit em conta corrente (ver Gráfico 2).

Por outro lado, repetidas vezes o ex-assessor econômico do presidente Clinton, Joseph Stiglitz³³, lamenta e demonstra sua impotência em lutar contra as políticas neoliberais defendidas pelo estado norte-americano, inauguradas pelo governo Reagan, mas que continuou incorporada na gestão Clinton. Essa impotência descrita por Stiglitz, nada mais é do que o reflexo da nova estrutura de poder norte-americano, pois a medida que a financeirização ocorre, a maior desregulamentação e liberdade de ação do mercado, especialmente financeiro, acabam por se tornar benéficas para a sustentação da posição central dos EUA no SMI.

³³ Ver Stiglitz (2004 e 2005)

5.3 GOVERNO BUSH II E A CRISE TERMINAL DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA?

O republicano George W. Bush (ou, como Paul Krugman carinhosamente o chama, Bush II), foi eleito em 2000 presidente dos EUA, numa conturbada eleição, mas, em todo o caso, assumiu o poder em 2001 e a previsão de término é 2009. Nesse período, os EUA apresentavam enormes e crônicos déficits em transações correntes com o exterior (ver Gráfico 2), a sua economia começava um processo de desaceleração (ver Gráfico 1), esperado após os anos de crescimento a gestão Clinton. Além do mais, para o orgulho do Partido Democrata (2008), as finanças públicas estavam saneadas e, como um dos reflexos, o fortalecimento da posição nuclear norte-americana e do dólar como divisa internacional. Em resumo, a administração Clinton aprofundou os novos parâmetros do poder hegemônico norte-americano (por exemplo, ao defender as políticas neoliberalismo), mesmo a contragosto de alguns de seus membros³⁴, ao mesmo tempo, que aprofundou e buscou administrar e dar sustentabilidade a financeirização de seu poder.

No começo de 2001, quando Bush II assumiu a presidência dos EUA, deu início a um pacote fiscal, como observa Krugman (2008), dando ênfase na redução de impostos para reativar a economia, pois seria incoerente o governo ter superávits, quando esses recursos poderiam estar nas mãos da sociedade, traduzidos em maior consumo e bem-estar, além de reativar a economia. Entretanto, nesse mesmo ano, no dia 11 de setembro de 2001, o ataque terrorista ao *World Trade Center* gerou um clima de incerteza, que levou a economia norte-americana desacelerar, impulsionando o governo Bush II adotar um pacote fiscal ainda mais agressivo, conjugado com uma escalada de gastos militares e adjacentes para custear a cruzada contra o terrorismo, que teve seu ponto alto na ocupação do Iraque, a partir de 2003. Essa política tem alguma similaridade com o que Tavares (1985) chamou de “keynesianismo bastardo” do governo Reagan (1981-1989), principalmente em relação a escalada de gastos militares, redução de impostos e déficits estatais crescentes. Porém, em ambos os casos, acabou resultando num novo ciclo crescimento econômico norte-americano (ver

³⁴ Um dos membros do governo Clinton, que é extremamente crítico a essas políticas, é Joseph E. Stiglitz.

gráfico 1), mas, trabalhos como o de Bilmes e Stiglitz (2006), passam a preocupação em relação aos crescentes déficits públicos norte-americanos, especialmente com o sua principal origem: financiar a guerra contra o terrorismo.

Nesse cenário, como pode ser comprovado no Gráfico 3, o dólar começa a se desvalorizar, principalmente, em relação a uma nova moeda que surgiu no cenário internacional, o euro, a partir de 1999 de forma escritural e, de *facto*, a partir de 2002³⁵. Segundo Eichengreen (2005), o euro é a moeda que melhor reúne as qualidades para fazer frente ao dólar como uma divisa internacional, pois é lastrado por uma série de países sólidos (principalmente, nas potências França e Alemanha), que detém escala econômica, fluxo de investimento e comércio comparável ao dos EUA. Portanto, como mostra o Gráfico 3, as políticas econômicas norte-americanas que impulsionam os déficits públicos crescente, levaram a desconfiança em relação aos dólar, por parte dos agentes e governos estrangeiros, refletindo numa tendência do euro se valorizar em relação ao dólar.

GRÁFICO 3 – TAXA DE CÂMBIO EURO/DÓLAR



FONTE: European Central Bank (2008)

Isso, de acordo com Eichengreen (2005), é parte de um movimento maior e esperado, de que outras moedas conversíveis dividam com o dólar o papel de reserva monetário internacionais, num primeiro momento é o euro, mas, no longo prazo, moedas de países emergentes que se tornaram conversíveis, podem começar a disputar

³⁵ A zona do euro é formada por 27 países, que são: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Kosovo, Luxemburgo, Malta, Mônaco, Montenegro, Países Baixos (ou Holanda), Portugal, San Marino, Vaticano.

espaço no cenário internacional. Por outro lado, dentro da perspectiva da manutenção da hegemonia norte-americana, a perda do privilégio de deter o monopólio da sobre a moeda base do SMI, pode significar uma perda relativa da autonomia norte-americana em praticar políticas econômicas, que sustentam sua força militar e política no mundo. Por que um dólar fraco deixa suas ações no exterior, cada vez mais custosas, ao mesmo tempo, dificulta o financiamento de sua dívida pública e externa. No trabalho de Eichengreen (2004), um dólar fraco reduz o privilégio norte-americano de manter níveis de consumo acima de seus próprios meios e níveis de endividamento (privado, público e externos) elevados, forçando, em algum momento, um forte ajuste. Ou, nas palavras de um modesto financista, George Soros (2008), dita no primeiro parágrafo da introdução de seu livro “[...] *the current crisis marks the end of an era of credit expansion based on the dollar as the international reserve currency* [...]”.

O fortalecimento de potências emergentes que reduziram proporcionalmente o poder dos EUA foram, num primeiro momento, as “velhas” potências econômicas da Europa e o Japão, que começaram a trabalhar pelos seus interesses dentro do sistema criado pelos norte-americanos. Porém, após a década de 1970, novas potências econômicas nascidas dentro da rede de poder norte-americano, beneficiadas pela sua financeirização e interessadas em sustentar o sistema. Dentro essa potência emergente como mostra o estudo da Goldman Sachs (2007), em que os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) devem despontar como as grandes potências nos próximos 50 anos, dividindo o poder mundial com os EUA. Os BRIC podem ter uma influência semelhante para a hegemonia norte-americana no futuro, tal como a Alemanha e os EUA tiveram para a hegemonia britânica do século XIX, mas é difícil fazer alguma previsão. Por outro lado, a financeirização da hegemonia norte-americana nas últimas décadas, como observa Arrighi e Silver (2001c, p. 288-291), permitiu o ressurgimento de estrutura de poder como de semi-estados (por exemplo, Coreia do Sul) e cidades-estado (por exemplo, Cingapura) no Sudeste Asiático, que enriqueceram sobre a proteção e apoio norte-americano. Ou, mesmo, países como os Emirados Árabes Unidos, que enriqueceram pela exportação de petróleo e, hoje, se dedicam a especulação financeira.

Retornando aos dias atuais da Era Bush II, recentemente, surgiram indicações que a expansão financeira norte-americana pode estar próxima de uma ruptura, significando a o declínio acentuado de sua hegemonia e comando no caos das finanças internacionais. Essas indicações são as “quebras” de instituições financeiras norte-americanas, originada do processo de alavancagem financeira de forma irresponsável, que segundo Stiglitz (2008), teve origem na própria falta de regulamentação e fiscalização no mercado de crédito, pois era contra a ideologia predominante no *Federal Reserve* e governo norte-americano. Ao mesmo tempo, Stiglitz (2008) propõe medidas para evitar que esses problemas voltem a ocorrer no futuro, prevendo uma nova Era de regulamentação financeira e controle das instituições financeiras e, possivelmente, deve estar contemplado no programa de governo do candidato democrata a presidência dos EUA, Barack Obama, pois Stiglitz é um dos membros do conselho que dá suporte as suas políticas econômicas.

Entretanto, a nova Era de regulamentação financeira prevista e defendida por Stiglitz (2008), pode ter como efeito adverso a redução do nível de crédito na economia norte-americana, refletindo num menor consumo e bem estar da população norte-americana, além de um governo que precisa ser mais responsável nos seus gastos. Por isso, o senhor Soros (2008), tem uma visão tão depressiva de que a expansão de crédito baseado no dólar forte acabou, sendo, também, o sinal de um mundo cada vez mais multipolar. Os fatos atuais podem sinalizar a crise terminal da hegemonia norte-americana, pela destruição de sua primazia nas altas finanças, na qual um novo regime de acumulação está emergindo, e que vai orientar o sistema capitalista para uma nova fase de expansão material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse capítulo teve como objetivo abordar a influência da fase de expansão financeira do regime de acumulação, comandado pelos EUA e do refúgio de seu poder na esfera financeira, após a década de 1970, sobre o SMI.

Na seção 5.1 foi explorada a “retomada da hegemonia norte-americana”, em que no fim da década de 1970, o *Federal Reserve* começa a praticar a política de dólar

forte, e recoloca o mercado financeiro internacional sob o comando norte-americano. Na década de 1980, o governo Reagan começa a implementar a desregulamentação/liberalização financeira, ao mesmo tempo, incorporando a estrutura de poder norte-americana os dogmas do neoliberalismo, além de uma atuação mais viril no mundo.

Na seção 5.2 abordou o governo Clinton, principalmente, a sua dedicação a administrar a financeirização do poder norte-americano, contudo, sem ir contra as novas bases da hegemonia norte-americana, lançadas na Era Reagan.

Na seção 5.3 foi abordado os tempos atuais e os anos do governo Bush II, em que a financeirização do poder norte-americano dá seus primeiros sinais de esgotamento, porém, os desdobramentos ainda são nebulosos

A hipótese inicial desse capítulo foi que a financeirização da hegemonia norte-americana, após a década de 1970, e a sua lenta degradação, são decisivos para explicar a formatação e funcionamento do SMI nos tempos atuais. A hipótese inicial se confirma, baseada em três argumentos. O primeiro é a transformação do mercado financeiro em aliados dos EUA, através da política de dólar forte e pregação da liberalização financeira na década de 1980. O segundo é o uso do poder financeiro, por parte dos EUA nas décadas de 1980/1990, para vencerem a Guerra Fria e provocar o colapso da União Soviética, disciplinar o mundo sob a sua força militar e política, além de elevar o nível de consumo e bem estar da sociedade norte-americana, através da facilidade do acesso ao crédito. O terceiro é que na administração Bush II, a expansão financeira norte-americana começa a dar sinais de esgotamento, a hegemonia norte-americana começa a ser ameaçada por novas estruturas de poder, cada vez mais fortes, e suas vantagens provenientes da sua primazia financeira começam a se dissolver, a medida que a posição central dos EUA e do dólar no SMI começam a ser deslocadas. Além do mais, esse último argumento tem uma implicação interessante, mas, ainda, nebulosa, a pregação de maior regulamentação do sistema financeiro.

CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi explorar a relação entre os ciclos braudelianos de expansão/acumulação capitalista, especificamente a relação de poder no âmbito internacional, sintetizados na dinâmica das transições hegemônicas, sobre a evolução do sistema monetário internacional (SMI), desde seu embrião no começo do século XIX.

O capítulo 1 apresentou não só o referencial teórico que balizou a construção da análise ao longo do trabalho, mas, também, a prévia da influência das estruturas de poder presentes no sistema capitalista sobre as diferentes formatações do SMI.

O capítulo 2 analisou a influência da hegemonia britânica e sua concepção de mundo, sobre a formatação do embrião do SMI e seu aparecimento de *facto* na década de 1880. Porém, também analisou a influência da crise hegemônica britânica e sua financeirização, sobre a primeira versão do SMI, o chamado padrão ouro (1880-1914).

O capítulo 3 analisou o período entre guerras (1918-1939), quando a ordem britânica entrou em colapso e, em meio ao caos, criou um ambiente propício para a ascensão dos EUA como potência hegemônica. Entretanto, o capítulo mostrou que junto com o colapso da ordem britânica, o SMI e a integração da economia mundial foram destruídos.

O capítulo 4 analisou o Sistema de Bretton Woods (1946-1973), quando os norte-americanos construíram a sua ordem hegemônica e comandaram um novo ciclo de expansão material do capitalismo. Ao mesmo tempo, o SMI incorporou a visão de mundo dos norte-americanos e respondeu as suas necessidades de poder, mas, quando se tornou um entrave, foi abandonado pelos EUA na década de 1970.

O capítulo 5 analisou o período atual (pós-1970), em que a crise hegemônica dos EUA se torna patente, dando início a uma fase de expansão financeira em nome da sustentabilidade de sua ordem. Simultaneamente, os EUA incorporam o discurso e prática da desregulamentação/liberalização financeira, a fim de permitir que essa expansão financeira ocorra.

A hipótese inicial era que a estrutura de poder e os ciclos de expansão/acumulação capitalista têm uma influência decisiva sobre a evolução do

SMI, desde suas remotas origens no começo do século XIX. Ao longo do trabalho, foi possível confirmar a hipótese inicial, prevista no capítulo 1, mas, a medida que a discussão foi aprofundada nos demais capítulos, possibilitou apresenta numa argumentação mais sólida e detalhada em cada período do SMI.

No capítulo 2 a hipótese inicial do capítulo era que a primeira configuração do SMI (1880-1914) foi fruto da rede de poder construída pelos britânicos, ao longo do século XIX, para exercer seu poder hegemônico, se confirma. Isso é corroborado por três argumentos. O primeiro é que as bases da primeira configuração do sistema monetário internacional, que eram o padrão ouro e o livre mercado, foram introduzidas e defendidas pelos britânicos, desde o começo do século XIX. O segundo é que os demais países aceitaram os parâmetros propostos pelos britânicos, em relação a adoção do padrão ouro e, de certa forma, do livre mercado, a fim de se beneficiarem da integração econômica promovida pelos britânicos. O terceiro é que a partir de 1880, quando a hegemonia Grã-bretanha entra em decadência e começam a surgir novas potências emergentes, a existência de um sistema monetário internacional e integração dos mercados financeiros mundiais facilitam o refúgio do poder britânico nas altas finanças.

No capítulo 3 a hipótese inicial era de que a dicotomia entre a nova distribuição de poder mundial, centrada nos EUA, e a tentativa da reconstrução da articulação da economia mundial nos moldes pré-1914, baseados na antiga ordem britânica, foi fundamental para a desarticulação da economia mundial no período entre guerras (1918-1939), se confirma. Isso pode ser corroborado por três argumentos principais. O primeiro é que a Grande Guerra (1914-1918) foi fundamental para efetivar de *facto* a transição do centro de poder mundial da Europa para os EUA, em que a Guerra fortaleceu os norte-americanos e enfraqueceu os europeus. O segundo é que os países não tinham ou, pior, não queriam aceitar sua nova posição no cenário internacional, tanto que a Grã-bretanha comandou a reconstrução do sistema monetário internacional, baseado no padrão ouro pré-1914, se auto-atribuindo funções de regulação e liderança, em que não tinha mais condições de fazê-los. Ao mesmo tempo, a França e, principalmente, os EUA agiam no mercado financeiro internacional

desestabilizando o sistema e, assim, tornando a tarefa britânica de gerir o sistema praticamente impossível. O terceiro é que o padrão ouro e os dogmas do livre mercado, originários da antiga ordem britânica do século XIX, passaram a não responder aos interesses dos países integrantes do sistema. Desse modo, tais parâmetros foram paulatinamente abandonados, especialmente após a Grande Depressão (1929-1933), culminando com o colapso do sistema monetário internacional e conseqüente desarticulação da economia mundial. Esse cenário foi propício para o acirramento do clima belicista da década de 1930, pois as potências não tinham laços econômicos relevantes que transformassem uma guerra em algo prejudicial. Adicionalmente, esse cenário caótico foi essencial para os EUA implantarem sua rede de poder, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

No capítulo 4 a hipótese inicial era que a concentração de poder nas mãos norte-americanas e o estabelecimento de sua hegemonia tiveram influência decisiva sobre o “novo” SMI, formatado no Acordo de Bretton Woods. Ao longo do capítulo, foi possível identificar que a hipótese inicial foi confirmada, justificada por três argumentos. O primeiro é a imposição consentida do padrão ouro-dólar, transformando o dólar na base do SMI, refletindo enormes privilégios aos EUA (por exemplo, facilidade de exportação de capitais). O segundo foi colocar o SMI sob o comando do *Federal Reserve* e a serviço sistema financeiro norte-americano, uma prerrogativa derivado do próprio padrão ouro-dólar, que permitiu os EUA aprofundarem sua rede de poder hegemônico. E, por último, a medida que a liquidez internacional em dólares crescia, paralelamente, ocorria o surgimento de novas moedas conversíveis na década de 1960, levou a ondas especulativas contra o padrão ouro-dólar, mesmo com as regulamentações do Sistema de Bretton Woods. Assim, culminando com o abandono do padrão ouro-dólar de forma unilateral por parte dos EUA, entre 1971-1973, decretando o colapso do Sistema de Bretton Woods e uma nova fase no SMI, que persiste até os dias atuais.

No capítulo 5 a hipótese inicial era que a financeirização da hegemonia norte-americana, após a década de 1970, e a sua lenta degradação, são decisivos para explicar a formatação e funcionamento do SMI nos tempos atuais. A hipótese inicial se

confirma, baseada em três argumentos. O primeiro é a transformação do mercado financeiro em aliados dos EUA, através da política de dólar forte e pregação da liberalização financeira na década de 1980. O segundo é o uso do poder financeiro, por parte dos EUA nas décadas de 1980/1990, para vencerem a Guerra Fria e provocar o colapso da União Soviética, disciplinar o mundo sob a sua força militar e política, além de elevar o nível de consumo e bem estar da sociedade norte-americana, através da facilidade do acesso ao crédito. O terceiro é que na administração Bush II, a expansão financeira norte-americana começa a dar sinais de esgotamento, a hegemonia norte-americana começa a ser ameaçada por novas estruturas de poder, cada vez mais fortes, e suas vantagens provenientes da sua primazia financeira começam a se dissolver, a medida que a posição central dos EUA e do dólar no SMI começam a ser deslocadas. Além do mais, esse último argumento tem uma implicação interessante, mas, ainda, nebulosa, a pregação de maior regulamentação do sistema financeiro.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. (1996). **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora UNESP.
- ARRIGHI, G; SILVER, B. (2001). **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora UFRJ.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. (2001b). Introdução. In: ARRIGHI, G; SILVER, B. (Orgs). **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora UFRJ, p. 11-45.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. (2001c). Conclusão. In: ARRIGHI, G; SILVER, B. (Orgs). **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora UFRJ, p. 281-299.
- ARRIGHI, G.; HUI, P.; RAY, K.; REIFER, T. (2001). Geopolíticas e Altas Finanças. In: ARRIGHI, G; SILVER, B. (Orgs). **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora UFRJ, p. 47-106.
- ARRIGHI, A.; AHMAD, I.; SHIH, M. (2001b). As Hegemonias Ocidentais em Perspectiva Histórica Mundial. In: ARRIGHI, G; SILVER, B. (Orgs). **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora UFRJ, p. 227-279.
- BALDWIN, R.; MARTIN, P. (1999). **Two Waves of Globalization: superficial similarities, fundamental differences**. Working Paper: nº 6904, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <www.nber.org/papers/w6904> Acesso em: 4 jul. 2008.
- BENJAMIN, D.; TIFREA, A. (2007). Learning by Dying: Combat Performance in the Age of Sail. **The Journal of Economic History**, Vol. 67, n. 4 (December 2007), p. 968-1000.
- BILMES, L.; STIGLITZ, J. (2006) "Encore: Iraq Hemorrhage," Update of "The Economic Costs of the Iraq War". **The Milken Institute Review**, Fourth Quarter, p. 76-83.
- BORDO, M. (1993). The Bretton Woods International Monetary System: A Historical Overview. In: BORDO, M.; EICHENGREEN, B. (Orgs). **A Retrospective on the Bretton Woods System: Lessons for International Monetary Reform**. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, p. 3-108.
- BORDO, M. (2005). **Historical Perspective on Global Imbalances**. Working Paper: nº 11383, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <www.nber.org/papers/w11383> Acesso em: 4 jul. 2008.

BORDO, M. (2006). **Sudden Stops, Financial Crises and Original Sin in Emerging Countries: Déjà Vu?** Working Paper: nº 12393, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <www.nber.org/papers/w12393> Acesso em 25 abr. 2008.

BORDO, M. (2007). **Growing up to Financial Stability.** Working Paper: nº 12993, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w12993>> Acesso em: 17 mar. 2008.

BORDO, M. (2007b). **The History of Monetary Policy.** Trabalho preparado para o “New Palgrave Dictionary of Economics”. Disponível em: <<http://michael.bordo.googlepages.com/TheHistoryofMonetaryPolicy.pdf>> Acesso em: 04 mar. 2008.

BORDO, M.; EICHENGREEN, B.; KLINGEBIEL, D.; MATINEZ-PERIA, M; (2000). **Is the Crisis Problem Growing More Severe?** Working Paper apresentado ao The World Bank Group. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/cris_problem_more_severe.pdf> Acesso em: 08 mar. 2008.

BORDO, M.; FLANDREAU, M. (2001). **Core, Periphery, Exchange Rate Regimes, and Globalization.** Working Paper: nº 8584, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w8584>> Acesso em: 12 abr. 2008.

BORDO, M.; JAMES, H. (2000). **The International Monetary Fund: It's present role e historical perspective.** Working Paper: nº 7724, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <www.nber.org/papers/w7724> Acesso em 25 abr. 2008.

BORDO, M.; JAMES, H. (2008). **A Long Term Perspective on the Euro.** Working Paper: nº 13815, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w13815>> Acesso em: 17 abr. 2008.

BORDO, M.; HAUTCOEUR, P. (2007). Why didn't France Follow the British Stabilisation after World War I? **European Review of Economic History**, Vol. II, p. 3–37.

BORDO, M.; HELBLING, T.; JAMES, H. (2006). **Swiss Exchange Rate Policy in the 1930s: was the delay in devaluation too high a price to pay for conservatism?** Working Paper: nº 12491, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w12491>> Acesso em: 04 jul. 2008.

BORDO, M.; KYDLAND, F. (1990). **The Gold Standard As The Rule.** Working Paper: nº 9205, publicado pelo Federal Reserve Bank of Cleveland. Disponível em:

<<http://www.clevelandfed.org/Research/Workpaper/1992/wp9205.pdf>> Acesso em: 04 mar. 2008.

BORDO, M.; MCDONALD, R. (1997). **Violation of The "Rules of the Game" and the Credibility of the Classical Gold Standard: 1880-1914**. Working paper N° 6115, publicado pelo National Bureau Economics Reseacher (NBER). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w6115>> Acesso em: 17 mar. 2008.

BORDO, M.; ROCKOFF, H. (1996). **The Gold Standard as a "Good Housekeeping Seal of Approval"**. Working Paper: n° 5340, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <www.nber.org/papers/w5340> Acesso em: 4 jul. 2008.

BORDO, M.; SCHWARTZ, A. (1994). **The Specie Standard As A Contigent Rule: some evidence for core and peripheral countries: 1880-1990**. Working Paper: n° 4860, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <www.nber.org/papers/w4860> Acesso em: 4 jul. 2008.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. (2008). **Percent change from preceding period**. Disponível em: <<http://www.bea.gov/national/xls/gdpchg.xls>> Acesso em: 22 set. 2008.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. (2008b). **U.S. International Transactions, 1960-present**. Disponível em: < <http://www.bea.gov/international/xls/table1.xls>> Acesso em 22 set. 2008.

BRUNT, L. (2006). Rediscovering Risk: Country Banks as Venture Capital Firms in the First Industrial Revolution. **The Journal of Economic History**, Vol. 66, n. 1 (March 2006), p. 74-102.

BUCHHEIM, C.; SCHERNER, J. (2006). The Role of Private Property in the Nazi Economy: The Case of Industry. **The Journal of Economic History**, Vol. 66, n. 2 (June 2006), p. 390-416.

CHINN, M.; FRANKEL, J. (2005). **Will the Euro Eventually Surpass the Dollar as Leading International Reserve Currency?** Working paper N° 11510, publicado pelo National Bureau Economics Reseacher (NBER). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w11510>> Acesso em 1 ago. 2008.

CASA BRANCA (2008). **Richard M. Nixon**. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/history/presidents/rn37.html>>. Acesso em: 19 ago, 2008

DAVIS, T. (2003). The Historical Context of the General Glut Controversy. In: KATES, S. (Org.). **Two Hundred Years of Say's Law: Essays on Economic Theory's Most Controversial Principle**. Cheltenham: Edward Elgar, p. 133-153.

DELONG, J.; EICHENGREEN, B. (2001). **Between Meltdown and Moral Hazard:** the international monetary and financial policies of the Clinton administration. Disponível em: <<http://www.econ.berkeley.edu/~eichengr/research/clintonfinancialpolicies9.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2008

DOOLEY, M.; FOLKERST-S-LANDAU, D.; GARBER, P. (2003). **An Essay on the Revealed Bretton Woods System.** Working Paper: n° 9971, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <www.nber.org/papers/w9971> Acesso em 25 abr. 2008.

EDWARDS, S. (2001). **Capital Flows and Economic Performance:** Are Emerging Economies Different? Working Paper: n° 8076, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w8076.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2008.

EICHENGREEN, B. (1997). **Economics and Culture in the Writing of Financial History.** Artigo retirado da página oficial do autor, localizado na página da Universidade de Berkeley. Disponível em: <<http://www.econ.berkeley.edu/~eichengr/research/seville.pdf>> Acesso em: 04 mar. 2008.

EICHENGREEN, B. (1997b). **The Euro as a Reserve Currency.** Artigo retirado da página oficial do autor, localizado na página da Universidade de Berkeley. Disponível em: <<http://www.econ.berkeley.edu/~eichengr/research/mantokyo.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2008.

EICHENGREEN, B. (2004). **Global Imbalances and the Lesson of Bretton Woods.** Working Paper: n° 10497, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <www.nber.org/papers/w10497> Acesso em 25 abr. 2008.

EICHENGREEN, B. (2004b). **Financial Instability.** Artigo retirado da página oficial do autor, localizado na página da Universidade de Berkeley. Disponível em: <<http://www.econ.berkeley.edu/~eichengr/policy/copenhagenjun9-04.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2008.

EICHENGREEN, B. (2005). **Sterling's Past, Dollar's Future Historical Perspectives on Reserve Currency Competition.** Working Paper: n° 11336, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w11336>> Acesso em: 04 jul. 2008.

EICHENGREEN, B.; HAUSMANN, R.; PANIZZA, U. (2003). **Currency Mismatches, Debt Intolerance, and Original Sin:** Why they are not the Same and Why Matters. Working Paper: n° 10036, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w10036.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2008.

EICHENGREEN, B.; TEMIN, P. (1997). **The Gold Standard and Great Depression**. Working Paper: n° 6060, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w6060.v5.pdf>> Acesso em: 04 mar. 2008.

EUROPEAN CENTRAL BANK. (2008). **US dollar (USD)**. Disponível em: <<http://www.ecb.eu/stats/exchange/eurofxref/html/eurofxref-graph-usd.en.html#>> Acesso em: 22 set. 2008.

FEDERICO, G. (2005). Not Guilty? Agriculture in the 1920s and the Great Depression. **The Journal of Economic History**, Vol. 65, n. 4 (December 2005), p. 949-976.

FERGUSON; T. TEMIN, P. (2001). **Made in Germany: The Germany Currency Crisis of July 1931**. Working Paper: n° 01-07, publicado pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT). Disponível em: <http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract_id=260993> Acesso em 25 abr. 2008.

FLANDREAU, M.; JOBST, C. (2005). The Ties that Divide: A Network Analysis of the International Monetary System, 1890–1910 **The Journal of Economic History**, Vol. 65, n. 4 (December 2005), p. 977-1007.

GIOVANNINI, A. (1993). Bretton Woods and Its Precursors: Rules versus Discretion in the History of International Monetary Regimes. In: BORDO, M.; EICHENGREEN, B. (Orgs). **A Retrospective on the Bretton Woods System: Lessons for International Monetary Reform**. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, p. 109-153.

GRAMSCI, A. (1971). **Selections from the Prison Notebooks**. New York: International Publishers.

GOLDMAN SACHS. (2007). **BRICs and Beyond**. The Goldman Sachs Group, Inc. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/BRIC-Full.pdf>> Acesso em: 10 set. 2008.

GORDON, R. (2005). **The 1920s and the 1990s in Mutual Reflection**. Working Paper: n° 11778, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w11778>> Acesso em: 17 mar. 2008.

HALLWOOD, P.; MACDONALD, R.; MARSH, I. (2007). **Did Impending War in Europe Help Destroy the Gold Bloc in 1936? An Internal Inconsistency Hypothesis**. Working Paper N° 2007-23, publicado pelo Departamento de Economia, da Universidade de Connecticut. Disponível em: <<http://www.econ.uconn.edu/working/2007-23.pdf>> Acesso em 21 mar. 2008.

HOBSBAWM, E. (1989). **The Age of Empire: 1875-1914**. New York: Vintage Books.

HOBBSAWM, E. (1995). **The Age of Extremes: a history of the world, 1914-1991**. New York: Vintage Books.

HOBBSAWM, E. (2007). **A Era do Capital: 1848-1875**. 12a. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra.

LÊNIN, W. (1984). **O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. Lisboa-Moscú, Edições Progresso.

KEYNES, J. (1920). **The Economic Consequences of the Peace**. New York: Harcourt, Brace, and Howe, Inc. Livro disponível em: <<http://www.econlib.org/LIBRARY/YPDBooks/Keynes/kynsCP.html>> Acesso em: 08 ago. 2008.

KINGSTON, C. (2007). Marine Insurance in Britain and America, 1720–1844: A Comparative Institutional Analysis. **The Journal of Economic History**, Vol. 67, n. 2 (June 2007), p. 379-409

KRAAY, A. (1998). **In Search of the Macroeconomic Effects of Capital Account Liberalization**. Working Paper apresentado ao The World Bank Group. Disponível em: <http://faculty.fuqua.duke.edu/~charvey/Spur/Kraay_In_search_of.pdf> Acesso em: 12 mar. 2008.

KRUGMAN, P. (1994). The Myth of Asia's Miracle. **Foreign Affairs**, Nov/Dec 1994, Vol. 73, n. 6.

KRUGMAN, P. (2008). **McCain the Destroyer**. Texto publicado no seu Blog, denominando “The Conscience of a Liberal”, em 26 de abril de 2008. Disponível em: < <http://krugman.blogs.nytimes.com/2008/04/26/mccain-the-destroyer/>> Acesso em: 22 set. 2008.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. (2005). **Economia Internacional: teoria e política**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley.

MITCHENER, K.; WEIDENMIER, M. (2005). Empire, Public Goods, and the Roosevelt Corollary. **The Journal of Economic History**, Vol. 65, n. 3 (September 2005), p. 658-692.

PARTIDO DEMOCRATA. (2008). **The Democratic Party: our history**. Disponível em: <<http://www.democrats.org/a/party/history.html>>. Acesso em: 1 ago. 2008.

POLANYI, K. (2001). **The Great Transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press Books.

OCCHINO, F.; OOSTERLINCK, K.; WHITE, E. (2008). How Much Can a Victor Force the Vanquished to Pay? France under the Nazi Boot. **The Journal of Economic History**, Vol. 68, n. 1 (March 2008), p. 1-45.

RICHARDSON, G. (2008). Categories and Causes of Bank Distress During the Great Depression, 1929–1933: The illiquidity versus insolvency debate revisited. **Explorations in Economic History**, Vol. 45 (2008), p. 17–29.

ROCKOFF, H. (2004). **Until It's Over, Over There: the U. S. Economy in World War I**. Working Paper: nº 10580, publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER), Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w10580>> Acesso em: 24 jun. 2008.

SCHURMANN, F. (1974). **The Logic of World Power: an inquiry into the origins, currents, and contradictions of world politics**. Nova York: Pantheon Books.

SOROS, G. (2008). **The New Paradigm for Financial Markets: the credit crisis of 2008 and what it means**. Public Affairs: New York.

SILVER, B.; SLATER, E. (2001). As Origens Sociais das Hegemonias Mundiais. In: ARRIGHI, G; SILVER, B. (Orgs). **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora UFRJ, p. 161-225.

SKIDELSKY, R. (1999). **Keynes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

STIGLITZ, J. (2004). **The Roaring Nineties: A New History of the World's Most Prosperous Decade**. W. W. Norton & Company.

STIGLITZ, J. (2005). Finance for Development. In: AYOGU, M.; ROSS, D. (Orgs), **Development Dilemmas: The Methods and Political Ethics of Growth Policy**. Taylor & Francis Inc., Routledge, p. 15-29.

STIGLITZ, J. (2008). **Commentary: How to prevent the next Wall Street crisis**. Artigo publicado na página eletrônica da “CNN Politics”, em 17 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2008/POLITICS/09/17/stiglitz.crisis/index.html>> Acesso em: 22 set. 2008.

TAVARES, M. (1985). A Retomada da Hegemonia Norte-Americana. **Revista de Economia Política**, Vol. 5, n. 2, abril/junho, p. 5-15.

THÉRET, B. (1993). O Neoliberalismo Como Retórica Econômica e Modo de Ação Política: de uma clivagem esquerda/direita a uma fratura entre o financeiro e o social: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBSC)**, n. 24

WANDSCHNEIDER, K. (2006). The Stability of the Interwar Gold Exchange Standard: Did Politics Matter? **The Journal of Economic History**, Vol. 68, n. 1 (March 2006), p. 151-181.